

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Larissa Sapiensa Galvão Leal

AS MULHERES NA PRODUÇÃO ORGÂNICA NA REGIÃO E
ARARAQUARA: rompendo invisibilidades.

ARARAQUARA – SP

2019

Larissa Sapiensa Galvão Leal

**AS MULHERES NA PRODUÇÃO ORGÂNICA NA REGIÃO DE
ARARAQUARA: rompendo invisibilidades.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de mestrado da Universidade de Araraquara - UNIARA - como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

Orientada: Larissa Sapiensa Galvão Leal

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

ARARAQUARA – SP

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

L47m Leal, Larissa Sapiensa Galvão

As mulheres na produção orgânica na região de Araraquara: rompendo invisibilidades/Larissa Sapiensa Galvão Leal. – Araraquara:Universidade de Araraquara, 2019.

105f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Prof. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

1. Gênero. 2. Agroecologia. 3. Divisão sexual do trabalho.
I. Título.

CDU 577.4

FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO(A) ALUNO(A): *Larissa Sapiensa Galvão Leal*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Vera Lucia Silveira Botta Ferrante
UNIARA – Araraquara



Profa. Dra. Alexandra Filipak
IFSP - Matão



Prof. Dr. José Maria Gusman Ferraz
UNIARA – Araraquara

Araraquara – SP 21 de março de 2019.

AGRADECIMENTOS

Obrigada a todos que participaram direta e indiretamente desse trabalho.

Ao meu marido, obrigada pelo seu amor, por sempre estar ao meu lado, por ser meu parceiro em todos os momentos e dividir a sua vida comigo!

À minha filha amada, Isabela, que nasceu durante essa caminhada no mestrado, e hoje é a razão da minha vida!

À minha mãe, obrigada por ouvir tantos "não vou conseguir terminar a tempo" e você sempre responder "vai que eu te ajudo"... Obrigada por tanto carinho!

Ao meu pai que, de lá de cima, continua cuidando de mim!

Lê e Karla, obrigada pela amizade, pelas conversas, pelas ajudas e pela torcida!

Jéssica e Gabriel, cunhados e parceiros queridos, obrigada por estarem sempre por perto!

Aos meus sogros, sem palavras para agradecer todo o apoio que vocês nos dão, e principalmente, por amarem tanto a nossa pequena Isa.

Agradeço em especial aos membros da banca que tanto colaboraram para essa pesquisa.

Professora Alexandra, muito feliz por você fazer parte desse momento tão especial. Mais uma vez obrigada pelos ensinamentos, você é uma inspiração para mim!

Professor José Maria, obrigada por toda a colaboração durante esses anos e pela amizade que cultivamos nesse tempo!

À minha orientadora, que me surpreende a cada dia com a sua disposição e o seu amor pela pesquisa. Professora Vera, toda a minha admiração por você!

Ao grupo NUPEDOR, obrigada a todos os membros por me ensinarem que aprendemos muito mais com a diversidade!

Silvinha, Ivani e Fernanda, obrigada pela paciência e por resolverem todos os nossos pepinos (rs).

Por fim, agradeço imensamente a participação das mulheres agricultoras assentadas, D. Maria do Carmo, Sirlei, Ana Cláudia, D. Cida, D. Maria Rezadeira, Lucilene, D. Tereza e Edna. As histórias de vocês são as riquezas da minha dissertação! ♥

RESUMO

Nesta proposta de trabalho pretendeu-se analisar qual a importância da mulher agricultora para a construção da agroecologia como estratégia para a agricultura familiar e para o desenvolvimento sustentável, considerando que existem muitos trabalhos relacionados às mulheres no meio rural, mas apenas recentemente alguns estudam a participação das mulheres na produção agroecológica. Foram identificados os grupos de Organização de Controle Social – OCS envolvidos com a produção orgânica/agroecológica na região de Araraquara, especificamente nos assentamentos Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre e, dentro deles, destacados os papéis desempenhados pelas mulheres, compreendendo de que forma as atividades prioritariamente executadas por elas podem ser fundamentais para a segurança e soberania alimentar, geração de renda e bem estar para a família, conservação da agrobiodiversidade e da construção de uma forma mais igualitária para a tomada de decisões, evidenciando assim as questões de gênero no trabalho rural. Nesse contexto foram estudados agroecossistemas de referência ou em transição agroecológica, utilizando como metodologia entrevistas e questionários semiestruturados, caracterizando essa como uma pesquisa qualitativa. Foram entrevistadas também as mulheres consideradas pioneiras nos assentamentos, a fim de identificar a possível proximidade da produção de quintal mantida por elas com a Agroecologia. Para isso foi utilizada a metodologia “Bola de Neve”, que consiste em identificar uma pessoa com o perfil necessário para a pesquisa e em seguida, solicita-se que a pessoa indique novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista. Foram entrevistadas 8 mulheres agricultoras nas OCS’s mapeadas. Os principais resultados encontrados na pesquisa indicam a grande dificuldade das mulheres em assumir lideranças nas relações sociais e familiares, a desvalorização social sofrida e o acúmulo de funções vivido por elas, a relação dessas mulheres com a manutenção dos quintais, com a segurança alimentar, com a transmissão da cultura e dos saberes tradicionais, e a relação existente entre a agroecologia e as práticas agrícolas realizadas pelas mulheres nos seus espaços produtivos.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Agroecologia; Divisão sexual do trabalho.

ABSTRACT

This proposal aimed to relate the knowledge of rural women to agroecological practices, considering that there are many works aimed at women in rural areas, but only recently, some study the participation in Agroecology. Women involved in organic/ agroecological production were identified in the Araraquara region, specifically in the Bela Vista do Chibarro and Monte Alegre settlements, analyzing how the activities primarily performed by them can be fundamental for food security and sovereignty and for good being of the family. In this context, women included in the organic production or in the agroecological transition and women considered pioneers in the settlements were interviewed in order to identify the possible proximity of the quintal production maintained by them with Agroecology. For this, a qualitative research was carried out using interviews and semi-structured questionnaires applied with 8 female farmers. The "Snowball" method was used, which consists in identifying a person with the necessary profile for the research and then, the person is requested to indicate new contacts with the characteristics desired, and, therefore, the sampling frame can grow with each interview. The main results found in the research indicate that backyards are places of Agroecology because they are spaces where traditional management knowledge is applied. Women farmers make a significant contribution to the household economy; guarantee the quality of meals with the introduction of healthy food, thus favoring food security and local food sovereignty, which translates into the right of farmers to define what and how to plant. Women farmers have much of the traditional knowledge of plants, seeds and planting techniques, and are responsible for transmitting knowledge to subsequent generations, contributing to the maintenance of the local culture. The work was submitted for evaluation and approved by the Research Ethics Committee of UNIARA.

Keywords: Agroecology; Genre; Production of yards.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 - Esquema de escolha das mulheres entrevistadas a partir do método “Bola de Neve”.....	10
Figura 2 - Localização do Assentamento Monte Alegre.	31
Figura 3 - Localização do Assentamento Bela Vista do Chibarro.....	32
Figura 4 - Assentamento Fortaleza no município de Bocaina – SP.....	34
Figura 5 - Produtores orgânicos na sede do Assentamento Fortaleza.....	35
Figura 6 - Produtores da OCS Familiar Chico Bento na agrovila do Assentamento Bela Vista do Chibarro.....	36
Figuras 7 e 8 - Agricultores trabalhando na horta coletiva do lote 161.....	37
Figura 9 - Produtores da OCS Orgânicos Bela Vista na feira em frente à UNIARA, antigo local da feira “Da roça para a mesa”.	38
Figura 10 - Produtores da OCS Orgânicos Monte Alegre.....	39
Figuras 11 e 12 - Comercialização de produtos via PAA e feira de produtores familiares.....	42
Figura 13 - Foto de D. Tereza em seu lote.....	44
Figura 14 - Foto de Claudinha na colheita da horta coletiva do lote 161.....	46
Figura 15 - Foto de Cida apresentando a produção durante a visita ao lote.....	48
Figuras 16 e 17 - D. Cida colhendo a produção de bananas.....	50
Figura 18 - Edna expondo os produtos da AMCA na feira “da roça para a mesa”.....	51
Figura 19 - D. Maria trabalhando na horta do lote.....	53
Figura 20 - D. Maria Rezadeira apresentando suas plantas medicinais do quintal.....	55
Figura 21 - Lucilene com seu esposo na feira “da roça para a mesa”.....	57
Figura 22 - Foto de Sirlei expondo seus produtos de panificação na feira “da roça para a mesa”.....	58
Tabela 1. Quantidade de homens e mulheres participantes das OCS’s e porcentagem de mulheres em relação ao número total de participantes de cada grupo.....	82

SIGLAS E ABREVIATURAS

ATER: Assistência Técnica e Extensão Rural
CNPO: Cadastro Nacional de Produtores Rurais
CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODASP: Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo
CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento
COOBELA: Cooperativa do Assentamento Bela Vista
COOPAM: Cooperativa de Produtores do Assentamento Monte Alegre
DAAE: Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara
DAP: Declaração de Aptidão ao Pronaf
EJA: Escola para Jovens e Adultos
IFOAM: Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica
IFSP: Instituto Federal de São Paulo
INCRA: Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária
INMETRO: Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo
INSS: Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISO: Organização Internacional para Padronização
ITESP: Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
NEA: Núcleo de Estudos em Agroecologia
NUPEDOR: Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural
OCS: Organização de Controle Social
ONG: Organização Não governamental
PA: Projeto de Assentamento
PAA: Programa de Aquisição de Alimentos
PANCS: Plantas alimentícias não convencionais
PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO: Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PPAIS: Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social
SOF: Sempre Viva Organização Feminista
UNIARA: Universidade de Araraquara

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAMINHOS DA PESQUISA	06
CAPÍTULO I. As mulheres no espaço rural: na produção orgânica e na agroecologia	13
1.1. Os caminhos das mulheres na transição agroecológica: obstáculos e conquistas	13
1.2. Histórico da produção orgânica e de sistemas agroecológicos no Brasil	18
1.3. O lugar das OCS's na pesquisa e na Agroecologia	29
CAPÍTULO II. Os assentamentos de Reforma Agrária e as OCS's: locais de pesquisa	32
2.1. Os assentamentos	32
2.1.1. Assentamento Monte Alegre.....	32
2.1.2. Assentamento Bela Vista do Chibarro.....	33
2.1.3. Assentamento Fortaleza.....	34
2.2. As Organizações de Controle Social: territórios de construção da Agroecologia	35
2.2.1. OCS Grupo Orgânico do Assentamento Fortaleza.....	36
2.2.2. OCS Familiar Chico Bento.....	37
2.2.3. OCS Orgânicos Bela Vista.....	39
2.2.4. OCS Orgânicos Monte Alegre.....	40
2.3. Formas de comercialização como fonte de geração de autonomia econômica	41
CAPÍTULO III. Histórias de desigualdades e resistências: as mulheres agricultoras	45
3.1. D. Tereza, P.A. Fortaleza – Bocaina, SP	45
3.2. Claudinha, P.A. Bela Vista do Chibarro – Araraquara, SP	47
3.3. D. Cida, P.A. Fortaleza – Bocaina, SP	49
3.4. Edna, P.A. Bela Vista do Chibarro – Araraquara, SP	52

3.5. Maria do Carmo, P.A. Fortaleza – Bocaina, SP.....	54
3.6. Maria Rezadeira, P.A. Bela Vista do Chibarro – Araraquara, SP.....	55
3.7. Lucilene, P.A. Bela Vista do Chibarro – Araraquara, SP.....	58
3.8. Sirlei, P.A. Monte Alegre – Motuca, SP.....	59
CAPÍTULO VI: Resultados encontrados: o que as experiências das mulheres em torno da Agroecologia nos mostraram.....	62
4.1. A dificuldade em assumir lideranças.....	63
4.2. Desvalorização social: a divisão sexual, a invisibilidade do trabalho e o acúmulo de funções vivido pelas mulheres.....	67
4.3. A manutenção dos quintais, a segurança alimentar e a transmissão dos saberes tradicionais.....	74
4.4. A importância do reconhecimento das mudanças que estão ocorrendo na agroecologia.	78
4.5. A participação das mulheres nas OCS's estudadas.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	91
ANEXOS	
I. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	97
II. Dados da entrevistada.....	100
III. Roteiro para entrevista semiestruturada.....	104

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como objetivo principal estudar as relações de gênero predominantes nos sistemas produtivos orgânicos e de base agroecológica existentes na região de Araraquara, dando continuidade aos projetos realizados pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) e o Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR), vinculados ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara-UNIARA.

Desde dezembro de 2014, o NEA e o NUPEDOR vêm realizando o Projeto Pesquisa-ação e construção de proposta agroecológica para a agricultura familiar da região central do estado de São Paulo, apoiado pelo Edital CNPq n.39/2014, para a criação de um NEA¹. O foco central do núcleo é a promoção da Agroecologia junto ao segmento da agricultura familiar assentada na região de Araraquara, Estado de São Paulo. Por meio da metodologia pesquisa-ação, tem-se buscado identificar, de forma participativa, os problemas entendidos pelas comunidades rurais assentadas na região como os mais graves em termos de produção e comercialização, os quais orientam o trabalho da equipe envolvida com a iniciativa, na perspectiva de identificá-los e fornecer instruções para sua solução, além do tratamento de outros problemas identificados e priorizados pela equipe do projeto, após sua apresentação e discussão com as comunidades sobre sua pertinência e prioridade.

No primeiro projeto o ciclo de pesquisas do NUPEDOR sobre as relações de gênero nos assentamentos, “Relações de Gênero e Iniciativas de Outro Modelo de Desenvolvimento: análise da participação das mulheres em assentamentos rurais” (CNPq, 2009-2010), foi dada ênfase aos grupos produtivos de mulheres em formação e às atividades extensionistas voltadas a eles. No segundo projeto, “Os Assentamentos Rurais Sob a Perspectiva de Gênero: divisão sexual do trabalho e políticas públicas em análise” (CNPq, 2011-2012), foi elaborada uma amostragem estatisticamente constituída para a investigação dos papéis das mulheres na produção dos lotes e nas agroindústrias familiares, bem como das políticas públicas com recorte de gênero.

Os dados advindos desse projeto localizaram os sistemas produtivos e deram visibilidade ao trabalho feminino, como o artigo intitulado “Na trajetória dos

¹ Em 2017 o projeto NEA não foi renovado, porém, as frentes de ações continuaram sendo trabalhadas pelos membros do grupo.

assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação”, publicado em 2013 no livro “*Mulheres camponesas*”, onde conclui que o fato de as mulheres desempenharem papéis centrais em experiências produtivas diferenciadas tem se contraposto aos modelos tradicionais empenhados em naturalizar a divisão do trabalho e dos papéis entre homens e mulheres nos assentamentos, o que podem se tornar sementes de alterações possíveis no interior das relações familiares e dos códigos que perpassam a produção e a reprodução social.

Outro resultado oriundo das pesquisas sobre as questões de gênero realizadas pela equipe do NEA é encontrado no artigo “Etnografias sobre mulheres assentadas: expressões de dominação, de resignação e de protagonismos “, publicado na revista “Retratos de Assentamentos”. O artigo expressa mais claramente as diferenciações e singularidades das experiências de mulheres em assentamentos, onde são apresentados os diversos papéis assumidos pelas mulheres, tanto nos espaços produtivos como reprodutivos, mas não deixam de se preocupar com os cuidados do lar e da família. Outras diferenciações se constituem em função do estado civil e da fase da vida dos filhos. Sem pretender esgotar as singularidades existentes nos assentamentos, o artigo prioriza a diferença nos lugares e nas atitudes das mulheres. Apesar de alguns enfrentamentos à violência material e simbólica vivida, conclui que ainda há uma longa trajetória de luta para pôr em ação uma agenda de efetivas políticas públicas que tenham como eixo central direitos na equidade de gênero. (DUVAL et. al., 2015)

A relação entre mulheres e políticas de crédito foi desenvolvida por Túbero et al. (2018) no estudo que teve por objetivo verificar a operacionalização das políticas públicas voltadas para as mulheres, especialmente o Pronaf Mulher, buscando compreender os desafios de sua execução no assentamento Monte Alegre, Araraquara/SP. Como resultados, pode-se afirmar que o Pronaf Mulher não está sendo acessado pela maioria das trabalhadoras no assentamento pesquisado em função das assimetrias de poder existentes dentro do núcleo familiar das assentadas e no campo social do assentamento como um todo. A falta de informação e de diálogo nas relações entre assentadas e agentes técnicos foi apontada como um dos principais entraves de acesso das mulheres a esta política pública.

Dentre as ações centrais assumidas pelo NEA, incluíram-se ações visando à exclusão dos agrotóxicos do processo produtivo, através das práticas produtivas baseadas

nos sistemas orgânicos e agroecológicos; o manejo agroecológico do solo e das relações nutrição – sanidade vegetal através do uso de biofertilizantes e de produtos alternativos aos fungicidas e inseticidas, na busca da sanidade vegetal com eficiência produtiva.

Deste trabalho se constituíram 3 grupos de produtores orgânicos em Araraquara, envolvendo 36 produtores orgânicos e os processos de formalização de tais grupos junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) já foram aprovados. Todos os produtores constam do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos – CNPO, disponível no site do MAPA. Este tipo de formalização sugere, mas não garante a produção orgânica; é, sobretudo, uma relação de confiança estabelecida entre produtores e consumidores, pois é o próprio grupo de produtores que faz o controle das práticas realizadas nos lotes e da rastreabilidade dos produtos através dos cadernos de controle de produção.

Vale ressaltar que esses grupos são dinâmicos, com alterações nos números de produtores devido a alguns fatores como conflitos sociais entre eles, o não cumprimento das normas de produção orgânica ou mesmo a falta de produtos.

As ações de acompanhamento dessas organizações contaram com a sensibilização e incorporação de novas famílias aos grupos de produtores orgânicos e o aumento das perspectivas de novas estratégias de comercialização além da feira, como entregas de cestas, varejo e programas institucionais (Programa de Aquisição de Alimento – PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS).

O NEA teve também como um dos focos de trabalho as ações junto às mulheres dos assentamentos, de forma que se empoderem de informações e práticas sobre o processo de transição e/ou produção em sistemas agroecológicos, sendo fundamentais multiplicadoras da discussão política da Agroecologia e de práticas alternativas de produção. Estas ações visam trabalhar, recuperar e valorizar com mulheres assentadas o seu conhecimento sobre a medicina tradicional e incorporá-lo nas práticas agroecológicas. Nesse sentido foi consolidado um grupo de mulheres assentadas que produzem temperos e ervas medicinais, processam e comercializam com marca própria, fortalecendo assim o papel delas na condução dos sistemas agroecológicos e na difusão do conhecimento.

Dentro dessa esfera de pesquisa, o presente trabalho analisou as questões de gênero existentes no meio rural, e as relações entre o papel das mulheres com a agroecologia, buscando identificar especialmente a importância dessas mulheres para a manutenção da cultura e dos costumes, tanto no espaço produtivo dos quintais quanto no espaço familiar e social, além da contribuição para a segurança alimentar da família.

O objetivo geral deste trabalho foi estudar o papel das mulheres agricultoras em sistemas produtivos orgânicos/agroecológicos formalizados por meio de Organizações de Controle Social (OCS) existentes nos assentamentos da região de Araraquara, Estado de São Paulo.

Como objetivos específicos foram analisadas as participações das mulheres na criação e no desenvolvimento das organizações, suas principais funções na divisão do trabalho, tanto na esfera produtiva como na reprodutiva, bem como no processamento e na comercialização da produção. Avaliou-se o impacto econômico e social causado no núcleo familiar das agricultoras participantes das OCS estudadas durante o período de pesquisa.

Também foram investigadas as formas de proximidade entre conhecimentos tradicionais, a produção de quintal e a agroecologia, buscando saber em que medida a participação das agricultoras familiares em atividades e espaços orientados por princípios agroecológicos tem causado redefinições e novos significados no exercício de seus papéis.

É importante destacar que o projeto deu continuidade a um ciclo de pesquisas do Núcleo de Pesquisas e Documentação Rural - NUPEDOR sobre as relações de gênero nos assentamentos, investigadas sob outras perspectivas metodológicas.

Considerando a importância de uma discussão que incorpore as questões de gênero no meio rural e a relação dessa problematização com a agroecologia, foi proposta a seguinte questão norteadora: Em que medida a participação das agricultoras familiares em atividades e espaços orientados por princípios agroecológicos têm causado redefinições e novos significados no exercício dos seus papéis sociais?

A partir deste questionamento, foram elaboradas as seguintes hipóteses:

- A posição subordinada das mulheres na esfera produtiva é evidenciada pelo fato de que as tarefas por elas realizadas só são contabilizadas como

parte de um esforço coletivo, aparecendo materializadas como ajuda, cabendo ao trabalho desenvolvido por elas o espaço da invisibilidade;

- Os espaços conquistados pelas mulheres nas atividades de diversificação permitem, de um lado, enfrentamento à discriminação de gênero constatada na constituição dos assentamentos, de outro, a reorganização e valorização da autoestima dentro e fora do núcleo familiar;
- O fato das mulheres serem guardiãs de valores culturais e sociais do grupo reforça sua importância nos cuidados com a alimentação e a saúde da família;
- A adoção de princípios e práticas agroecológicos por parte das mulheres promove questionamentos nas relações de gênero. Estes questionamentos levam as agricultoras a perceberem de modo diferenciado sua própria vida e a contribuição para o bem-estar próprio, familiar e coletivo. Desta maneira, ocorrem redefinições e novos significados nos papéis sociais exercidos pelas mulheres;
- O desenvolvimento de um empreendimento agroecológico influencia na participação das agricultoras familiares em novos espaços e altera a configuração da sua relação com diferentes atores sociais familiares e ligados à agricultura familiar. Estas novas experiências sociais criam condições propícias para uma maior autonomia por parte das mulheres agricultoras, com implicações em termos de ampliação na igualdade entre os gêneros na agricultura familiar.

CAMINHOS DA PESQUISA

Como metodologia, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa através de observação e entrevistas, a fim de captar as inter-relações compreendidas entre a Agroecologia e as questões de gênero estabelecidas. De acordo com Gaskell (2008), este tipo de entrevista ajuda na percepção do mundo social das pessoas, permitindo um entendimento da realidade do entrevistado. Esse mesmo autor coloca ainda que o emprego da entrevista qualitativa em profundidade é o ponto de partida para mapear e compreender o mundo dos respondentes e fornecer os dados básicos para o desenvolvimento e compreensão detalhada das relações entre os atores sociais e a situação estudada. Essa compreensão pode fornecer informações contextuais esclarecedoras de achados específicos e inicialmente sem sentidos.

A pesquisa qualitativa requer do entrevistador atitudes como abertura, flexibilidade, capacidade de observação e interação com o grupo pesquisado, além de possibilitar fatores positivos, condições de readaptação e correção dos instrumentos da pesquisa durante o transcorrer da mesma e a possibilidade de revisão dos objetivos da investigação (MINAYO, 2000).

A aproximação dos pesquisadores com as comunidades envolvidas com o estudo, uma das características da pesquisa qualitativa se dá com o trabalho de campo que se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação daquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar conhecimento novo, partindo-se da realidade em estudo (NETO, 1994).

Neste sentido foram realizadas visitas às agricultoras pertencentes aos grupos de Organização de Controle Social² existentes no Projeto de Assentamento – P.A. Bela Vista do Chibarro, denominadas OCS Orgânicos Bela Vista e Grupo Orgânico Familiar Chico

² O mapeamento dos grupos da região de Araraquara foi realizado através da análise do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, disponível no site do MAPA, e a partir da experiência da pesquisadora como agente de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em projetos de assentamentos administrados pelo INCRA. No período de 2012 a 2016 foi possível participar da formalização dos grupos de OCS's Orgânicos Fortaleza e Grupo Orgânico Familiar Chico Bento. Os outros grupos foram formalizados a partir das ações de integrantes do NEA da UNIARA, onde também foi possível acompanhar o desenvolvimento das OCS's Orgânicos Bela Vista e Orgânicos Monte Alegre.

Bento, no município de Araraquara, a OCS Orgânicos Monte Alegre, formada por produtores do Assentamento Monte Alegre, cujo território abrange três municípios, Araraquara, Matão e Motuca e também foram visitadas as agricultoras pertencentes ao Grupo Orgânicos Fortaleza, no município de Bocaina.

Foram identificadas as mulheres consideradas pioneiras nesses assentamentos, analisando a proximidade da produção de quintal mantida por elas com a agroecologia. Para isso foi utilizada a metodologia de pesquisa denominada “Bola de Neve”, uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados. Este método consiste em identificar uma pessoa com o perfil necessário para a pesquisa e em seguida, solicita-se que a pessoa indique novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista (VINUTO, 2014).

De acordo com Albuquerque (2009), os primeiros participantes contatados a aplicação da pesquisa são as chamadas “sementes”, que devem ter conhecimento da sua localidade, do fato acontecido ou das pessoas que vivem na comunidade. Esse mesmo indivíduo indica outra pessoa de seu conhecimento para que também participe da amostra. Esses serão os “filhos das sementes”. Para que se tenha uma amostra considerável deve-se selecionar um número inicial de sementes que, preferencialmente, devem exercer certa liderança no espaço a ser estudado e conhecer muitos membros da localidade.

A autora citada apresenta como vantagem dos métodos que utilizam cadeias de referência a identificação de população oculta mais facilmente escolhida por outros membros dessa população. De acordo com Sanchez e Nappo (2002), a escolha de sujeitos por meio da técnica metodológica “Bola de Neve”, a partir de informantes chaves permite que se conheça a população investigada e se atinja diferentes grupos. Assim, alcança-se a maior diversidade e é possível ter uma maior compreensão sobre o universo estudado.

Para a coleta de dados foram utilizadas entrevistas com roteiros semiestruturados, os quais foram aplicados com as mulheres agricultoras envolvidas na pesquisa e com maridos de duas agricultoras. O roteiro de entrevista semiestruturado, uma vez que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o

informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias de forma a enriquecer a investigação, possibilita que o entrevistado discorra sobre suas experiências a partir do foco principal proposto pelo pesquisador, ao mesmo tempo em que permite respostas livres e espontâneas do informante (TRIVINÕS, 1987). Além disso, a entrevista semiestruturada, por ser baseada em roteiro, fornece ao entrevistador flexibilidade para ordenar e formular perguntas durante a entrevista (GODOI, C. & MATTOS, P., 2006).

Na estruturação do roteiro de entrevistas com as mulheres procurou-se responder aos objetivos do presente estudo e, para isso, foi dividido em três blocos, onde o primeiro é o questionário (Anexo I) com questões referentes à composição familiar, produção, acesso a créditos, assistência técnica, gestão da propriedade; e o roteiro para entrevista semiestruturada com as mulheres (Anexo II), formado pelo segundo e terceiro blocos, e refere-se ao período anterior à transição agroecológica e a questões relacionadas ao período atual, respectivamente.

Também foi elaborado um questionário destinado aos companheiros/maridos das entrevistadas (Anexo III), com o objetivo de identificar o olhar dos homens em relação ao papel dessas mulheres na produção agroecológica, verificando se o discurso dos maridos é de valorização do trabalho de suas esposas ou se reforçam a invisibilidade dos papéis desenvolvidos por elas.

Na visão qualitativa o investigador está impedido de determinar previamente o número de entrevistas necessárias à sua investigação. A definição desse número é flexível e depende do desenvolvimento teórico do trabalho. O pesquisador se quiser, e considerar necessário, pode voltar ao campo e ampliar o número ou aprofundar a conversação com os entrevistados (GODOI, C. & MATTOS, P., 2006). No início desta pesquisa foram determinadas 10 entrevistadas. Não foi necessário ampliar este número, sendo suficiente o conteúdo adquirido durante as entrevistas.

Para selecionar as mulheres entrevistadas foram adotados alguns critérios. A partir das visitas de campo e do acompanhamento das reuniões dos grupos desenvolvidas durante os trabalhos de assistência técnica, do NEA e desta pesquisa foi possível identificar mulheres que se destacavam de maneiras distintas de acordo com a participação nos grupos, desempenhando papéis de liderança ou diretamente na produção orgânica ou na comercialização. Assim, foi escolhida uma mulher pertencente a cada

OCS estudada. Dentro dos quatro grupos de OCS foram selecionadas duas mulheres que se destacam dentro da produção e duas com características de liderança.

Na OCS Grupo Familiar Chico Bento foi entrevistada a agricultora Claudinha, do Assentamento Bela Vista do Chibarro. Claudinha tem um papel importante na produção e comercialização dos produtos; é responsável por providenciar e organizar toda a documentação necessária para o grupo de OCS. Também é a tesoureira da associação de produtores familiares Chico Bento da qual faz parte, responsável pelas prestações de contas das entregas realizadas pela associação. Apesar do papel fundamental exercido por Claudinha, tanto na produção da OCS como na burocracia da associação, o papel de liderança é desempenhado por seu marido, Luiz Carlos.

Na OCS Orgânicos Bela Vista, a agricultora Lucilene foi escolhida por ter um lote bem avançado no sistema de produção orgânica, e por ela ser a principal responsável por essa produção. O marido de Lucilene também participa da produção, mas divide seu tempo entre a comercialização dos produtos e a participação em reuniões, desempenhando o papel de liderança da OCS.

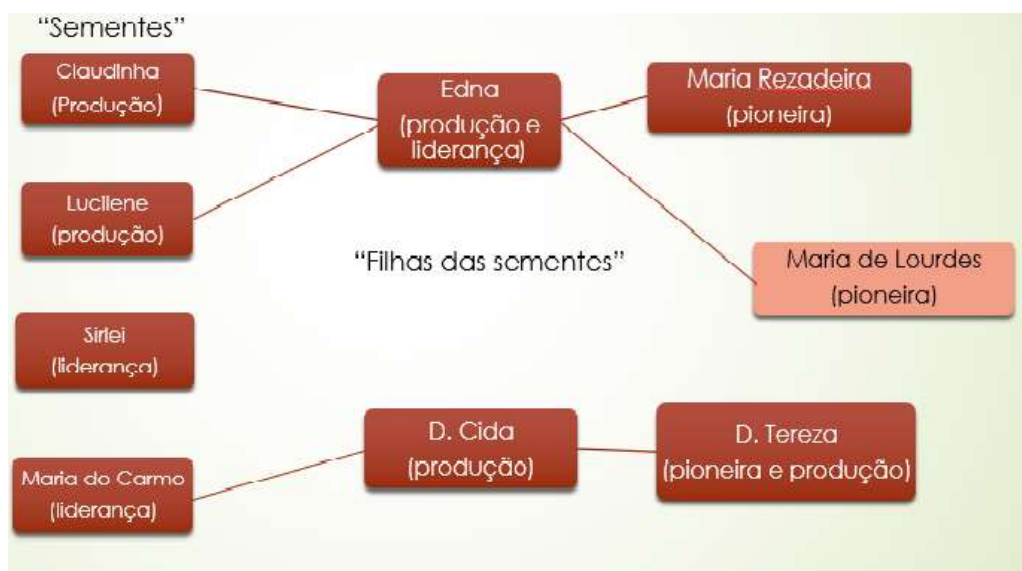
Dentro da OCS Orgânicos Monte Alegre, Sirlei é a única mulher participante das reuniões do grupo, sendo também a representante da OCS no cadastro do MAPA. Apresenta papel de liderança na OCS e também na cooperativa da qual faz parte, onde já desempenhou papel de tesoureira. Paralelo às atividades do lote, Sirlei também tem características de empreendedora. Em 2018 inaugurou um restaurante/pizzaria na cidade de Motuca.

D. Maria é a representante da OCS Orgânicos do Assentamento Fortaleza e presidente da associação A Vida da Gente. Ela desempenha papel importante de liderança, não somente nos grupos que representa, mas no assentamento como um todo. É a responsável pelos projetos de comercialização, prestações de contas, reuniões e elaboração de atas. Além de desempenhar funções de administração na associação, acompanhar as produções dos lotes da OCS, ela também tem papel importante na produção e comercialização de seus produtos.

Utilizando a metodologia “Bola de Neve”, estas mulheres são consideradas as “sementes”, e indicaram outras mulheres, personagens da pesquisa consideradas por elas agricultoras de produtos orgânicos/agroecológicos ou como pioneiras dos assentamentos. No Assentamento Bela Vista do Chibarro, Claudinha e Lucilene indicaram Edna como

uma mulher agricultora inserida na produção orgânica e que exerce papel de liderança junto a um grupo de mulheres. Edna, por sua vez, indicou D. Maria Rezadeira e D. Lourdes como mulheres pioneiras do assentamento. D. Lourdes não foi encontrada em seu lote, por esse motivo foi entrevistada somente a D. Maria Rezadeira. No assentamento Fortaleza D. Maria do Carmo indicou D. Cida como agricultora que trabalha com produção orgânica, e D. Cida, por sua vez, indicou D. Tereza como mulher pioneira do assentamento. Dessa forma foi constituído o grupo de mulheres que participaram das entrevistas neste trabalho, conforme indicado na figura a seguir:

Figura 1. Esquema de escolha das mulheres entrevistadas a partir do método “Bola de Neve”.



Fonte: Elaborada pela pesquisadora. 2018.

Também foram realizadas entrevistas com os maridos de duas entrevistadas, com os quais foram tratados temas mais gerais que ajudassem a contextualizar as experiências estudadas. Luiz Carlos, marido da Claudinha, e Toninho, marido de Lucilene, foram escolhidos por desempenharem papéis de lideranças nos grupos de OCS's e pela facilidade de diálogo com eles.

Uma vez identificados, esses sujeitos foram contatados para orientações e esclarecimentos quanto à pesquisa e para o preenchimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo D). A partir dessa ação os sujeitos foram convidados a participar das entrevistas com questionários semiestruturados. O conteúdo das entrevistas foi transcrito para uma análise mais detalhada do material coletado.

Este estudo utilizou o método análise de conteúdo³ para dar sentido aos dados coletados nas entrevistas. Dallagnelo e Silva (2005) afirmam que a análise de conteúdo visa o conhecimento de ordem psicológica, sociológica e ou histórica, deduzindo com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens específicas. Enfim, a análise de conteúdo vai além do texto. Ela busca entender a mensagem, o significado transmitido pela mensagem e aquilo que pode estar implícito. Para tal método é preciso passar por três etapas: a pré-análise, a exploração e a interpretação de dados, sendo a primeira etapa a que definimos os objetivos e formulação de hipóteses; a segunda é a etapa em que se define o recorte definitivo da pesquisa, agrupando os dados e informações coletados, analisados dentro de um contexto; e na terceira é a fase de reflexão com base nos materiais coletados e estudados e para gerar significado nos resultados obtidos.

Foram analisados os números de agricultoras cadastradas como produtoras familiares orgânicas no sistema de informação contidas no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, identificando o desenvolvimento das mulheres na atividade agroecológica.

O trabalho foi submetido para avaliação e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIARA.

O conteúdo discutido neste estudo foi dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo é sobre os caminhos percorridos pelas mulheres na Agroecologia, apresentando um pequeno relato sobre os conceitos, processos e legislações existentes para a produção orgânica e sistemas agroecológicos no Brasil e também sobre o lugar das OCS's nesta pesquisa e na Agroecologia. O segundo capítulo trata dos espaços estudados, subdividido em textos que abordam a caracterização dos assentamentos, as organizações de controle social e as formas de comercialização. O terceiro capítulo trata-se da apresentação das mulheres, com as histórias de cada agricultora a partir de seus relatos nas entrevistas. No

³ Aparentemente, a linguística e a análise de conteúdo têm o mesmo objeto: a linguagem. Na verdade, não é nada assim: a distinção fundamental proposta por F. de Saussure entre língua e palavra e que fundou a linguística, marca a diferença. O objeto da linguística é a língua, quer dizer, o aspecto coletivo e virtual da linguagem, enquanto que o da análise de conteúdo é a palavra, isto é, o aspecto individual e atual da linguagem. A linguística trabalha numa língua teórica, encarada como um conjunto de sistemas que autorizam combinações e substituições regulamentadas em elementos definidos. O seu papel resume-se, independentemente do sentido deixado à semântica, à descrição das regras de funcionamento da língua, para além das variações individuais ou sociais tratadas pela psicolinguística e pela sociolinguística. Pelo contrário, a análise de conteúdo trabalha a palavra, quer dizer, a prática da língua realizada por emissores identificáveis. (Laurence Bardin, "Análise de Conteúdo", 2002)

quarto e último capítulo são apresentados os resultados encontrados a partir dos principais pontos abordados na pesquisa como a dificuldade de assumir lideranças, a divisão sexual do trabalho e o acúmulo de funções, a relação dos quintais e dos saberes tradicionais com a segurança alimentar, a importância do reconhecimento das mudanças que estão ocorrendo na Agroecologia e uma discussão sobre a participação das mulheres nas OCS's estudadas.

CAPÍTULO I: As mulheres no espaço rural: na produção orgânica e na transição agroecológica.

1.1. Os caminhos das mulheres na transição agroecológica: obstáculos e conquistas.

Ao averiguar a situação atual das trabalhadoras rurais, nota-se que o problema da discriminação de gênero atravessa décadas e manifesta-se independente do setor da atividade e do contexto histórico e socioeconômico.

A desigualdade de gênero no mundo rural se expressa nas relações de trabalho, em que as atividades realizadas pelas mulheres são reconhecidas simplesmente como “ajuda” decorrente do exercício do seu papel de esposa. Em alguns contextos, muitas mulheres ainda não se reconhecem como trabalhadoras rurais por incorporarem a visão corrente de que o trabalho feminino e não remunerado se caracteriza como complementar, o que revela a “naturalização” da divisão sexual do trabalho. Portanto, a atividade feminina é descaracterizada como trabalho, não tendo o mesmo valor conferido ao trabalho masculino (LEAL, 2011).

PAULILO (2016), em seu livro “Mulheres Rurais”, num estudo sobre fumicultores no Sertão da Paraíba, apresenta a distinção feita por eles entre trabalho “cansativo” e “pesado”. A lavoura se enquadra na primeira categoria, mas não na segunda: exige muito trabalho, mas todo ele é “leve”. Trabalho “pesado” é o trabalho que exige força física e é sempre feito por homens. Essa definição de trabalho ajuda a explicar o baixo preço pago ao trabalho realizado por mulheres no campo. Apesar da sutileza empregada na exploração da mão de obra feminina, há mulheres que, realizando as mesmas tarefas que os homens, recebem menos.

Conceitua-se divisão sexual do trabalho como sendo a forma em que se divide o trabalho social resultante das relações sociais entre feminino e masculino. Histórica e socialmente construída, a divisão sexual do trabalho propõe a atribuição ao gênero masculino, tarefas ligadas ao âmbito produtivo e de valor social, enquanto ao feminino são designadas as tarefas de reprodução (HIRATA e KERGOAT, 2007).

É nessa esfera que Melo (2002) afirma que o trabalho da mulher na agricultura familiar não é reconhecido, supostamente não gera valor econômico e social, ou seja, é

considerado como gratuito. Enquanto ao homem são relacionadas as atividades produtivas.

A invisibilidade do trabalho da mulher na agricultura é citada por Emma Siliprandi, que diz que essa invisibilidade está vinculada às formas como se organiza a divisão sexual do trabalho e de poder nessa forma de produção, em que a chefia familiar e a da unidade produtiva socialmente é imposta ao homem.

Embora a mulher trabalhe efetivamente no conjunto de atividades da agricultura familiar (incluindo a transformação de produtos e o artesanato) -, somente são reconhecidas, ainda assim com status inferior, aquelas atividades consideradas extensão do seu papel de esposa e mãe (preparo dos alimentos, cuidados com os filhos, etc.). (SILIPRANDI, 2015, p. 101)

Esse tema foi discutido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e publicado em 2016 com o título “O uso do tempo e gênero”, buscando entender quais as nuances e os aspectos da correlação entre a distribuição das tarefas durante o dia de homens e mulheres e as desigualdades de gênero. Os estudos de uso do tempo permitem trazer à luz a sobrecarga de trabalho realizado pelas mulheres e que, muitas vezes, nem as mulheres contabilizam como horas trabalhadas o período dedicado às atividades domésticas, muito menos em termos monetários.

A participação política e as intervenções dos movimentos de mulheres rurais no espaço público, em geral, vêm contribuindo significativamente para o seu reconhecimento como sujeitos de direito pela busca do reconhecimento dessas mulheres como trabalhadoras rurais. A construção da identidade política como estratégia de visibilidade implica diretamente nas políticas públicas, que respondem às suas demandas e na definição de espaços institucionais empenhados em garanti-las. Isso demonstra que a sua atuação, por meio de suas organizações e movimentos, tem conseguido não apenas dar-lhe visibilidade, mas, de alguma forma incidir sobre a agenda pública e adquirir legitimidade junto à sociedade e ao Estado (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015). Com a atuação das mulheres rurais em movimentos sociais, na sua diversidade, foram se constituindo e se afirmando como sujeitos políticos, assim como foram aprendendo a (re)inventar formas de fazer política.

Dentre as especificidades dos movimentos feministas encontra-se uma corrente de pensamento caracterizada pelas lutas que atrelam as causas das mulheres às lutas pela

conservação dos recursos naturais. Ecofeminismo é a terminologia utilizada resultado da junção das palavras Ecologia e Feminismo. Na época de suas primeiras manifestações, a corrente era composta por mulheres que lutavam pelas reivindicações feministas, já características, mas também integravam movimentos ecológicos cada vez mais preocupados com os problemas ambientais que estavam se agravando, como o crescimento populacional desenfreado, o modelo agrícola mecanicista químico-sintético e a disseminação da energia nuclear, por exemplo. A preocupação das ecofeministas era mostrar, por um lado, os impactos específicos que esses fenômenos tinham sobre a vida das mulheres; e, por outro, como esses problemas estavam interligados entre si (SILIPRANDI, 2009). Para as ecofeministas, os impactos ambientais eram resultado do modelo econômico capitalista e seu sistema de produção baseado nos princípios patriarcais. Partiam, assim, do pressuposto de que a exploração das mulheres, praticada pelos homens, era semelhante às cometidas contra os recursos naturais. Por isso, as militantes do Ecofeminismo defendiam que os abusos e os processos de dominação das mulheres e dos recursos naturais estavam correlacionados (LUZ, 2014). Assim, é possível afirmar que o movimento feminista agroecológico tem inspiração teórica no Ecofeminismo.

Nas lutas sociais das mulheres rurais destaca-se a Marcha das Margaridas, uma ação coletiva protagonizada por mulheres do campo e da floresta, como se nomeiam, que ocorre a cada quatro anos na capital federal. Segundo a comissão organizadora, a primeira Marcha que ocorreu em Brasília no dia 20 de agosto de 2000, reuniu mais de 20 mil trabalhadoras rurais e teve como lema principal “2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”. A denominação “Marcha das Margaridas” foi uma forma de tornar pública a situação de desigualdades nas quais vivem as trabalhadoras rurais, evidenciar as diversas formas de violências enfrentadas e a situação de pobreza da maioria das mulheres (SILVA, 2008). É uma das maiores manifestações populares que ocorrem atualmente no País e integra a agenda dos movimentos sociais no campo. Importante parte do processo histórico de organização das mulheres trabalhadoras rurais, a Marcha das Margaridas, atuando em rede, tem produzido visibilidade às mulheres do campo e da floresta, tem criado impacto na esfera pública e obtido conquistas para a cidadania, mostrando-se capaz de dialogar com o Estado e incidir sobre as políticas públicas (AGUIAR, 2016), considerando o papel essencial dessas mulheres na produção de alimentos e na economia local.

Segundo Pimbert (2009), as mulheres rurais constituem a maior força de trabalho dos sistemas alimentares e contribuem de maneira significativa para a segurança alimentar e para a economia local. Há estreita relação entre as mulheres e a soberania alimentar, pois são elas as responsáveis pela maior parte do trabalho de produção e comércio de alimentos, e estão diretamente envolvidas com a alimentação da família. As mulheres estão profundamente implicadas na produção de alimentos para o autoconsumo, e assim, são elas que detêm grande parte dos conhecimentos tradicionais sobre as plantas, sementes e técnicas de plantio.

A discussão sobre as questões de gênero vem ganhando espaço na Agroecologia, tendo sido afirmada como uma das diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), contribuindo na redução das desigualdades de gênero por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres.

Entretanto, apenas recentemente surgiram estudos sobre a temática, merecendo destaque os trabalhos de Emma Siliprandi, a qual estudou a trajetória de vida de mulheres agricultoras que participam ativamente de movimentos agroecológicos no Brasil, identificando o protagonismo destas mulheres nas mudanças sociais no campo que promovem a produção agroecológica no âmbito local e comunitário, ao mesmo tempo em que pressionam por mudanças políticas mais gerais. Em vários textos que definem as premissas e os métodos da agroecologia encontram-se referências à existência das desigualdades de gênero como fontes de preconceitos contra as mulheres e como aspectos que deveriam ser considerados na elaboração dos seus programas de pesquisa e propostas de intervenção. No entanto, não existem aprofundamentos sobre essa problemática, que é fundamental para o entendimento de como se expressam as relações de poder no meio rural, e que determina, por exemplo, o vínculo de uma parcela significativa da população camponesa (as mulheres) aos meios de produção e aos recursos ambientais. As relações de poder determinam igualmente as condições de participação dos homens e mulheres nos espaços de decisão sobre os rumos da sociedade, e, portanto, na construção do desenvolvimento rural sustentável. (SILIPRANDI, 2015)

Karan (2004) verificou no decorrer de sua pesquisa que a mulher que está participando da agricultura orgânica desempenha um papel fundamental em todo o processo. No campo da produção ela tem sido precursora dentro da unidade familiar, assumindo os desafios de começar algo novo, ao mesmo tempo em que desafia a produção

convencional ao pôr em prática saberes adquiridos com outras gerações. Muitas vezes é ela quem reintroduz sementes há muito guardadas nas próprias hortas domésticas, testa formas e preparados no cultivo, recupera a cooperação em todas as esferas da produção. É ela que tem garantido a sociabilidade no mundo rural, atuando no espaço privado – na família, na vizinhança, na religiosidade. Ela silenciosamente faz as articulações e ‘costuras’ do tecido social da unidade familiar, da família extensa e da comunidade. Então, conhecer e desvendar o seu papel em processos de novas ruralidades é entendido como fundamental.

As mulheres adquiriram historicamente um vasto saber dos sistemas agroecológicos. Desempenham importante papel como administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e fitogenéticos, e assegurando por meio de suas atividades produtivas as bases para a segurança alimentar. (PACHECO, 2002, p. 20)

Nos espaços das unidades familiares de produção as mulheres cultivam seus alimentos nos chamados quintais produtivos que se referem ao espaço de produção da mulher, geralmente ao redor de casa e com saberes populares agroecológicos agregados (SALES, 2007). Os quintais produtivos são, portanto, experiências produtivas criadas socialmente pelas próprias mulheres do campo na busca por um espaço de trabalho produtivo que se mistura com os trabalhos de reprodução, doméstico e de cuidados que historicamente e socialmente são delegados a elas (FILIPAK, 2017, p. 201).

Esses quintais se caracterizam por influenciarem diretamente na dieta alimentar da família, composta por frutas, hortaliças, condimentos, plantas medicinais, além de proteína de origem animal (ALEIXO et. al., 2019), favorecendo, portanto, a segurança alimentar do núcleo familiar.

Certamente, as práticas que realmente movem as mulheres – sua responsabilidade pelo autoconsumo e pela diversificação das atividades agrícolas – são desqualificadas pelo modelo de economia convencional. Entretanto, a relação entre cidadania, políticas públicas e trabalhadoras rurais não pode ser discutida somente pela lógica do mercado, pois assim estão sendo deixadas de lado questões essenciais à satisfação das necessidades humanas. É por isso que a rediscussão de tal relação, por intermédio de um olhar feminista

sobre a economia, comprometido com a biodiversidade, com os ecossistemas e com a produção para a vida, faz-se absolutamente necessária. (DUVAL, 2011)

Na perspectiva da economia feminista, as mulheres têm produzido a partir de suas práticas, colocando o cuidado da vida como um objetivo a ser perseguido. Isso significa ressaltar a importância da valorização do trabalho das mulheres não apenas em termos monetários, mas pelo próprio sentido e contribuição deste para a produção da vida, que envolve a construção de relações, a promoção de saúde e cuidados e sobretudo a possibilidade da construção de um modelo de produção que viabiliza a conservação da biodiversidade. (ALEIXO et. al., 2019)

As mulheres ocupam oficialmente 38% da agricultura orgânica produzida no Brasil, e assumem o papel protagonista na agroecologia, sob as influências dos conhecimentos extraídos dos estudos da cientista Ana Maria Primavesi⁴. A pesquisadora da Embrapa Amazônia Ocidental, Elisa Wandelli, atribui aos ensinamentos de Primavesi, de quem grande parte dos pequenos agricultores que cultivam os produtos orgânicos são discípulos, a presença marcante das mulheres na agricultura orgânica (AAO).

A adoção do sistema produtivo da agricultura agroecológica merece destaque, pois se trata de uma das estratégias da agricultura familiar para a manutenção do espaço rural, sendo compreendido como espaço físico e também de particularidades como identidade e modo de viver no campo.

1.2. Histórico da produção orgânica e de sistemas agroecológicos no Brasil

Durante as últimas décadas, a agricultura vem mudando suas características a partir do desenvolvimento de novas tecnologias, máquinas agrícolas e indústria química, que embora impulse a produção de alimentos, também produz efeitos colaterais. A

⁴ Nascida na Áustria, em 1920, Ana Maria Primavesi é uma renomada engenheira agrônoma naturalizada brasileira. Formada em 1942, ela é grande responsável por diversos avanços no estudo das ciências do solo em geral, especialmente no seu manejo ecológico. É uma das mais importantes pesquisadoras da agroecologia e da agricultura orgânica.

Foi professora na Universidade Federal de Santa Maria, contribuindo diretamente para a organização do primeiro curso de pós-graduação direcionado à agricultura orgânica. Depois de aposentada, colocou em prática seus conceitos sobre agricultura orgânica em sua própria propriedade agrícola, em São Paulo. Fundou, junto a outros pesquisadores, a AAO (Associação da Agricultura Orgânica), uma das primeiras associações de produtores orgânicos do Brasil. Hoje, a Dra. Primavesi dedica seu tempo a praticar essa agricultura ecológica e continuar espalhando o conhecimento sobre a necessidade de se aliar agricultura e preservação ambiental.

partir da preocupação com tais efeitos colaterais, agricultores desenvolveram métodos e processos agrícolas que são seguros e sustentáveis, tratando-se de uma produção baseada na interação dinâmica entre solo, plantas, animais, pessoas, ecossistema e meio-ambiente (Federação Internacional de Movimentos para a Agricultura Orgânica - IFOAM,1998).

Esses agricultores, normalmente conhecidos como produtores orgânicos, conseguiram provar para o mundo que seu sistema é diferente dos sistemas agrícolas convencionais e, acima de tudo, é competitivo e capaz de fornecer produtos agrícolas de boa qualidade (IFOAM,1998). Além de minimizar os impactos para o meio-ambiente, utilizando-se de insumos orgânicos, é descartado uso de agroquímicos e organismos geneticamente modificados, sobre os quais ainda não se tem uma clareza científica.

Segundo Mazzoleni & Nogueira (2006), em 1840 o químico alemão Justus von Liebig publicou a teoria da nutrição mineral das plantas, deu-se a disseminação dos conhecimentos da química agrícola, marcada principalmente pela inovação dos fertilizantes químicos.

De maneira semelhante à revolução industrial, diversas inovações se somaram gradativamente e, com isso, crescia o poder do homem de controlar as variáveis da natureza ao interesse produtivo. A partir daí ocorreu o surgimento de um conjunto de práticas que compunham o chamado “pacote tecnológico” da revolução verde. No mesmo período, em resposta às grandes transformações que ocorriam, surgiram diversos movimentos em vários locais do mundo, simultâneos, mas independentes entre si. Inicialmente, em 1920, a agricultura biodinâmica, na Alemanha e Áustria, na década seguinte, a agricultura natural no Japão e a agricultura biológica na Suíça e Áustria. Ainda se iniciava o desenvolvimento desse tipo de agricultura em países como a França e a Alemanha, espalhando-se mais tarde pelos demais países a filosofia de uma agricultura natural, um modelo de uma agricultura integrada com o ambiente. Porém, esses primeiros movimentos guardam pouca ligação com a agricultura orgânica praticada atualmente, pois não havia padrões, regulamentos ou interesses em questões ambientais e de segurança alimentar (FAVERET et al. 2002).

Quer seja associado à preservação de saúde ou a um estilo de vida anticonsumista, são todos movimentos de reação e de contestação ao domínio técnico industrial e crítico à agricultura de insumos químicos (BARRES, BONNY, LEPAPE, REMY,1985). Com o aumento de produção, interesses de consumo e de mercado, além de todo o aspecto

ambiental e social que a produção de orgânicos representa, as autoridades mundiais começaram a atuar no sentido de regular essa atividade (MAZZOLENI; NOGUEIRA, 2006).

É provável que a história da agricultura orgânica tenha tido seu início na década de 20, relatada em um livro chamado “Um testamento agrícola” de 1940, escrito pelo trabalho do pesquisador inglês Albert Howard, que, em viagem à Índia, observou as práticas agrícolas de compostagem e adubação orgânica utilizadas pelos camponeses daquele local (FAVERET et al. 2002). É importante destacar que essas denominações dadas aos movimentos ligados à agricultura surgiram a partir da observação de estudiosos sobre sistemas de produções já praticados por determinados povos. Portanto, pesquisadores se apropriaram dos conhecimentos e costumes destes locais, dando nome e caráter científico a essas práticas agrícolas.

No Brasil cresce o número de agricultores tradicionais que convertem suas unidades convencionais de produção agrícola para unidades de produção ecológicas. As razões que levaram à conversão são as mais diversas. Darolt (2000), ao estudar os sistemas de produção orgânica da região de Curitiba, indica a saúde, as vantagens econômicas, a convicção ideológica e a conservação dos recursos naturais, respectivamente, como motivos mais relevantes que induzem à mudança. Pode-se dizer que os nativos, descendentes de índios, dominavam um saber que tinha por base as leis da natureza e que, apesar de não competir com os sistemas modernos, tinha uma relação direta com os ecossistemas naturais. Embora os modelos europeus inspirem formas alternativas de organização da produção, no Brasil, a agricultura alternativa surge diante de contextos de uma política agrária excludente, motivada por organizações politicamente engajadas e visando à construção de uma sociedade democrática e com a perspectiva de transformação social (BRANDENBURG, 2002).

A IFOAM, instituição mundial que congrega diferentes setores da sociedade envolvidos com a produção, o transporte, o processamento, a comercialização de produtos orgânicos, fundada em 1972, estabeleceu seus padrões básicos em 1980, que são revisados a cada dois anos, na tentativa de definir a produção orgânica num contexto internacional (MEDAETS, J. P. P.; FONSECA, M. F., 2005).

Em 1998 ocorreu a 12ª Conferência e Assembleia Geral da IFOAM, cujo objetivo principal foi discutir as perspectivas da agricultura orgânica no início do século XXI. A

partir desta Conferência foram definidos critérios para a certificação da agricultura orgânica e processamento, documento registrado na ISO como norma internacional para a agricultura orgânica.

As Normas Básicas IFOAM refletem o estado atual e métodos de processamento da produção orgânica e não podem ser usadas para certificação. Elas servem como base para que os programas de certificação mundiais desenvolvam suas próprias normas regionais e nacionais. Produtos comercializados no mercado com rótulo orgânico, o produtor e processador devem trabalhar com certificados por um programa regional ou nacional com base nestas normas. Isto exige um sistema regular de inspeção e certificação. Tais programas garantirão a credibilidade dos produtos orgânicos e ajudarão a conquistar a confiança do consumidor (ALVES et. al. 2012).

A produção e processamento de orgânicos baseiam-se em uma série de princípios e ideias:

- Produzir alimentos de boa qualidade em quantidade suficiente;
- Interagir de forma construtiva e sadia com sistemas e ciclos naturais;
- Considerar o impacto social e ecológico mais amplo do sistema de produção e processamento orgânicos;
- Encorajar e melhorar os ciclos biológicos dentro do sistema de produção, envolvendo microrganismos, flora e fauna do solo, plantas e animais;
- Desenvolver um ecossistema aquático valioso e sustentável;
- Manter e aumentar a fertilidade dos solos a longo prazo;
- Manter a diversidade genética do sistema de produção e suas redondezas, incluindo proteção das plantas e habitat selvagens;
- Promover o uso sadio e cuidados apropriados com a água, recursos hídricos e com os seres vivos que lá habitam;
- Usar, sempre que possível, recursos renováveis em sistemas de produção localmente organizados;
- Criar um equilíbrio harmônico entre agricultura e pecuária;
- Propiciar condições adequadas para a sobrevivência dos animais de criação considerando os aspectos básicos de seu comportamento inato;
- Minimizar todas as formas de poluição;
- Processar produtos orgânicos usando recursos renováveis;

- Produzir produtos orgânicos totalmente biodegradáveis;
- Produzir produtos têxteis duráveis e de boa qualidade;
- Propiciar a todos os envolvidos na produção e processamento de alimentos orgânicos - qualidade de vida de acordo com suas necessidades básicas, remuneração justa, satisfação no trabalho e meio ambiente sadio;
- Evoluir em direção a uma cadeia completa - produção, processamento e distribuição – que seja socialmente justa e ecologicamente comprometida.

O cultivo de orgânicos no Brasil foi regulado pela instrução normativa nº 007, de 17/05/1999. Em 2003 foi sancionada a Lei 10.831, regulamentada pela Portaria 158 de 2004 e complementada pela Instrução Normativa 016, também de 2004. Essas normas estabelecem diretrizes de produção, tipificação, processamento, envasamento, distribuição, identificação e de certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal. A partir de 2007 as certificadoras são obrigadas a cadastrar os dados das propriedades que certificam no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), como: quantidade de propriedades, área explorada, produção, produtividade, culturas (BRASIL, 2007). Em posse das informações geradas por esse banco de dados, tanto o MAPA, quanto produtores e outras entidades, podem executar planos estratégicos para a operação e melhoria no setor, bem como tomar decisões precisas em relação a esses planos (SILVA, et. al., 2008).

A ABNT (2007) define “certificação” como:

“Um conjunto de atividades desenvolvidas por um organismo independente da relação comercial, com o objetivo de atestar publicamente, por escrito, que determinado produto, processo ou serviço está em conformidade com os requisitos especificados. Esses requisitos podem ser: nacionais, estrangeiros ou internacionais”.

A avaliação de conformidade exercida pela certificação consiste em um processo sistematizado, com regras pré-definidas, devidamente acompanhadas e avaliadas, de forma a propiciar adequado grau de confiança de que um produto, processo ou serviço, ou ainda um profissional, atende a requisitos pré-estabelecidos em normas ou regulamentos (INMETRO, 2007). Nesse sentido, a certificação aparece como elemento fundamental nos mecanismos de padronização e classificação.

A certificação é essencial para o funcionamento do sistema orgânico, no entanto, é um processo que envolve custos adicionais e exige envolvimento dos agentes para uma reestruturação de regras, ao longo dos canais de produção e distribuição. Esses custos, de conversão do sistema convencional para o sistema orgânico e de certificação, representam um entrave à entrada no setor, principalmente para pequenos produtores (SILVA et. al., 2008).

Cabe ao produtor, geralmente, pagar uma taxa de filiação à certificadora, além de arcar com os gastos advindos das análises químicas do solo, assistência técnica, investimentos específicos do sistema de produção orgânica, e ainda, despesas com o inspetor. Além disso, algumas certificadoras cobram percentuais sobre o faturamento, o que dificulta ainda mais o processo de certificação.

As leis brasileiras abriram uma exceção à obrigatoriedade da certificação de produtos orgânicos para a venda direta aos consumidores finais por agricultores familiares. Mas, para isso, estes agricultores precisam estar vinculados a uma Organização de Controle Social (OCS).

A OCS pode ser formada por um grupo de no mínimo três agricultores familiares que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), com ou sem personalidade jurídica. Mas, para que a Organização seja reconhecida pela sociedade e ganhe credibilidade, é preciso que entre os participantes exista uma relação de organização, comprometimento e confiança, seguindo normas estabelecidas no Plano de Manejo Orgânico proposto no momento da formalização do grupo junto ao órgão fiscalizador (BRASIL, 2007).

A legislação determina que as OCS's se cadastrem nas Superintendências Federais de Agricultura do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Assim, em caso de denúncias ou suspeitas de irregularidades, os produtores e suas unidades de produção são identificados com mais facilidade. Esse procedimento, chamado de rastreabilidade, é importante para que os direitos dos consumidores e bons produtores sejam respeitados e que os “maus produtores” não se aproveitem da boa imagem que os produtos orgânicos conquistaram. Embora seja uma excelente ferramenta para a agricultura familiar e para o desenvolvimento de sistemas orgânicos, esse mecanismo não garante a produção orgânica das propriedades cadastradas se não houver a participação efetiva dos grupos de produtores nos registros de atividades e dos consumidores e técnicos

envolvidos nas visitas de acompanhamentos, fundamentais para que essa rastreabilidade aconteça de fato.

A certificação é um elemento importante para a governança, no sistema de produção orgânica. Ela padroniza e facilita a comunicação entre os agentes responsáveis pelo processo de produção e o seu consumidor, promovendo a transparência dos atributos intrínsecos relevantes do produto para o consumidor, que busca um produto de qualidade superior ao convencional (BRASIL, 2007).

Essa certificação/declaração de produto orgânico traz apelos, não somente em termos de processos de produção e beneficiamento sem uso de agrotóxicos, como também apoio à agricultura familiar e local e preservação ambiental. Isso pode influenciar no processo de escolha do consumidor e por isso, nesse caso, o selo/declaração pode representar um mecanismo estratégico importante para assegurar as informações atribuídas aos produtos, bem como para comunicá-las aos consumidores e membros da cadeia produtiva que tenham contato com a produção e distribuição.

Apesar de haver um considerável crescimento na produção orgânica no Brasil, muitos produtores permanecem na monocultura, não colaborando em nada para a biodiversidade, além de utilizar insumos comercializados pelas grandes multinacionais, não explorando possíveis recursos encontrados localmente, contrapontos muitos dos princípios da agricultura orgânica.

É importante esclarecer as diferenças entre os conceitos de produtos orgânicos e produtos de base agroecológica, visto que agroecologia e a agricultura orgânica não podem ser vistas como sinônimos.

A agricultura orgânica tem por princípio estabelecer sistemas de produção com base em tecnologias de processos, ou seja, um conjunto de procedimentos que envolvam a planta, o solo e as condições climáticas, produzindo um alimento sadio e com suas características e sabor originais, que atenda às expectativas do consumidor (PENTEADO, 2000).

A necessidade em atender as demandas contínuas de mercado leva à concentração do mercado em alguns produtos. Esta pressão de mercado favorece o estabelecimento de sistemas orgânicos muitas vezes monoculturais, cujo objetivo principal é a busca constante de aumento de produtividade, através do aporte de insumos alternativos

externos à propriedade. Estes exemplos privilegiam fatores econômicos, em detrimento de questões agrônômicas, ecológicas e sociais, desconsiderando o princípio agroecológico de equilíbrio entre estes fatores, expondo assim ao risco a sustentabilidade do sistema.

A agricultura sustentável poderá ser definida então como aquele que atenda aos seguintes critérios, de acordo com Gliessman:

...busque a autossuficiência das unidades produtivas quanto aos insumos que utiliza (particularmente quanto às sementes); consiga estimular a criatividade e a recuperação do conhecimento local sobre os agroecossistemas; use recursos renováveis, localmente acessíveis; reduza a dependência de insumos externos; mantenha estável ou crescente a sua capacidade produtiva no longo prazo; realize práticas que beneficiem o local; e mantenha e enriqueça a diversidade biológica (GLIESSMAN, 2000, p. 53).

A Agroecologia, por sua vez, se desenvolve em razão do padrão convencional de agricultura ter se mostrado insustentável, não só pelo aumento da pobreza e o aprofundamento das desigualdades, mas também pelos graves impactos ambientais negativos. Para Altieri (1989), a Agroecologia é uma ciência emergente que estuda os agroecossistemas integrando conhecimentos de agronomia, ecologia, economia e sociologia. Para Stephen Gliessman, a Agroecologia nada mais é do que a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis (GLIESSMAN, 2000).

O agroecossistema é definido como um ecossistema modificado pela ação do homem por meio de atividades agrícolas. Entende-se, portanto, que sempre haverá uma intervenção nos ecossistemas com a interferência do ser humano no ambiente natural; mas, ao se respeitarem os processos ecológicos, espera-se que a capacidade de regeneração do ambiente seja potencializada, aproveitando-se as interações positivas que possam ocorrer (ALTIERI, 2002).

Uma das principais premissas da agroecologia é a análise da co-evolução dos sistemas biológicos e sociais, e o reconhecimento de que essa co-evolução teria sido captada pelos agricultores tradicionais (camponeses, indígenas) através de processos de ensaios, tentativas e erros, cujos aprendizados foram transmitidos pela cultura. O rompimento dessa cadeia de co-evolução – produzido, por exemplo, pela hegemonia da

moderna ciência agrônômica, que afastou as pessoas do meio ambiente – estaria na base dos desastres tecnológicos vivenciados com a agricultura moderna (SILIPRANDI, 2009).

A melhoria do potencial dos agroecossistemas poderia ser conseguida, portanto, com uma combinação entre o conhecimento formal, científico (biológico e social) e os conhecimentos tradicionais. Por isso é que, do ponto de vista da construção do conhecimento sobre os agroecossistemas, o papel das populações rurais – detentoras desses conhecimentos e percepções vindas das práticas agrícolas e de manejo dos ecossistemas – passa a ser um aspecto fundamental para o conjunto da proposta agroecológica (NORGAARD; SIKOR, 2002).

Assim, a Agroecologia através de uma metodologia própria e tendo os agroecossistemas como unidade de estudo, procura compreender o funcionamento e a natureza dessas unidades, buscando uma maior biodiversidade do sistema e integrando princípios ecológicos, agrônômicos e socioeconômicos na compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo.

Portanto, toda produção de base agroecológica é orgânica, mas não podemos afirmar que todo orgânico é agroecológico. Logo, quando se observa uma produção agrícola com práticas ecológicas, mas que promove o esgotamento de recursos hídricos, não estabelece novos arranjos produtivos para os produtores locais e/ou, não valoriza a mão de obra no contexto social onde sua produção está inserida, mesmo que esta produção em algum momento adote prática ambientalmente correta, não podemos afirmar que esta produção seja agroecológica. Assim como um agroecossistema com severas desigualdades de gênero também não pode ser considerado agroecológico.

O movimento que se denominou Agroecologia surgiu na América Latina, procurando atender simultaneamente às necessidades de preservação ambiental e de promoção socioeconômica dos pequenos agricultores. Pela natureza de sua proposição, fazendo convergir a preocupação ambiental com a grave questão social latino-americana, a agroecologia encontrou meio fértil em organizações não governamentais ligadas ao desenvolvimento de comunidades rurais de pequenos agricultores (KHATOUNIAN, 2001). O conteúdo da agroecologia passou a ser internalizado nos debates e incorporado ao ideário de muitas ONGs que atuavam junto aos movimentos sociais do campo na década de 1990, dada a pertinência e aderência de tal proposição com a realidade sociocultural e ambiental dos agricultores familiares brasileiros (COSTA, 2017).

No Brasil, a partir de meados da década de 1990 o movimento agroecológico avançou expressivamente em ação e organização, com a constituição da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), envolvendo as ONGs e movimentos sociais, com a expansão das ações das instituições governamentais e não governamentais de âmbito local, regional e nacional (COSTA, 2017). Apesar dos avanços, não faltaram constrangimentos impostos pelos sistemas de produção convencional.

Os avanços da Agroecologia partiram justamente de estudos dos agroecossistemas tradicionais que, ao longo dos séculos, gerações de agricultores desenvolveram sistemas agrícolas complexos, diversificados e localmente adaptados. Esses sistemas foram manejados, testados e aprimorados por meio de práticas engenhosas, muitas vezes conseguindo garantir a segurança alimentar da comunidade e a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

Sevilla (2001) elencou as características que devem ser levadas em conta no processo de desenvolvimento sustentável com enfoque agroecológico, sendo elas: a-) a integralidade, buscando o estabelecimento de atividades econômicas e socioculturais que abranjam a maior parte dos setores econômicos necessários para permitir o acesso aos meios de vida da população, em busca da melhoria do bem-estar da comunidade; b-) harmonia e equilíbrio entre crescimento econômico e manutenção da qualidade do meio ambiente; c-) autonomia de gestão e controle, onde os próprios habitantes da propriedade devem ser os responsáveis pela gestão e controle dos elementos-chave do processo, evitando possíveis imposições alheias aos mecanismos socioculturais da comunidade; d-) minimização das externalidades negativas das atividades produtivas, com o estabelecimento de redes locais de intercâmbio de insumos localmente disponíveis, como elemento de resistência e enfrentamento ao controle externo exercido pelas empresas comerciais introdutoras dos elementos de natureza industrial ; e-) manutenção e potencialização de circuitos curtos, minimizando a dependência do exterior das comunidades e das redes convencionais de comercialização; f-) Utilização do conhecimento local vinculado aos sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais, onde a evolução local possui a lógica de funcionamento do agroecossistema, naquelas zonas em que o manejo tradicional histórico mostrou condições de sustentabilidade. Contudo, considera-se que os ciclos climáticos na natureza, junto com as formas de vida vinculadas a um meio ambiente específico, oferecem, por si só, respostas locais de natureza ecológica que são apreendidas e apropriadas pelo conhecimento local; e, por fim,

g-) pluriatividade, seletividade e complementaridade da renda, baseado na complementaridade de atividades, supõe uma recuperação de práticas ecológica e economicamente sustentáveis que historicamente se realizavam na comunidade.

Os movimentos sociais adotaram a Agroecologia como bandeira de sua estratégia de desenvolvimento e soberania alimentar, a qual é apresentada como uma alternativa à abordagem neoliberal que aposta num comércio internacional injusto como forma de resolver o problema da fome mundial. Em vez disso, o conceito de soberania alimentar enfatiza o acesso dos agricultores à terra, sementes e água, focando na autonomia, nos mercados locais e circuitos locais de produção-consumo, na soberania energética e tecnológica e nas redes de agricultor a agricultor. (ALTIERI, 2002)

É possível destacar que aspectos da Agroecologia, como campo de estudo, podem contribuir para desenho de estratégias de desenvolvimento rural sustentável e reflexões sobre a importância da construção desse desenvolvimento valorizando os papéis das mulheres em sistemas de base agroecológica.

Siliprandi (2015) aponta alguns fatores que favoreceram a melhoria da situação das mulheres nos sistemas de produção agroecológicos encontrados em estudos de pesquisas acadêmicas realizadas a partir dos anos 2000, como: a valorização das atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres dentro do sistema de produção familiar a partir da Agroecologia; a mudança radical no modo de se relacionar com a natureza e com as pessoas, além de valorizar uma característica atribuída às mulheres (o “cuidado”); a participação de todos os membros da família no processo de transição para a Agroecologia, quebrando o monopólio gerencial do homem; as pressões por parte dos movimentos de mulheres rurais para a maior participação de mulheres nos espaços sociais de discussões sobre a Agroecologia e nos espaços públicos como as feiras, possibilitando o reconhecimento social do trabalho desempenhado por elas; e a possibilidade de obtenção de renda, recebida por elas individualmente e fruto direto do seu trabalho permitindo avanços quanto à sua autonomia.

É nessa esfera que se almejou, além de proporcionar a compreensão e reflexão sobre os processos constituintes do funcionamento do agroecossistema, possibilitar o entendimento e a importância da figura das mulheres no campo, como agentes protagonistas da transição orgânica/agroecológica e, sobretudo da transformação social,

tendo como território de estudo os assentamentos e propriedades rurais existentes na região de Araraquara.

A Agroecologia não cumprirá seu propósito de ser uma referência para o desenvolvimento rural equitativo e sustentável se não se ocupar, na teoria e na prática, do reconhecimento das contribuições das mulheres e das questões que dificultam a sua participação como sujeitos plenos de direitos, tanto na vida social como na atividade produtiva e na construção do conhecimento agroecológico (AGUIAR; SILIPRANDI; PACHECO, 2009, p. 48).

1.3.O lugar das OCS's na pesquisa e na Agroecologia.

Dentre os métodos existentes para a certificação de produção orgânica, a Organização de Controle Social é a que apresenta estreita relação com sistemas agroecológicos por englobar não somente as práticas agrícolas, mas também as relações sociais, econômicas e ambientais. O mecanismo de controle social valoriza a interação entre agricultores, e desses agricultores com a sociedade, permitindo uma maior troca de experiências e conhecimentos. Esses agricultores podem ainda comercializar o produto do outro membro do grupo, o que favorece a diversidade ofertada aos consumidores e também viabiliza a comercialização dos produtos daquele agricultor que, por algum motivo, estiver com dificuldades em escoar sua produção. Dessa forma, as OCS's, por englobarem relações econômicas, sociais, culturais, estão fora da caracterização da produção orgânica de mercado.

Do ponto de vista produtivo, a OCS prioriza a utilização de insumos encontrados na propriedade, evitando a dependência de insumos externos, e realizando o ciclo de energia dentro da unidade produtiva. Por isso a importância da diversidade e de um ambiente em equilíbrio, incluindo animais que viabilizam esterco de qualidade para o solo; culturas de diversas espécies de plantas, respeitando a sazonalidade e o ambiente necessário para que elas se desenvolvam de forma saudável, além de proporcionar a garantia de produção durante o ano todo, diminuindo assim os prejuízos por perdas de produção.

A formação de OCS's facilita a comercialização dos produtos orgânicos de forma direta com os consumidores, o que possibilita uma aproximação entre produtor e consumidor, o qual pode obter todas as informações sobre o alimento que está

consumindo, aumentando o elo de confiança necessário nesse tipo de certificação. Por não existirem custos para a consolidação das OCS's e por não permitir atravessadores no processo de comercialização, os preços praticados pelos agricultores das OCS's nas feiras e cestas tendem a ser menores do que os outros produtos certificados. O fato destes produtos serem mais acessíveis economicamente também pode ser relacionado aos princípios da Agroecologia, por não se tratar de uma produção com finalidade de atender às demandas do capital, e sim por proporcionar o acesso aos alimentos saudáveis para toda a sociedade.

A OCS, sendo uma forma de organização que exige exclusivamente produtores da agricultura familiar em sua composição, e considerando a inclusão de todos os membros da família quando se fala em agricultura familiar, podemos entender que há também uma contribuição para a maior distribuição dos afazeres domésticos entre os outros membros da família além da mulher, e também da inclusão destas mulheres no planejamento da propriedade.

A agricultura familiar é vista como um setor fundamental na construção e na reprodução da agroecologia. Em primeiro lugar, por sua capacidade de co-evoluir respeitando os processos ecológicos, e, portanto, por ser o segmento mais adequado para avaliar e implementar tecnologicamente essas propostas; por outro lado, porque, em princípio, os processos de desenvolvimento teriam que ser construídos “de baixo para cima”, com a participação dos principais afetados, numa lógica de democracia direta que reivindica para esses atores sociais o papel de protagonistas da construção das propostas; e, ainda, pelo reconhecimento da necessidade de promover o empoderamento desses grupos, como uma espécie de pagamento de uma dívida social, por terem sido marginalizados econômica, social, política e culturalmente ao longo da história da humanidade (SILIPRANDI, 2009).

A agroecologia valoriza a produção da alimentação no nível doméstico, um tema extremamente ligado às mulheres. Os alimentos utilizados para o autoconsumo são uma grande contribuição das mulheres para a renda familiar, por isso a necessidade de computar tudo o que entra na composição dessa renda: não só quanto se ganha com a venda dos produtos e com as atividades realizadas pelos demais integrantes da família, mas, sobretudo, quanto “se deixa de gastar” por produzir as coisas dentro de casa.

Historicamente essas atividades foram menosprezadas, e com isso, o trabalho feminino também.

A possibilidade de participação e de valorização das mulheres em outros espaços para além do lar favorece o reconhecimento do trabalho executado por elas pelos familiares, pela sociedade, e o auto reconhecimento delas como agricultoras de fato.

Com isso, não se pretende associar necessariamente a OCS à conquista de uma possível autonomia por parte das mulheres. Há mulheres participantes de OCS que ainda se restringem ao papel de coadjuvantes em relação ao exercido ou atribuído aos homens. Há outras que vêm se firmando na liderança e nas formas de protagonismo detectadas na presente pesquisa.

E, por fim, há uma estreita ligação entre as OCS's e a Agroecologia, sendo a primeira um dos importantes instrumentos para o desenvolvimento da segunda.

CAPÍTULO II: Os assentamentos de reforma agrária e as OCS's: territórios de emancipação da mulher.

2.1. Os assentamentos rurais como locais de pesquisa

Produto de diferentes políticas públicas gestadas ao longo dos últimos 20 anos, a região de Araraquara (região central do Estado de São Paulo) conta com quatro projetos de assentamentos rurais, sendo dois deles de responsabilidade do Instituto de Terras do Estado - ITESP (Monte Alegre e Horto Bueno de Andrade) e dois do INCRA (Bela Vista do Chibarro e Fortaleza).

2.1.1. Assentamento Monte Alegre

Hoje o assentamento Monte Alegre conta com 6 núcleos, perfazendo um total de 416 lotes agrícolas, segundo dados da Fundação ITESP. No mesmo período em que o ITESP instalou um dos núcleos mais recente do projeto de assentamento Monte Alegre - o de número VI, o mesmo órgão assentou 31 famílias no Horto de Bueno de Andrade, área anteriormente pertencente à Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP) localizada no distrito de Bueno de Andrada (município de Araraquara), que dá nome ao Horto. As dimensões deste projeto de assentamento, além da origem comum da mobilização das famílias ali assentadas e das que foram para o núcleo VI do Monte Alegre, fazem com que o Horto de Bueno seja considerado um apêndice do grande projeto de assentamento Monte Alegre, que fica numa tríplice divisa de municípios (Araraquara, Motuca e Matão).

Figura 2: Localização do Assentamento Monte Alegre.



Fonte: Google Maps, 2017.

2.1.2. Assentamento Bela Vista do Chibarro

Além desses núcleos do ITESP, existe o assentamento promovido pelo governo federal através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no município de Araraquara: o projeto de assentamento Bela Vista do Chibarro. Este assentamento se encontra inteiramente no município de Araraquara, em terras anteriormente pertencentes a uma usina de açúcar, a antiga Usina Tamoio, cuja desapropriação data de 1989. A mobilização que levou à sua instalação acaba sendo emblemática da luta dos trabalhadores rurais nas terras dos canaviais (FERRANTE, 1992). O assentamento tem 204 lotes agrícolas.

Figura 3: Localização do Assentamento Bela Vista do Chibarro.



Fonte: Google Maps, 2017.

A inserção dos assentamentos no circuito de fornecedores de cana-de-açúcar para as agroindústrias passou a ser normatizada pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), qualificada como “parceria comercial” entre assentados e agroindústrias, a partir de 2002, com significativa adesão dos assentados da região de Araraquara. Porém, a produção de cana para fornecimento às agroindústrias manteve-se proibida nos assentamentos sob jurisdição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), gerando uma ambiguidade no tratamento da questão pelos órgãos oficiais, além de uma viva polêmica sobre a adequação desse cultivo nos assentamentos. O que poderia ser a solução para os bloqueios do desenvolvimento econômico dos assentamentos tem-se revelado cheio de impasses, nos quais uma insegura

melhora na renda monetária oculta a possibilidade de perda de autonomia na gestão do lote e, na medida em que essa modalidade de “parceria” acaba por caracterizar-se como arrendamento – como é o caso dos assentamentos federais –, até mesmo a perda do lote, via exclusão oficial (BARONE, FERRANTE e BERGAMASCO, 2008).

No Estado de São Paulo, a rápida e intensa modernização agropecuária, longe de superar conflitos pela posse da terra, acabaram por promovê-los, criando uma gama diversificada de demandantes por terra, todos excluídos dos benefícios da pujança econômica que marca essa unidade da federação. Assalariados temporários, ex-posseiros, ex-arrendatários, mais os trabalhadores marginalizados das distintas regiões do interior paulista (e dos Estados vizinhos): essa é a origem dos sem-terra que, com crescente visibilidade desde o início dos anos 1980, vêm se mobilizando em busca de terra e de um desenvolvimento alternativo para o campo. (BARONE; FERRANTE, 2013)

A característica mais marcante desses assentamentos é justamente sua inserção territorial numa região de agricultura modernizada, praticamente monopolizada pelas culturas da cana-de-açúcar e de citros. A maior parte das terras agricultáveis da região está cultivada com cana - cuja extensão chega, no município de Araraquara, a cerca de 30 mil hectares – e cuja cadeia de produção constitui o maior complexo agroindustrial da região (FERRANTE, 1992).

2.1.3. Assentamento Fortaleza

O Projeto de Assentamento Fortaleza criado em 13 de março de 2006 pelo INCRA, no município de Bocaina, Estado de São Paulo, assentando 29 famílias em parcelas que possuem em média 5,7 hectares de área por unidade produtiva. O Assentamento possui duas associações de produtores, a Associação A Vida da Gente, atualmente com 16 membros, e a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Fortaleza – APRAF, com 13 membros, e uma única Organização de Controle Social, que abrange 23 lotes.

Na figura 3 está o mapa com destaque em vermelho para a área do assentamento Fortaleza, rodeado por uma mata fechada. O P.A. Fortaleza tem acesso a estradas, energia e água. Existe uma produção diversificada nos lotes, com hortaliças, frutas, grãos, e pequenas criações de animais.

Figura 4. Assentamento Fortaleza no município de Bocaina - SP.



Fonte: Google Maps, 2017.

2.2. As Organizações de Controle Social: territórios de construção da Agroecologia.

Os dilemas da inserção regional desses projetos de assentamento não se referem apenas à trajetória das famílias – um retrato das contradições dessa modernização agrícola - ou à participação no mercado que esses produtores assentados têm ou almejam ter. Desde a sua instalação, o conflito com forças políticas representativas do complexo agroindustrial da cana se fez presente, pautando em muito a discussão sobre os projetos de desenvolvimento dessas experiências de reforma agrária (FERRANTE, 1992).

Diante deste cenário de contradições entre a monocultura e a agricultura familiar destacam-se as novas iniciativas voltadas a métodos de produção mais sustentáveis que estão surgindo nos assentamentos da região de Araraquara como as Organizações de Controle Social (OCS), que visam à produção orgânica de frutas, verduras e legumes nos lotes, englobando não somente as questões produtivas, como também econômicas, sociais e ambientais.

Nessa perspectiva foram desenvolvidas análises sobre a participação das mulheres cadastradas em OCS's de produtores orgânicos, bem como identificadas as mulheres que realizam a produção de quintal, onde podemos fazer uma relação com a produção de base agroecológica, considerando a manutenção dos conhecimentos tradicionais sem a

utilização de produtos químicos ou agrotóxicos, a produção para autoconsumo e também a inclusão da mulher na geração de renda.

2.2.1. OCS Grupo Orgânico do Assentamento Fortaleza.

Figura 5. Produtores orgânicos na sede do Assentamento Fortaleza.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora. 2014.

O Grupo Orgânico do Assentamento Fortaleza está localizado no município de Bocaina, foi consolidado em 2014 por 23 agricultores distribuídos em 18 lotes, dentre eles 9 casais, sendo 13 mulheres e 10 homens, além de técnicos e representantes das entidades que recebem a produção (BRASIL, 2017). Todo o grupo é formado por beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária que residem no Projeto de Assentamento Fortaleza. Cada unidade de produção possui em média 5,7 hectares, com produção parcial do lote no modelo orgânico.

As famílias pertencentes à OCS participaram por quatro anos consecutivos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), de 2012 a 2016. Eles entregavam seus produtos como convencionais, pois ainda não possuíam a declaração de produtores orgânicos. Em 2015 foram enviados dois projetos de PAA com produtos orgânicos, um através da Associação AVIDA, com 12 produtores, e outro via APRAF, com apenas 4 produtores. De acordo com as regras da Conab os projetos que apresentavam produtos orgânicos tinham prioridade para serem aprovados, mas somente o grupo menos, da APRAF, recebeu autorização para iniciar as entregas. A CONAB justificou na época que, pela falta de recurso do Governo Federal optou pelo projeto de menor valor.

Os projetos de PAA via CONAB tiveram seus recursos diminuídos em 2015, e a partir daí as associações do assentamento não conseguiram mais participar das entregas através dessa modalidade. Este foi um dos principais fatores para a extinção da OCS do Assentamento Fortaleza, em 2018. Segundo os produtores, houve um desânimo da maioria do grupo com o fim do PAA. Nesse mesmo período também foi retirada a equipe de assistência técnica que atendia os assentamentos federais, via contrato com o INCRA, dificultando ainda mais a condução do grupo de orgânicos e a elaboração de projetos. Três famílias permanecem entregando seus produtos através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no município de Bocaina, o restante dos produtores do Assentamento Fortaleza não está incluído em nenhum projeto de compra institucional.

A Figura 4 apresenta o registro da entrega das declarações de produtores orgânicos emitida pelo MAPA aos agricultores na Sede do Assentamento Fortaleza.

2.2.2. OCS Familiar Chico Bento.

Figura 6. Produtores da OCS Familiar Chico Bento na agrovila do Assentamento Bela Vista do Chibarro.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora. 2015.

A OCS surgiu a partir de uma associação familiar do Assentamento Bela Vista denominada Associação Chico Bento, formalizada em maio de 2014. Através da equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que prestava serviços no assentamento na época, eles tiveram acesso a informações sobre a produção orgânica e sobre o cadastramento junto ao MAPA.

Em maio de 2015 foi consolidada a primeira OCS em Araraquara, denominada OCS Familiar Chico Bento, formada por 3 unidades produtivas com um total de 4 agricultores, sendo 2 homens e 2 mulheres, além de técnicos e representantes das entidades que recebem a produção proveniente da OCS. Também são todos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e residem no Projeto de Assentamento Bela Vista do Chibarro. Além dos agricultores e agricultoras cadastradas no MAPA como produtores orgânicos, a OCS conta com a participação de mais 5 colaboradores, sendo 3 mulheres e 2 homens que não possuem DAP, mas que trabalham na produção, nas vendas dos produtos e na administração da OCS.

As unidades estão parcialmente inseridas no modelo de produção orgânica, principalmente pela quantidade escassa de mão de obra disponível no grupo. As áreas do restante dos lotes apresentam produção de grãos, como milho e soja, de maneira convencional, seguindo as regras da produção orgânica em relação a distância permitida entre a produção convencional e a orgânica e com presença de barreiras naturais. A produção destinada à comercialização está concentrada no lote 161, onde foi separada uma área com maior disponibilidade de água para a produção coletiva. (NEA, 2017)

Figuras 7 e 8. Agricultores trabalhando na horta coletiva do lote 161.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora. 2015.

A Figura 6 apresenta o registro da entrega das declarações de produtores orgânicos da OCS Familiar Chico Bento na agrovila do Assentamento Bela Vista do Chibarro. Na

Figura 7 estão os produtores conhecidos na comunidade como Batista e Padreco, trabalhando na coleta de amostragem para análise de solo da horta orgânica. Na figura 8 está Claudinha com a exposição dos produtos orgânicos da OCS Chico Bento na feira.

2.2.3. OCS Orgânicos Bela Vista.

Figura 9. Produtores da OCS Orgânicos Bela Vista na feira em frente à UNIARA, antigo local da feira “Da roça para a mesa”.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora. 2016.

A OCS denominada Orgânicos Bela Vista, foi consolidada em outubro de 2016 no Assentamento Bela Vista do Chibarro. É formada por 10 agricultores, sendo 5 mulheres e 5 homens, além de 2 técnicos que acompanham a produção. A maioria do grupo é formado por beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e residem no Assentamento Bela Vista do Chibarro, exceto o produtor de cogumelos, que não é assentado, produzindo em propriedade particular dentro do sistema de agricultura familiar. Cada agricultor cultiva no seu lote parcela verduras, frutas e legumes que somam na diversificação do coletivo (NEA, 2017).

A Figura 9 apresenta o registro da entrega das declarações de produtores orgânicos em frente a UNIARA antigo local da feira “Da roça para a mesa”.

2.2.4. OCS Orgânicos Monte Alegre.

Figura 10. Produtores da OCS Orgânicos Monte Alegre.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora. 2017.

A mais recente Organização de Controle Social denominada Orgânicos Monte Alegre foi consolidada em abril de 2017. É formada por 7 agricultores, sendo 3 mulheres e 4 homens, além de técnicos e consumidores. As unidades estão parcialmente no modelo de produção orgânica, pois apresentam produção de grãos de maneira convencional (NEA, 2017). A Figura 10 apresenta o registro da entrega das declarações de produtores orgânicos no Assentamento Monte Alegre.

Todos os lotes seguem as leis de produção orgânica, respeitando as distâncias entre produção orgânica e convencional, a utilização de barreiras físicas vegetais (quebra vento), além de utilizarem os adubos orgânicos e produzem seus próprios biofertilizantes naturais.

Duas famílias que compõem as OCS's realizam a venda direta aos consumidores, comercializando seus produtos na Feira de Alimentos Saudáveis: da Roça para a mesa, promovida através da parceria entre a Universidade de Araraquara-UNIARA e produtores (NEA, 2017). Esses feirantes muitas vezes levam produtos de outros integrantes do grupo para serem comercializados, colaborando com a diversidade de produtos ofertados na feira e ajudando os companheiros de OCS a escoarem suas produções. Também participam das feiras nas padarias, onde são feitos rodízios entre os locais de venda com o auxílio do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Cada produtor tem um

local específico em padarias de Araraquara para expor seus produtos em datas determinadas.

2.3 Formas de comercialização como fonte de geração de autonomia econômica.

Com o apoio da UNIARA, instalou-se em uma das unidades da universidade a “Feira de produtos orgânicos e artesanais: da roça para mesa” para os produtores em processo de transição agroecológica, criando-se assim, um canal de comercialização direta que aproxima os produtores dos consumidores finais e eleva a renda dos agricultores com a eliminação dos intermediários, iniciativa que envolve cerca de 12 produtores.

A feira vem ocorrendo semanalmente desde agosto de 2016. A partir desta iniciativa, deu-se a necessidade de realizar o processo de garantia da produção orgânica por meio da constituição das OCS’s com as quais os agricultores devem se reunir mensalmente para tratar de questões produtivas e organizacionais. Não são todos os integrantes das OCS’s que participam da feira, entretanto, frequentemente alguns feirantes comercializam produtos de outros agricultores pertencentes às OCS’s, aumentando a diversidade ofertada na feira e colaborando com o escoamento da produção daqueles que ainda não têm condições de participar de feiras, seja por dificuldades no transporte, por pouca mão de obra ou por falta de produtos. A dificuldade de adesão dos participantes das OCS’s na feira é explicada pela falta de produção e pela dificuldade de pôr em ação a transição agroecológica por existirem entraves decorrentes das dificuldades de mudança do sistema convencional através do qual os assentamentos, em sua grande maioria, foram constituídos.

Inicialmente a feira acontecia no estacionamento de uma das instalações da UNIARA, mas, a partir de agosto de 2018, a feira foi transferida para a praça do DAAE, a partir de uma parceria entre UNIARA os agricultores e a prefeitura de Araraquara. Essa mudança favoreceu a visibilidade da feira diante dos consumidores do município.

Outra maneira de comercialização de forma direta são vendas institucionais realizadas a partir de Programas desenvolvidos pelo governo federal para a agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PAA criado em 2003 e o PNAE, regulamentado pela Lei 11.947 de 2009, nasceram como programas intersetoriais que, dentre outros objetivos, buscam efetivar e operacionalizar a necessária associação da produção familiar local e o consumo de alimentos em quantidade e qualidade compatíveis com o conceito de segurança alimentar, conforme definido pela Lei 11.346 de 2006.

A criação do PAA em 2003 é fruto das mobilizações sociais e das demandas por maior acesso dos produtores familiares às ações públicas de garantia de preço e renda e ampliação do mercado de seus produtos. O Programa propõe ainda contribuir para a segurança alimentar e nutricional dos produtores e de segmentos mais destituídos da população, como os atendidos pelas entidades da rede socioambiental, restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos, que recebem produtos da agricultura familiar pela modalidade Doação Direta do PAA.

Posteriormente, com a Lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009) foi regulamentado o PNAE. O artigo 14 dessa Lei determina que:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

As vendas institucionais garantem também um acréscimo de no mínimo 30% no valor do produto orgânico comparado com o valor do produto convencional, sendo este um incentivo aos produtores para manutenção da produção orgânica ou mesmo para ampliação e diversificação da parcela destes produtos.

Embora existam as leis para que estas vendas institucionais aconteçam, é necessária a vontade política da gestão local para que os objetivos dos programas sejam atingidos.

O município de Araraquara foi um dos pioneiros no lançamento de políticas locais de Segurança Alimentar, situação em que buscou envolver produtores rurais da região e, por meio do PAA, dinamizar iniciativas sob o olhar do desenvolvimento regional, formando uma rede de políticas de Segurança Alimentar de forte coesão social (ALMEIDA et al., 2010).

Nas figuras a seguir são apresentados registros do acompanhamento de entregas de PAA no município de Araraquara (Figura 11) e a comercialização dos produtos da Associação Chico Bento do Assentamento Bela Vista do Chibarro na feira noturna da agricultura familiar, localizada no museu da estação ferroviária do município (Figura 12).

Figuras 11 e 12. Comercialização de produtos via PAA e feira de produtores familiares.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.2016.

Até o ano de 2010, as escolas estaduais no município recebiam esporadicamente do Governo Estadual, alimentos pré-prontos como enlatados e produtos desidratados, os quais divergem dos princípios que reza o PNAE sobre respeito aos costumes, produção local e alimentos frescos, considerando-se a diversificação e riquezas agrícolas da região. Isto não mais procede; cada escola estadual recebe semanalmente os alimentos perecíveis, e mensalmente, os secos, ou não perecíveis, segundo seus pedidos enviados previamente à Gerência de Abastecimento.

No PAA 2017 foram cadastrados 90 agricultores familiares em Araraquara, e uma organização, a Associação Chico Bento do Assentamento Bela Vista, com 10 integrantes participou do PNAE, no qual foram entregues semanalmente uma variedade de frutas, legumes e verduras contendo 31 itens a 58 escolas do município, com um total de 25.364 kg de alimentos. A partir de 2015 houve um grande corte nos recursos destinados a estes

programas, dificultando o escoamento da produção da agricultura familiar. Em 2019 ainda não foi aberto o cadastramento para as entregas de PAA na prefeitura de Araraquara.

A comercialização dos produtos orgânicos nas OCS's estudadas ainda não ocorreu nos mercados institucionais. De acordo com os produtores, ainda estão com uma área pequena para atenderem as demandas dos consumidores das feiras, não havendo excedente para as entregas de PAA e PNAE. Por enquanto, a participação nestes mercados ainda é com o fornecimento de produtos convencionais.

CAPÍTULO III. Histórias de desigualdades e resistências: as mulheres agricultoras.

3.1. D. Tereza, P.A. Fortaleza – Bocaina, SP.

Figura 13. Foto de D. Tereza em seu lote.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora. 2018.

A Senhora Tereza Santos Araújo, de 68 anos, é agricultora, assentada no Projeto de Assentamento Fortaleza, no município de Bocaina desde novembro de 2006. Ficou acampada com seu esposo, Sr. Geraldo Félix Araújo, agricultor, de 67 anos, por quase 10 anos até assumir o lote 19, onde reside somente o casal atualmente. Foi indicada por D. Cida como pioneira no assentamento.

D. Tereza era semianalfabeta, e aos 67 anos iniciou os estudos na Escola de Jovens e Adultos – EJA. Mesmo com pouca escolaridade, D. Tereza possui muitos conhecimentos tradicionais sobre produção, e explica sobre todas as plantas medicinais que possui.

Eles têm 3 filhos que moram na cidade. Nenhum reside e nem apresenta interesse pelo lote. Segundo a D. Tereza, todos precisaram sair porque não havia trabalho para eles no lote. Eles precisavam buscar trabalho fora.

O lote apresenta aproximadamente 5,7 hectares de área produtiva. Dentre as atividades desenvolvidas no lote pelo casal foram citadas a horta, as frutas, o eucalipto, o gado, os suínos, as galinhas e a cana para o gado, sendo responsabilidade da Dona Tereza principalmente o manejo da horta, e o trato das galinhas e porcos, ficando o gado e as

atividades referentes ao eucalipto para o Sr. Geraldo cuidar, além da comercialização dos produtos.

De acordo com a entrevista realizada com a agricultora, o lote está no nome dela como primeira titular, mas o Sr. Geraldo é o responsável pela administração da propriedade e da comercialização dos produtos.

Quanto à manutenção da casa é responsabilidade da Dona Tereza cozinhar, limpar a casa, lavar e passar roupas, além de cuidar do que pertence ao redor da residência (plantas, temperos, frutíferas, etc). Outra atividade identificada como responsabilidade dela são as ervas medicinais e os temperos. Durante a entrevista foram citadas várias espécies, formas de preparo e para que serve cada uma delas.

A renda da família advém principalmente da aposentadoria do Sr. Geraldo. A produção do lote atualmente é somente um complemento. A D. Tereza também era aposentada desde os 60 anos, porém, no ano passado o benefício foi cortado pelo INSS, alegando que a D. Tereza possui renda do lote. Ela diz que provavelmente é porque o talão de notas está em nome dela. Ambos possuem conta em banco individuais, e os dois têm acesso ao dinheiro. O uso desse dinheiro também é decidido entre o casal.

Toda a produção é usada frequentemente para autoconsumo, as hortaliças, frutas, ovos, frango e peixe. Os suínos e o gado mais raramente. Esses produtos também são comercializados de diversas formas, atravessadores que passam e compram a produção, clientes na cidade de Bocaina onde o Sr. Geraldo vende de porta em porta com o carro da família as hortaliças e frutas geralmente.

Também participaram por 5 anos das compras institucionais no PAA da Conab, através da Associação de Produtores Rurais do Assentamento Fortaleza – APRAF, de 2012 a 2016 em quatro projetos, sendo 8 mil reais o valor de cada projeto por DAP por ano. Os primeiros dois projetos foram feitos em nome do Sr. Geraldo, em 2012 e 2013. Os outros projetos foram feitos no nome da D. Tereza porque a Conab começou a exigir no mínimo 40% de mulheres no projeto. A partir desse momento a D. Tereza passou a receber e assinar pelo pagamento das entregas realizadas no PAA.

Em 2014 foi criada a Organização de Controle Social, OCS Orgânicos do Assentamento Fortaleza formada por 23 produtores, na qual a D. Tereza e o Sr. Geraldo

participaram e receberam o documento de produtores orgânicos via Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Em 2015 participaram de um PAA entregando produtos orgânicos através da APRAF utilizando o documento da OCS junto com outros três produtores. Segundo eles a OCS não deu certo porque a maioria do grupo não cumpria com as regras da produção orgânica.

É importante ressaltar a dificuldade que ocorreu no momento da entrevista quando o Sr. Geraldo não permitia que a entrevista fosse realizada somente com a D. Tereza, ele queria estar presente para saber o que estávamos falando. Depois de muitas explicações ele aceitou se afastar, fazendo um comentário com a seguinte expressão machista: “eu deveria ouvir porque sou eu que pago as contas”.

3.2. Claudinha, P.A. Bela Vista do Chibarro – Araraquara, SP.

Figura 14. Foto de Claudinha na colheita da horta coletiva do lote 161.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora. 2015.

Ana Cláudia Silva Bento é agricultora, de 31 anos, moradora do Assentamento Bela Vista do Chibarro, no município de Araraquara, Estado de São Paulo, onde reside com seu esposo, o Sr. Luiz Carlos Bento, de 41 anos, e suas três filhas, Ana Luiza (15 anos), Luana (13 anos) e Lauane (9 anos).

Claudinha, como é conhecida por todos, nasceu no Bela Vista, foi criada por sua mãe e sua avó, D. Maria Soares de Pinho, titular do lote 154. Sempre morou na agrovila do assentamento, antes na casa da avó, e atualmente com seu marido e filhas. Luiz Carlos é filho de assentados. Seu pai é falecido, ficando o lote em nome de sua mãe, D. Noêmia Souza Bento, de 71 anos. Atualmente a propriedade é administrada pelos filhos de D. Noêmia, Luiz Carlos e os outros dois irmãos. Tanto D. Maria quanto D. Noêmia já residiam no local na época da Usina.

Claudinha e seu esposo possuem o ensino fundamental completo, enquanto as filhas ainda estão em idade escolar e frequentam a escola municipal existente no assentamento.

Em 2014 fundaram a Associação Chico Bento, uma organização de caráter familiar com o objetivo de facilitar os processos de produção e comercialização dos produtos, tanto dos familiares de Claudinha quanto de Luiz Carlos. Desde a fundação da associação Claudinha se destacou providenciando toda a documentação necessária para a formalização do grupo, buscando sempre orientações em cartórios e escritórios de contabilidade e passando as informações aos outros membros do grupo durante as reuniões. Claudinha também é responsável pela elaboração das Atas, e de tudo que está ligado à prestação de contas dos produtos comercializados por eles.

A partir da formalização da associação, foi possível participar de vários projetos de compras institucionais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Em 2015 a família iniciou a produção orgânica de modo coletivo no lote 161 do Sr. João Soares de Pinho, mais conhecido como Batista, tio de Claudinha. Foi criada a Organização de Controle Social – OCS Grupo Familiar Orgânico Chico Bento com o auxílio do engenheiro agrônomo que prestava assistência técnica via INCRA na época. Nesse momento, além das compras institucionais a associação foi introduzida nas feiras de produtores da cidade, com o diferencial que era o documento de produtores orgânicos fornecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Mais uma vez Claudinha se destaca na relação com os clientes e no processo de vendas, por ser mais comunicativa e pela facilidade em lidar com o público. Por muitas vezes presenciei Luiz Carlos perguntando o preço de produtos a ela.

O casal não possui bloco de notas, pois não são titulares de lote. Dessa forma utilizam o bloco de notas da D. Noêmia, e muitos projetos são feitos em nome dela e administrados por Luiz Carlos.

Além das atividades de produção na horta, de comercialização em feiras e das responsabilidades como tesoureira da associação e do controle das anotações da OCS, Claudinha cuida das tarefas de casa e das três filhas menores de idade.

Claudinha demonstra preocupação com a participação das filhas no trabalho do campo, e com a permanência delas no meio rural. As meninas ainda estão em idade escolar, mas sempre que têm um tempo livre Claudinha as leva para ajudarem nos afazeres da horta com o objetivo de aprenderem a lidar com a terra e também para valorizarem o trabalho dos pais.

A entrevista com Claudinha foi realizada durante a feira em um condomínio de Araraquara, onde ela e seu marido vendem os produtos da Associação semanalmente. Apesar de nos afastarmos de Luiz Carlos para a gravação da entrevista explicando sobre a importância de ser uma conversa particular, ele, por muitas vezes interferiu nas respostas de Claudinha, principalmente nas questões ligadas à produção. No momento pareceu que Luiz Carlos queria mostrar que era ele, o homem, quem deveria responder sobre esse assunto.

3.3.Dona Cida, P.A. Fortaleza - Bocaina, SP

Figura 15. Foto de Cida apresentando a produção durante a visita ao lote.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora. 2018.

A senhora Maria Aparecida Vaz Cruz, de 71 anos, é agricultora, aposentada, assentada no Projeto de Assentamento Fortaleza, localizado no município de Bocaina, Estado de São Paulo. Dona Cida, como é conhecida por todos, é casada com o Sr. Santos, de 79 anos, também agricultor e aposentado. O lote foi adquirido após 20 anos de acampamento em outros lugares, e 6 anos que passaram acampados no Fortaleza, até que receberam a concessão de uso e assumiram o lote 13, em dezembro de 2006.

O casal tem 4 filhos, um homem e três mulheres. Leonardo, o caçula, morava no lote. Teve problemas com a justiça e foi preso. Hoje está casado e trabalha na cidade. Das outras filhas, duas são casadas e moram em Sertãozinho com suas famílias. A outra faz faculdade e também mora fora. Todos ajudam D. Cida quando precisa.

De acordo com o depoimento da D. Cida, os filhos gostam da agricultura, mas não ficam no lote porque precisam buscar trabalho fora, em outra profissão.

O lote possui aproximadamente 5,7 hectares de área, produzindo em sua totalidade de forma orgânica uma diversidade enorme entre frutas, verduras, legumes, grãos e ervas medicinais.

A mão de obra utilizada é somente do casal, que trabalham duro e dão conta de produzir no lote todo com todas as dificuldades que a idade acarreta. D. Cida fala que o trabalho é dividido da mesma forma para os dois. Ela gosta mais de cuidar da horta, mas também ajuda a cuidar da criação, que é a responsabilidade do Sr. Santos.

Durante o tempo de convívio com os agricultores pôde-se observar que D. Cida transita em todos os campos produtivos da propriedade. Ela faz questão de apresentar planta por planta, dizendo quando foi plantado, quando será colhido e de que forma será comercializado. É ela a responsável pelas decisões de produção e administração do lote.

As Figuras 16 e 17 a seguir são registros do momento de uma das visitas realizadas no lote de D. Cida onde, na primeira foto, ela aparece tombando um pé de bananeira, e na outra, exibe com orgulho o cacho de bananas que colheu. Nesse mesmo dia ela fez questão de percorrer todo o lote derrubando o mato alto que aparecia em seu caminho, subindo nos mamoeiros para colher mamão e afastando os arames das cercas para encurtar o caminho.

Figuras 16 e 17. D. Cida colhendo a produção de bananas.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora. 2018.

Toda a produção encontrada no lote 13 é utilizada para comercialização e para o consumo. Além de produtos planejados para a comercialização, D. Cida apresentou uma grande quantidade de plantas medicinais e temperos que possui ao redor da casa. Falou sobre cada uma, como cuidar, para que servem e como são utilizadas.

Em relação à renda familiar, as aposentadorias de D. Cida e do Sr. Santos compõem a maior parte do recurso recebido pelo casal, sendo a produção do lote, hoje, um complemento para a renda total.

D. Cida foi apontada por D. Maria do Carmo como pioneira do Assentamento Fortaleza, por estar na luta pela terra há muitos anos, e por viver “do lote” e “para o lote”. A agricultora conhece cada canto da sua propriedade e apresenta com carinho cada planta que cultiva e cada animal que cuida. Desde o quintal até a criação de porcos é citado por D. Cida com detalhes de quando plantou, quando irá colher, o que fornece de alimento aos animais, para onde vende, etc. Além de pioneira, D. Cida se destaca por ser a

responsável pelas decisões da família e a personagem que aparece tanto no aspecto produtivo como administrativo do lote.

3.4. Edna, P.A. Bela Vista do Chibarro – Araraquara, SP

Figura 18. Edna expondo os produtos da AMCA na feira “da roça para a mesa”.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora. 2018.

A senhora Edna Andrade Lacerda, de 46 anos, é agricultora, viúva, moradora no Assentamento Bela Vista do Chibarro do município de Araraquara, Estado de São Paulo há 30 anos, onde reside somente com a sua filha, Dandara, de 10 anos. Edna morou com sua mãe até 2005, quando se casou e foi morar com seu esposo no lote de sua sogra, D. Virgilina. Mesmo após o falecimento de seu esposo, é Edna quem administra, produz e cuida do lote.

O lote 92 possui aproximadamente 16 hectares de área e foi adquirido pela senhora Virgilina após ficar acampada desde a fundação do assentamento, em 1989. A propriedade não possui acesso à água, por isso as culturas encontradas são geralmente os grãos, soja e milho, e outros alimentos que não são tão exigentes em água, como abóbora e mandioca. Também existem muitas frutíferas na produção de quintal, ao redor da casa, como manga, limão, laranja, fruta do conde, jaca, goiaba, abacate, banana, acerola.

A agricultora participou durante 1 ano da capacitação realizada na Contag em Brasília - DF para atuar no sindicato, e hoje é a representante no Sindicato da Agricultura Familiar da região de Araraquara.

Edna participa da Associação de mulheres da luta camponesa de Araraquara e região – AMCA, há 2 anos, e foi uma das fundadoras que buscou organizar agricultoras

com o objetivo em comum de empoderamento dessas mulheres. Segundo Edna, a AMCA foi idealizada por um grupo de mulheres que se juntaram inicialmente para discutirem assuntos do assentamento. A partir de conversas sobre as dificuldades encontradas por elas, perceberam que unidas seria mais fácil serem ouvidas e solucionar problemas. Foi então que resolveram fundar uma organização formada somente por mulheres agricultoras.

As mulheres associadas também participaram da formação em Agroecologia, organizado pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia e Economia Feminista - NEA do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia São Paulo – IFSP, Câmpus de Matão. Foi a partir de discussões no grupo sobre saúde que surgiu a demanda da produção e comercialização de produtos sem agrotóxicos, e assim surgiu a horta coletiva da associação. Foi escolhido o lote da mãe da Edna, D. Maria de Lourdes, por ser de fácil acesso e grande disponibilidade de água. As mulheres trabalham coletivamente na produção, e Edna é responsável pela comercialização em feiras e também através de cestas entregues na Unesp de Araraquara feitas sob encomendas. Segundo Edna, a maior dificuldade para a comercialização hoje é o transporte desses produtos, pois é usado o carro de passeio dela, que não foi feito para essa finalidade.

Na Figura 18 Edna está expondo os produtos da AMCA na “Feira de alimentos orgânicos e artesanais: da roça para a mesa”, onde participa semanalmente desde agosto de 2018, representando a associação de mulheres que faz parte.

Edna é uma mulher que se destaca na sua fala, pois apresenta facilidade em expor suas ideias e orgulho em contar a sua história de vida. Apesar das dificuldades encontradas, Edna é uma agricultora forte, determinada, que não tira o sorriso do rosto, e está sempre em busca de novos saberes, se lançando em cada oportunidade de aprendizado, tomando iniciativa para começar algo novo.

3.5. Maria do Carmo, P.A. Fortaleza – Bocaina, SP

Figura 19. D. Maria trabalhando na horta do lote.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora. 2018.

A senhora Maria do Carmo de Oliveira Aguiar, de 52 anos, é agricultora, beneficiária do Assentamento Fortaleza, no município de Bocaina, Estado de São Paulo. D. Maria do Carmo ficou acampada desde 1999 com seu marido, Sr. Laurindo Roque Ribas de Aguiar, agricultor de 61 anos, e receberam a concessão de uso do lote 7 em 2006. O lote está em nome do Sr. Laurindo, mas quem administra é a D. Maria do Carmo. É ela quem tem maior controle sobre as contas no banco, que busca créditos de financiamento para investimentos no lote e que elabora os projetos de comercialização.

O casal tem quatro filhos, Eloir de 30 anos, Paulo, 27 anos, Fábio, 25 anos e Elielton, de 22 anos. Todos saíram do lote, segundo a entrevistada, em busca de uma profissão na cidade de Ribeirão Preto – SP, pois no assentamento não teriam como trabalhar. Até o momento nenhum deles apresentou vontade de assumir o lote.

A propriedade possui aproximadamente 5,7 hectares com produção diversificada que inclui hortaliças, pomar, mandioca, milho e pastagem para a criação de algumas cabeças de gado e carneiros.

Também possuem uma grande diversidade de plantas medicinais e temperos ao redor da casa para consumo próprio. É importante ressaltar aqui que foi preciso perguntar sobre a existência dessas plantas para todas as entrevistadas, pois nenhuma tinha considerado como produção do lote.

Existe uma divisão de trabalho no lote entre o casal, conforme entrevista realizada com D. Maria do Carmo, ela prefere trabalhar na horta e ele com a criação de animais e o plantio do milho.

D. Maria é presidente da Associação A Vida da Gente, desde a sua fundação em 2012, hoje com 14 membros. Além das atividades referentes à associação como elaboração de projetos, prestações de contas, elaboração de atas, ela é indicada por todos como representante do assentamento, participando das reuniões que dizem respeito a comunidade e, muitas vezes, reivindicando os direitos dos assentados junto aos órgãos como INCRA e prefeitura.

A maior parte da produção é destinada à venda, uma pequena parte no porta-porta na cidade, e a maioria do que é produzido é comercializado nas vendas institucionais PAA e PNAE. Para o consumo da família pouco é utilizado, por serem somente D. Maria do Carmo e o Sr. Laurindo os únicos moradores. Além dos alimentos ela também cultiva temperos diversos e ervas medicinais, e explicou sobre cada uma, quais os efeitos e como utilizá-las.

Durante o período de análise das atividades que envolvem o trabalho de D. Maria, podemos observar o grande protagonismo da agricultora frente ao lote, à associação e à comunidade a qual ela pertence. A agricultora tem o perfil de liderança, sempre responsável por agrupar pessoas em reuniões, tomar iniciativas e estimular os outros agricultores na participação de novas experiências.

3.6. Maria Rezadeira, P.A. Bela Vista do Chibarro – Araraquara, SP

Maria Rodrigues da Costa, de 75 anos, é agricultora, viúva, reside no assentamento Bela Vista do Chibarro desde a época de acampamento, há mais de 30 anos. D. Maria Rezadeira, como é conhecida por todos, é mãe de nove filhos, mas somente três residem no assentamento. A filha Francisca reside no Bela Vista, mas não possui lote. Já Sebastião passou pela seleção e é beneficiário no mesmo assentamento. O lote de D. Maria Rezadeira, que antes possuía cerca de 16 hectares, foi dividido entre ela e um de

seus filhos, Gilmar, que reside na outra metade do lote com sua esposa e sua filha, mas a produção é feita em conjunto com D. Maria.

Figura 20. D. Maria Rezadeira apresentando suas plantas medicinais do quintal.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora. 2018.

O lote de D. Maria Rezadeira possui aproximadamente 8 hectares com produção diversificada de frutas como limão, tangerina, banana, manga, abacate, jaca, jaboticaba, acerola, uma pequena horta, abóbora, mandioca, cana para o trato dos animais, uma parcela de eucalipto e criação de gado, suínos e galinhas caipiras. O cultivo de temperos e ervas medicinais é citado com muito orgulho pela agricultora, que apresentou cada planta pelo nome, explicando os principais métodos de preparo e as suas finalidades.

Atualmente a principal fonte de renda da agricultora é a aposentadoria, sendo a produção do lote um complemento da renda e, principalmente, para autoconsumo.

O lote e o talão de notas estão em nome de D. Maria, sendo o seu filho Gilmar o principal responsável pelas negociações da produção da família, mas sempre com a supervisão de D. Maria.

A comercialização é feita através da COOBELA, cooperativa do Assentamento Bela Vista da qual D. Maria faz parte, principalmente através do PAA. Os produtos também são comercializados no lote. Segundo D. Maria existe bastante procura por frutas

diretamente no lote pelos atravessadores. De modo geral, o valor oferecido pelas caixas de frutas é muito inferior ao preço encontrado no mercado. Muitas vezes a agricultora não tem outra escolha e acaba vendendo pelo valor oferecido para não perder a mercadoria.

D. Maria nunca participou de grupos de produção orgânica ou cursos sobre agroecologia, porém apresenta grande conhecimento sobre os efeitos nocivos que os agrotóxicos podem causar, e explica que evita ao máximo aplicar herbicidas em sua lavoura. Fala também sobre o problema da deriva dos herbicidas sobre a produção de feijão em seu lote.

Durante a entrevista D. Maria Rezadeira contou como era difícil a vida de agricultora, desde quando era menina. Começou a trabalhar aos 13 anos de idade ajudando a sua mãe a fazer farinha de mandioca. Casou-se muito jovem, aos 16 anos, e aos 17 teve a primeira dos seus nove filhos. Seu marido, trinta anos mais velho, não lhe permitia participar das decisões do lote.

Durante a entrevista com D. Maria Rezadeira podemos verificar muitos pontos importantes como a valorização do trabalho da mulher agricultora a partir do orgulho que ela apresenta de sua profissão e de sua trajetória no meio rural, como também a produção de quintal e os conhecimentos tradicionais relacionados aos sistemas agroecológicos, considerando todas as práticas realizadas por ela nos seus espaços produtivos, aproveitando recursos do próprio lote para combater pragas e doenças, evitando assim o uso de agrotóxicos e insumos externos. A diversidade na produção vegetal e animal, e a qualidade dos alimentos produzidos por ela para subsistência garante a segurança alimentar e diminui gastos com supermercado, contribuindo também para a economia da família.

3.7. Lucilene, P.A. Bela Vista do Chibarro – Araraquara, SP

Figura 21. Lucilene com seu esposo na feira “da roça para a mesa”.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2016.

Lucilene Amorim Barros de Almeida, 42 anos, agricultora, casada com Toninho, de 48 anos, beneficiários do assentamento Bela Vista do Chibarro, no município de Araraquara, Estado de São Paulo. Há 10 anos o lote com área de 16 hectares, foi dividido entre Toninho e seu pai, ficando com parcelas de 8 hectares cada um. O casal tem duas filhas, a mais velha de 23 anos mora na cidade; foi embora em busca de outra profissão e para dar sequência em seus estudos. A menor, de 6 anos, reside no lote.

A principal atividade realizada na propriedade é o cultivo de hortaliças, possuindo também o plantio de frutas, eucalipto e criação de galinhas caipiras. A produção de hortaliças é feita em três sistemas distintos: em estufas, de modo convencional e uma parcela de modo orgânico. Atualmente o lote está em fase de transição para que se torne todo orgânico.

A parcela que possui a declaração de produtos orgânicos é manejada sem o uso de agrotóxicos e utilizando os métodos orientados conforme a lei de orgânicos. Há dois anos foi criada a OCS Orgânicos Bela Vista e esses produtos foram cadastrados como orgânicos através do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Anteriormente essa parcela era uma área em pousio, e foi Toninho quem resolveu iniciar uma produção orgânica no local. Segundo ela, o lote está em seu nome, mas quem administra é seu marido.

A comercialização é feita em entregas no PAA municipal⁵, e principalmente através das feiras de Araraquara. O casal participa de quatro feiras durante a semana, sendo que os produtos orgânicos são oferecidos somente na feira de terça-feira, organizada pelo NUPEDOR/UNIARA. Lucilene acompanha Toninho somente nas feiras de quinta-feira e de sábado. As outras duas ele vai sozinho, enquanto ela fica no lote cuidando da horta ou colhendo para a feira do dia seguinte.

Entre as mulheres entrevistadas neste trabalho, Lucilene se destaca pelo seu importante papel na mão de obra da produção; mesmo o nome do seu marido sendo o mais relacionado ao lote nos ambientes sociais (nas feiras, na comunidade). A figura de Toninho é a que mais aparece por ele estar à frente da comercialização e por sua participação frequente em reuniões e eventos, mas Lucilene é a principal responsável pelos produtos orgânicos comercializados por eles, além de seu importante papel nos cuidados do lar e da família.

3.8. Sirlei, P.A. Monte Alegre – Motuca, SP

Figura 22. Foto de Sirlei expondo seus produtos de panificação na feira “da roça para a mesa”.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora. 2018.

⁵ Araraquara tem executado o PAA anualmente desde 2014. A seleção dos produtores para as entregas do PAA no município é feita através de um cadastro na Secretaria da Agricultura e Abastecimento do município e apresentação de documentos que comprovem a produção advinda da agricultura familiar. Esta seleção para o ano de 2019 ainda não foi realizada, portanto, neste período os produtores não estão realizando as entregas no PAA, e as entidades não estão recebendo estes produtos.

Sirlei Teixeira Nunes dos Santos, 42 anos, agricultora, com ensino superior incompleto, casada com Antônio, 46 anos, agricultor, moradores do Assentamento Monte Alegre, município de Motuca, Estado de São Paulo. O lote está em nome de D. Senhorinha, mãe de Sirlei, que adquiriu o lote após permanecer por 8 anos no acampamento. A família está dividida em duas casas, uma onde residem Sirlei, Antônio, e seus dois filhos, de 9 e 22 anos. Na outra casa moram a mãe, a irmã e o cunhado de Sirlei.

A propriedade possui área de aproximadamente 14 hectares, onde 4,5 hectares são destinados à produção orgânica de frutas e hortaliças, e cultivo de milho ainda em sistema convencional na maior parte. Também trabalham com criação de porcos e galinhas destinados ao autoconsumo da família.

A agricultora, além da produção do lote é responsável pela produção de pães, bolos e, recentemente, inaugurou uma pizzaria na cidade de Motuca. Segundo ela, grande parte da renda do casal vem da panificação. Sirlei iniciou a faculdade de administração, mas precisou trancar a matrícula por questões financeiras. Pretende voltar aos estudos assim que possível.

Sirlei faz parte da Cooperativa do Assentamento Monte Alegre - COOPAM, onde também trabalhou na diretoria como tesoureira da organização por 6 anos. Ela atribui o estímulo a trabalhar com cooperativismo ao seu pai, que participou do início da COOPAM. Há 2 anos é representante da OCS Orgânicos Monte Alegre, sendo a única mulher participante do grupo.

Sobre a transição para a produção orgânica, Sirlei comenta que não vê muitas mudanças em relação ao manejo anterior, pois sempre trabalhou buscando a produção sem agrotóxicos, e considera os conhecimentos adquiridos nos cursos e capacitações fundamentais para adequar o sistema às normas de produção orgânica.

Ainda sobre produção, Sirlei explica que a maior parte da produção de hortaliças e frutas era para o autoconsumo da família. Após a consolidação da OCS, a produção também é destinada para venda através de feiras de produtores em Araraquara e em Motuca.

A partir dos relatos de Sirlei é possível identificar a característica de liderança muito forte da agricultora perante a comunidade. Sempre esteve à frente de grupos,

participou da diretoria de uma cooperativa do assentamento em que vive, participa como representante na primeira OCS do P.A. Monte Alegre, sendo iniciativa dela dentro da família. Apresenta perfil empreendedor, começando com uma pizzaria delivery com entregas no próprio assentamento, e ampliando esse projeto para uma pizzaria no centro da cidade.

CAPÍTULO IV: Resultados encontrados: o que as experiências das mulheres em torno da Agroecologia nos mostraram.

Através de análise de trabalhos já realizados envolvendo as mulheres no meio rural, abordando questões de gênero e agroecologia podemos apontar alguns resultados importantes de alguns autores sobre o tema estudados nesta dissertação.

Muito pouco se conhece sobre as relações que se estabelecem no interior dessas famílias rurais. Os estudos tradicionais apontam a agricultura familiar como exemplo de papéis e tarefas compartilhadas entre os sexos e as gerações.

As pesquisas desenvolvidas por Silliprandi (2015) indicam que a partir dos anos 2000 um novo cenário começou a se delinear no campo agroecológico e em outras esferas: as mulheres agricultoras passaram a apontar para novas questões, fazendo exigências ao Estado, para a sociedade e para os próprios movimentos, questionando o lugar destinado a elas nesses modelos. Estavam se constituindo como novos sujeitos políticos.

A autora apresenta diversos aspectos importantes sobre essas relações sociais e familiares. Dentre eles, o acesso a recursos produtivos e aos bens simbólicos associados à agricultura familiar é marcado pelas relações de poder entre homens e mulheres, e que existem limites impedindo que as mulheres possam interferir no uso desses recursos; o envolvimento das mulheres com os temas de reprodução e dos cuidados está relacionado às suas atribuições de gênero, ainda que elas mesmas estejam gestando propostas para quebrar com essa exclusividade; as relações entre os seres humanos e a natureza está vinculada ao fato de terem uma inserção determinada na estrutura produtiva junto a uma característica subjetiva como “cuidadoras” das pessoas e dos demais seres, o que não acontece com os homens (SILLIPRANDI, 2015).

A partir de análises de textos que abordam as questões de gênero no meio rural e resultados encontrados durante esta pesquisa foram destacados a seguir os pontos mais relevantes para discussão do papel das mulheres na agricultura orgânica e na construção da Agroecologia.

4.1.A dificuldade em assumir lideranças e o dilema da participação da mulher.

É muito frequente que grupos mistos que trabalham com OCS não deem conta de envolver mulheres nos espaços de decisão ou nas visitas. Quando elas estão presentes, muitas vezes é em atividades relacionadas ao trabalho doméstico, como o preparo das refeições para os dias de visitas.

Fazer uma discussão de como as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho excluem as mulheres e geram desigualdades torna-se aspecto fundamental para garantir a sua participação nos processos de certificação.

Analisando a participação das mulheres nas OCS's estudadas, verificamos a importância do trabalho das mulheres em todos os grupos, mas também é percebido a dificuldade de serem ouvidas diante de grupos onde a maioria são homens.

Lucilene, agricultora da OCS Orgânicos Bela Vista, explica que atua em todos os setores da produção, e dentro da OCS é responsável pelas anotações no caderno de controle das atividades, demonstrando grande domínio sobre o que é realizado no lote. Ela complementa dizendo que não tem o hábito de participar das reuniões do grupo, somente quando ocorrem no seu lote, geralmente é o Toninho que representa o casal nas questões burocráticas, nas relações sociais externas à propriedade, enquanto Lucilene permanece no lote, responsável pelo manejo da produção.

“O meu papel é maior na produção. Eu faço de tudo, eu colho, eu planto, as únicas coisas que eu não faço é bater canteiro e jogar esterco, porque se eu começar a fazer vai sobrar pra mim também, então eu não faço. Na parte da OCS eu fico com as anotações da produção, no caderninho de controle da produção que tem que colocar que plantou, o que passou na produção, o que vendeu, quando foi... essas coisas”. (Entrevista com Lucilene, em 06/12/2018)

Sirlei fala sobre sua participação na diretoria da cooperativa COOPAM, a falta de participação das mulheres nas organizações e a dificuldade em conseguir expor suas ideias. Também faz uma análise sobre o papel de representante da OCS Orgânicos Monte Alegre.

“Para mim é muito natural, porque na cooperativa eu também fui uma das líderes, apesar de nas reuniões não ter mulheres. É muito raro a participação das mulheres. Ainda faltam mulheres. Eu acho que elas não têm estímulo de participação dentro das famílias.

Desde a cooperativa existiu preconceito por eu ser mulher. Não davam muita credibilidade por eu ser mulher, apesar de toda a minha liderança. Na OCS não acho que acontece tanto. Eu tenho mais voz na OCS. Na cooperativa, além de eu falar eu tenho que provar. Por serem muitas pessoas, muitos pensamentos diferentes, eu tinha que falar com muita autoridade para ter um retorno daquilo. Se fosse um homem não teria essa dificuldade toda. Como na OCS é pouca gente é mais fácil também”. (Entrevista com Sirlei, em 06/12/2018)

As questões que envolvem a autonomia das mulheres em relação ao seu trabalho também passam pelo que é remunerado e não remunerado. Os trabalhos que envolvem os cuidados domésticos geralmente ocupam a maior parte do tempo das agricultoras.

Maria Rezadeira falou sobre a sua juventude, com seus nove filhos, quando era responsável pelos cuidados com a casa, as crianças e ajudava seu marido na produção, mas não tinha conhecimento sobre o que era vendido e nem acesso ao dinheiro, como vemos no trecho a seguir:

“...não sabia quanto era 1 kg de sal. Tudo o marido trazia. Nunca fui ao mercado empurrar um carrinho, fazer uma despesa”. (Entrevista realizada com Maria Rezadeira, em 30/11/2018)

Na fala de Lucilene sobre a administração do lote, seu marido é indicado como o responsável por cuidar das finanças, e aponta o trabalho no lote como única responsabilidade sua.

“Ele que administra, eu só trabalho. Eu tenho conta no Banco do Brasil para pegar financiamento, essas coisas, porque o lote está no meu nome, mas quem mexe mais nas contas é o Toninho”. (Entrevista com Lucilene, em 06/12/2018)

Não considerou nesse momento o trabalho realizado na casa, nem os cuidados com a filha. Ainda podemos notar a comparação que ela faz entre as responsabilidades, sendo o trabalho dela menos importante, pois utiliza o advérbio “só”. Para ela seu trabalho também é invisível.

Quando as mulheres conseguem obter renda por meio de seus trabalhos nos quintais e roças, este espaço imediatamente começa a ser assumido pelo homem da família na forma de controle sobre as decisões.

Podemos identificar essa questão durante a entrevista com Sirlei; foi ela quem iniciou as atividades no grupo de OCS e a comercialização na feira com os seus pães, enquanto o seu marido cuidava do cultivo de grãos. A partir do momento em que Sirlei

começou a ter maior renda com seus produtos, seu marido passou a participar das feiras também. Segundo ela, a administração das hortaliças nas feiras é feita por Antônio.

“Da parte da panificação sou eu que cuido. E na administração da venda das coisas da horta ele se destaca mais”. (Entrevista com Sirlei, em 06/12/2018)

Para a FAO (2014), do ponto de vista da autonomia, a pior situação é a das trabalhadoras rurais não remuneradas, porque compõem um grupo que, no geral, é desconhecido e não tem apoio direto. É muito difícil que a mulher possa conquistar autonomia se a sua condição econômica na família permanece desigual. A possibilidade de acesso à renda transcende o nível puramente monetário, convertendo-se em recursos para expressão e direito à voz na sociedade, bem como para assegurar a cidadania das mulheres.

Claudinha contou em seu depoimento sobre as mudanças que aconteceram após a sua inserção na associação Chico Bento. Segundo relato feito por Claudinha durante as entrevistas, antes da formação da associação e da OCS ela se considerava “dona de casa”, pois não participava das decisões e nem dos processos de produção e venda, não sendo valorizada pelas atividades desenvolvidas com os cuidados do lar. A partir de 2014 foi criada a associação Chico Bento e a OCS Familiar Chico Bento, tornando-se a tesoureira da associação e agricultora na horta orgânica. Nesse momento ela é responsável pelas documentações e burocracias relacionadas à associação, desde as atas de reuniões, acompanhamento da elaboração dos projetos de compras institucionais, até as prestações de contas dos produtos comercializados. Ela tem acesso a toda movimentação de recursos, inclusive sendo a principal administradora da renda da família, decidindo quando e como utilizar o dinheiro, como podemos perceber na fala a seguir quando questionada como se sentia diante destas mudanças.

“É melhor porque agora eu que comando tudo. Antes era ele, agora sou eu. Eu sei o que pode, o que não pode, então tem mais limite eu acho... porque antes ele que administrava tudo. Por exemplo, deu dez mil a cana, mas pra mim, que eu lembro, eu só ia fazer compra e o resto eu nem sabia pra onde ia. Agora não, agora eu sei”. (Entrevista com Claudinha, 17/12/2018)

O papel desempenhado por Claudinha foi evidenciado tanto no quesito produção como na administração das organizações e tomadas de decisões da família. Apesar do papel fundamental exercido por Claudinha, o papel de liderança é desempenhado por seu marido, Luiz Carlos, sendo ele quem tem a voz nas reuniões e na comunidade.

Interessante analisar que houve uma grande mudança nas rotinas e nos papéis dentro da família depois da criação da associação. Claudinha se apropriou do seu papel de tesoureira, e ocupou um espaço importante na administração do grupo; passou a ter conhecimento sobre a produção e comercialização, além de administrar as finanças da família, sendo agora a responsável por determinar os gastos da casa. Mesmo ainda sendo responsável pelas tarefas do lar, Claudinha agora se considera uma agricultora de fato.

As mulheres têm percebido que os espaços das associações e cooperativas, principalmente onde há maior participação das mulheres, contribuem tanto para valorizar o trabalho delas e facilitar a comercialização dos produtos, como também para garantir seus espaços na comunidade.

Ao assumir lutas no campo e assumir cargos estratégicos em sindicatos e associações, elas vão, cada vez mais, rompendo a cortina da invisibilidade da mulher e conquistando seu espaço na sociedade. Com isso, modificam-se as relações de poder, de submissão e exploração, para as de respeito e autonomia, delineiam-se novas relações sociais, pautadas pela solidariedade e reconhecimento das diversidades (CARDOSO; RODRIGUES, 2009).

Nesse contexto, Edna fala sobre sua experiência com a associação de mulheres do assentamento Bela Vista. A partir da criação da AMCA, segundo a agricultora, as mulheres têm um novo espaço para expressar seus pensamentos e serem ouvidas. Buscam resolver problemas da comunidade, atendendo demandas e objetivos em comum.

Mas o que incentivou mesmo foi através da AMCA, da associação, onde fomos conversar e, quando mulheres se reúnem, abrangem um monte de fatores, fator saúde, qual a diferença que a gente pode fazer. Então, foi através da AMCA querendo produzir, querendo achar um público que realmente valoriza essa produção. Eu particularmente sempre achei muito difícil a comercialização. E você sabe que quando você se junta e vê que em duas, em quatro, em mais pessoas, se for para uma pressão, essa pressão vai sair melhor, se for para trabalhar juntas vai sair melhor, se tiver uma conversa essa conversa vai ter mais qualidade e mais objetivo. Então foi pensando nisso que a gente se juntou para buscar juntas. Até porque eu me vi tendo um espaço que eu nunca tive dentro do próprio assentamento. Eu percebi que eu poderia ter esse espaço dentro de uma associação. (Entrevista com Edna, em 26/11/2018)

O grande problema mencionado por ela foram os maridos de algumas associadas que não entendiam o propósito da associação ser composta somente por mulheres.

...”quando a gente estava nesse trabalho de montar essa associação várias companheiras tiveram problemas porque os maridos não queriam. Queriam

sim que tivesse uma associação, mas eles queriam participar. Então foi uma barra. A gente teve uma companheira que acabou desistindo devido à opressão que ela sofreu”. (Entrevista com Edna, em 26/11/2018)

No trecho da entrevista a seguir Edna explica a diferença, no seu ponto de visto, entre os objetivos dos homens e os das mulheres dentro de uma associação, onde os homens se contentam em pegar financiamento para produzir e vender, enquanto as mulheres estão buscando a produção e a comercialização, mas também melhorar as condições da comunidade.

“Por que uma associação de mulheres? Porque os nossos objetivos são diferentes dos objetivos dos homens. O homem quando tem uma cooperativa ou uma associação pensa assim: a gente vai produzir e vai vender, e vamos pegar financiamento. A ideia é que a gente possa se envolver com os problemas do assentamento. Como uma associação de mulheres a gente pode se intrometer, se envolver com assuntos da escola dos nossos filhos, se acharmos que podemos melhorar alguma coisa no postinho de saúde, se estiver precisando de um médico, um ginecologista, ou se estiver precisando de um pediatra, a gente acredita que juntas essas mulheres do assentamento a gente busca isso. A gente pode buscar cultura para as nossas crianças, para nós mesmos dentro do assentamento, cursos para as mulheres, enfim, a gente abrange um outro lado que, para os homens, aquilo que tem já está bom. Aquela produção, aquele financiamento, aquela máquina, aquele plantio já está bom. Para nós não. A gente quer buscar muito mais. Então uma associação de mulheres quer isso. A gente busca, a gente quer mais”. (Entrevista com Edna, em 26/11/2018)

Ocupar os espaços públicos é uma forma de romper o silenciamento do papel social atribuído à mulher do mundo privado.

4.2.Desvalorização social: a divisão sexual, a invisibilidade do trabalho e o acúmulo de funções vivido pelas mulheres.

As mulheres transitam entre os espaços da casa, do quintal ou da feira, ou seja, entre os espaços considerados da produção e da reprodução. As mulheres também desenvolvem a capacidade de fazer várias tarefas ao mesmo tempo e ainda têm sempre a preocupação com as pessoas que delas dependem, sobretudo as pessoas que demandam mais cuidados e atenção permanente por motivos de idade ou de saúde.

D. Cida conta que, além de todo o trabalho que demanda o lote, ela é a única responsável pelos cuidados com o lar, e justifica dizendo não precisar de ajuda, e também devido à saúde de seu esposo, que requer cuidados.

“Ele não precisa me ajudar. De manhã ele trabalha, depois do almoço ele quase não trabalha porque está com o coração ruim, então é mais de manhã mesmo”. (Entrevista com D. Cida, em 28/11/2018)

Precisamos aqui considerar que D. Cida sofreu um acidente vascular cerebral e um infarto há pouco mais de 2 anos, no entanto, se preocupa com a saúde de seu marido e o “poupa” de trabalhar no período da tarde pois considera que ele precisa descansar. Em seguida ela fala sobre o dia mais corrido da semana, quando ela prioriza os cuidados com a casa.

“Eu levanto 4 horas da madrugada porque o sono não vem mais. Se eu fico na cama o corpo dói. Então eu levanto, faço o café. Eu já começo a limpar um quarto, um banheiro. A hora que clareia o dia eu já cuido das galinhas, tenho os pintinhos, tem bastante coisa pra cuidar. Aí vou para a horta, desço para cortar bananas, o que eu tiver pra fazer. Aí volto e faço o almoço, cuido da cozinha. Descanso um pouquinho, às vezes costuro uma roupa, e depois volto para o trabalho novamente. Na sexta-feira é mais difícil porque é o dia que eu separo para limpar a casa. Além de cuidar da produção eu limpo a casa e deixo tudo pronto pro fim de semana.

Quando eu não tinha esse problema eu limpava a casa duas vezes por semana e durante a semana eu trabalhava na roça mesmo, e ficava o dia inteiro. Só na hora do almoço tinha um descansinho rápido”. (Entrevista com D. Cida, em 28/11/2018)

Ainda sobre a divisão de trabalho, no caso de D. Maria do Carmo, as atividades de cuidados com a casa são de responsabilidade dela. Ela disse que Laurindo ajuda quando precisa, lavando uma louça ou no preparo das refeições. Na fala da agricultora percebemos a interiorização do papel de dona de casa como sendo responsabilidade da mulher, que considera a ajuda esporádica do marido como suficiente, apesar de todas as responsabilidades que ela acumula na produção, na associação e no espaço do lar.

“Às vezes ele me ajuda, só se eu precisar... lavar louça, fazer comida, essas coisas ele faz sim”. (Entrevista com D. Maria do Carmo, em 28/11/2018)

Em todas as entrevistas realizadas podemos destacar as multitarefas desempenhadas pelas mulheres, e a falta de um tempo livre na rotina do dia-a-dia. Também conseguimos notar as múltiplas funções absorvidas por Ana Cláudia no trecho que ela fala sobre o dia mais cansativo da semana:

“Provavelmente para mim é na segunda, porque eu levanto cuido das meninas que vão para a escola, faço café, e mais ou menos 7:30 eu tô na horta. Aí nós colhemos, depois de eu colher, chego em casa e embalo tudo, esquento o almoço...embalando e esquentando almoço. Aí eu ajudo ele colocar por tudo dentro da caminhonete. E depois eu colho algumas coisas lá (nas árvores da agrovila). Hoje eu trouxe acerola, trouxe amora, tudo eu que colho. E depois ponho roupa na máquina, as meninas estendem. Eu ponho e elas estendem.

Eu tomo banho e fico aqui até as 8 horas da noite aqui na feira (feira do condomínio). Daí chego em casa, tomo um banho umas 9 horas e ainda vou arrumar alguma coisa da casa que sempre tem, faço janta, essas coisas. Vou dormir umas 11 horas ou mais. Sem contar que eu tenho que arrumar tempo pra fazer as anotações no caderno de orgânico, né?!”. (Entrevista com Claudinha, em 17/12/2018)

Nota-se que num pequeno intervalo de tempo Claudinha precisa dar conta de muitas tarefas, tanto do lar, como cuidar das filhas, preparar almoço e janta, lavar roupas, como de atividades produtivas, como colher, embalar, vender na feira e fazer as anotações para a OCS. Mesmo com esse acúmulo de atividades, Claudinha diz que determinou seu tempo livre às terças-feiras, pois as tarefas que eram desempenhadas dentro do ambiente do lar, agora são responsabilidades divididas entre as filhas, sendo destinado à Claudinha o preparo das refeições. É importante destacar que essa divisão de tarefas de cuidados com a casa em nenhum momento inclui Luiz Carlos.

“As meninas fazem o serviço delas lá e eu só faço almoço e janta. A limpeza é toda por conta delas. E o Luiz Carlos come e dorme (risos)”. (Entrevista com Claudinha, 17/12/2018)

Quando Edna foi questionada sobre como o seu trabalho produtivo no lote e nos cuidados com o lar era valorizado dentro e fora do núcleo familiar, ela apresentou uma percepção clara sobre a invisibilidade do trabalho feminino, o que não foi observado com as outras entrevistadas. Essa clareza sobre as questões de gênero e empoderamento feminino podem ser atribuídas principalmente aos conhecimentos adquiridos no curso de Agroecologia o qual Edna frequentou, onde foram tratados temas relevantes, não somente sobre sistemas agroecológicos, mas também sobre as relações sociais existentes no meio rural.

“Como que a mulher rural, a mulher que ajuda o marido, como ela sabe que é valorizada? Só pelas coisas que vem em casa, entendeu? Pelas compras de mercado.... Porque ela tem consciência que é despesa e que ela também contribuiu com essa conta que está sendo paga. Mas isso só ela sabe, mais ninguém. Ao contrário, o homem fala: a minha mulher só fica em casa. Ela só “ajuda” na colheita, ela cuida das galinhas, ela cuida da casa, mas ela não trabalha. Esse trabalho na colheita é considerado uma ajuda porque ele não é remunerado. Eu apenas “ajudava” nas minhas horas vagas. Qual era a minha hora vaga? Porque quando você está lavando roupa, limpando a casa, cuidando dos filhos, você está “de boa”, vamos dizer. A hora que vai ajudar a colher, aí sim você está ajudando. Então você não trabalha, você fica em casa”. (Entrevista com Edna, em 26/11/2018)

É importante salientar aqui o entendimento sobre o “tempo livre” da mulher, que muitas vezes não existe. A mulher que cuida do lar não tem folga para descanso, para lazer, ou mesmo para cuidados com a beleza. Ela está sempre disponível para um pedido dos filhos ou para uma “ajuda” ao marido. Apesar do tempo de convivência com a filha ser maior, era sempre preenchido com tarefas como alimentar, dar banho, ajudar com os estudos, levar para a natação, mas nunca um “tempo livre” para brincadeiras.

“Sabe, eu tinha inveja dele porque ele tinha tempo para duas coisas que eu não tinha, que era orar todo dia de manhã e tempo para brincar com a minha filha. Ele podia fazer isso e eu não”. (Entrevista realizada com Edna, em 26/11/2018)

Durante a entrevista com Lucilene foi questionado sobre o tempo livre, e quais as atividades que realiza nesse período. Lucilene não soube responder, pois não identificou em sua rotina o que ela poderia considerar o “tempo livre”.

“Eu estou cansada o tempo inteiro. O tempo livre que eu tenho é na hora do almoço, mas em dia de colheita não dá tempo nem de almoçar direito”. (Entrevista com Lucilene, em 06/12/2018)

Quando comparados os percentuais de mulheres ocupadas e sem remuneração entre os setores da economia, a invisibilidade do trabalho feminino se evidencia.

“Cuidar das galinhas e dos porcos sempre foram as minhas tarefas, e até mesmo cuidar em volta de casa, carpir o quintal, cuidar das plantas. Tudo que tinha para fazer em volta da casa era tarefa do lar, como lavar roupa. Ele só falava que eu ajudava ele quando eu estava na colheita”. (Entrevista com Edna, em 26/11/2018)

Segundo Melo e Sabato (2005), na agropecuária os índices são muito elevados em razão da produção e do autoconsumo. Segundo os autores, as causas estão nas atividades desenvolvidas por estas mulheres, que por não gerarem rendimento, são vistas como extensão da posição da mãe, esposa ou dona de casa e deste modo provedora das necessidades da família cabendo ao pai o papel de gestão e de maior controle da unidade familiar.

As práticas agroecológicas permitem vencer a chamada “divisão sexual do trabalho”, que separa o conjunto do trabalho que realizamos ao longo da nossa vida entre atividades “de mulheres”, teoricamente mais leves, ou “de homens”, “mais pesadas” ou “mais intelectuais”. (SILIPRANDI, 2015)

Esse fato pôde ser observado no caso de Claudinha, que antes se considerava dona de casa, e após sua participação na associação e na OCS, ocupou uma posição importante, tanto no grupo quanto no núcleo familiar, surgindo assim um novo desenho no papel desempenhado por ela. Mesmo relatando ser mais cansativo hoje se comparado ao período em que era “somente” dona de casa, Claudinha consegue identificar uma melhoria considerável no seu modo de vida, que inclui maior contato com pessoas, acesso e participação nas decisões da família e da associação, e um aumento na renda que proporciona oportunidades de lazer que antes não era possível.

“Eu acho melhor, eu prefiro agora, mesmo sendo mais cansativo.... Na segunda por exemplo eu fico até tarde (na feira), mas depois no outro dia eu acordo umas 8 horas da manhã, aí eu não vou para horta, até meio dia. Aí tenho aula de zumba, ou eu venho pra cidade resolver alguma coisa, que sempre tem, ou eu fico em casa. Aí na quarta nós voltamos de novo para a rotina da horta, plantar, colher, essas coisas.... O que eu fiz quando sobrou uns trocados foi ir à praia. Eu e ele só. Deixamos as meninas e fomos. Depois de tanto tempo...” (Entrevista com Claudinha, 17/12/2018)

A agroecologia oferece boas bases para construir a igualdade de gênero, pois permite diferentes usos do espaço e do tempo para realizar de forma combinada atividades produtivas e reprodutivas. Dessa maneira, a princípio, rompe-se a barreira da divisão sexual do trabalho que separa essas atividades e estabelece hierarquias entre elas. Elas buscam de forma permanente equilibrar o trabalho e a produção para autoconsumo e para venda; valorizam a produção dos quintais, mas não querem se restringir a eles.

Com a participação de mulheres nos espaços de comercialização direta, seja em compras institucionais como PAA e PNAE, como em feiras, as agricultoras envolvidas no processo valorizam o reconhecimento do que produzem, de sua variedade e de terem encontrado mercado para produtos que elas nem imaginavam que tivessem preço, como o caso das ervas medicinais produzidas nos quintais. Muitas destas plantas conhecidas como plantas alimentícias não convencionais (PANCS) são hoje valorizadas pela disseminação de informações sobre suas propriedades nutricionais, medicinais e terapêuticas.

As práticas relacionadas ao uso tradicional de plantas medicinais são o que muitas comunidades têm como alternativa para a manutenção da saúde ou o tratamento de doenças. No entanto, sua continuidade pode ser ameaçada pela interferência de fatores como: maior exposição das comunidades à sociedade urbano-industrial e, conseqüentemente, às pressões econômicas e culturais externas; e maior facilidade de

acesso aos serviços da medicina moderna (AMOROZO, 2002). Por outro lado, como discutido por Amorozo (2004), a introdução da medicina moderna traz outra opção para as práticas de saúde locais já estabelecidas e pode não eliminar o uso da medicina popular. Ao invés disso, em muitas instâncias, procedimentos da medicina moderna e da medicina popular são complementares.

Um estudo desenvolvido pela Sempreviva Organização Feminina (SOF, 2018), onde foram discutidas práticas para a autonomia das mulheres na agroecologia, concluiu que quando a repartição ou o rodízio dos afazeres do cuidado da casa ou da roça são repensados a partir da autonomia, trabalhos domésticos como o cuidado com os filhos e a manutenção da alimentação e da limpeza da casa passam a ser uma responsabilidade de todas as pessoas da família, não apenas das mulheres ou das filhas. Outro resultado é o aumento da qualidade do trabalho na produção de hortifrutigranjeiros, uma vez que as mulheres passam a ter mais tempo disponível para se envolver em outras tarefas e não somente nos afazeres domésticos.

Por outro lado, no trabalho de pesquisa de Alves (2016) sobre o papel social de mulheres na transição agroecológica envolvendo agricultoras de Santa Catarina, na maioria dos casos analisados, a superação da histórica falta de reconhecimento acerca da contribuição das agricultoras não tem sido suficiente para causar modificações quanto aos trabalhos realizados no âmbito doméstico. Neste aspecto, há uma série de padrões sobre os papéis sociais de gênero que têm sido encarados, inclusive pelas próprias entrevistadas, como normais ou aceitáveis.

Da mesma forma pôde ser observado no presente trabalho a partir dos relatos das mulheres sobre a participação delas nos espaços reprodutivos. Tendo em vista a interiorização da divisão sexual do trabalho, mesmo com o desejo das próprias mulheres por novas posições, valorizadas e reconhecidas, permanece presente o discurso da imagem e identidade feminina como fortemente ligadas à realização de sacrifícios para garantir a manutenção do bem-estar familiar.

De acordo com Ferrante (2013), ao tomar iniciativas de atividades diversificadas, as assentadas têm se contraposto aos modelos tradicionais, empenhados em naturalizar a divisão do trabalho e da vida cotidiana entre homens e mulheres. O fato de as mulheres terem papéis centrais nestes embriões de experiências produtivas diferenciadas não implica, necessariamente, mudanças efetivas no interior das relações familiares, dos

códigos tradicionais que ainda interferem, em muito, na lógica das relações familiares. Entretanto, novas sociabilidades podem estar se criando no interior destas experiências produtivas diversificadas.

Nas falas de todas as mulheres entrevistadas, exceto Edna, podemos perceber essa interiorização da obrigação de realizar as tarefas que dizem respeito aos cuidados com a família e com o lar. Sirlei justifica que, enquanto ela está limpando a casa, seu marido está fazendo algo importante na produção, e completa dizendo que ele é o maior responsável pela produção do lote, desobrigando-o assim a participar dos trabalhos domésticos. Já D. Maria do Carmo afirma que os dois são envolvidos nas atividades do lar da mesma forma, e quando é perguntado quais as atividades são de responsabilidade dele, ela explica que, além de seu marido coar o café todos os dias, ela recebe ajuda sempre que precisa. D. Cida se preocupa com a condição de saúde de seu esposo e o poupa da maioria dos serviços do lote e da casa. D. Tereza sempre cuidou de tudo dentro de casa e dos filhos, e nunca considerou a participação de seu marido nessas tarefas. D. Maria Rezadeira contou que trabalhava desde criança ajudando sua mãe, e, quando se casou aos 16 anos, era a única responsável pelos cuidados com a casa e seus nove filhos. Lucilene cuida da casa em seu “tempo livre” além dos cuidados com a filha de 6 anos, e justifica que tem ajuda de sua mãe, por isso seu marido não precisa colaborar na limpeza e manutenção do espaço do lar.

Podemos sim afirmar que houveram avanços consideráveis no reconhecimento dos papéis das mulheres do campo. Como no caso Claudinha, que conseguiu se desprender do rótulo de “dona de casa”, assumindo outros papéis sociais importantes na associação, na OCS e na comunidade. Ao incluir suas filhas nos afazeres domésticos, Claudinha passou a se dedicar a outras atividades, porém, não podemos afirmar que resulta em alteração da sociabilidade, pois as tarefas do lar são divididas entre as mulheres da família; é uma reprodução da desigualdade. Portanto, houve uma mudança importante em sua vida, com maior autonomia e participação nas decisões relacionadas à produção e também nas questões familiares, porém, o obstáculo do machismo ainda é uma barreira a ser ultrapassada.

Ainda é preciso avançar muito para que a redistribuição desse trabalho entre homens e mulheres se torne uma realidade, seja com os homens, no interior da família e da comunidade, seja na sociedade por meio de políticas públicas do Estado.

4.3.A manutenção dos quintais, a segurança alimentar e a transmissão dos saberes tradicionais.

Segundo Emma Silliprandi (2015), é sabido que são as mulheres quem primeiro defendem a conversão das propriedades para modelos mais sustentáveis, em função das suas preocupações com a saúde e alimentação das pessoas e com a preservação do ambiente. São elas as mais afetadas quando ocorrem problemas de saúde com membros da família, pois é sobre elas que recai o trabalho dos cuidados. Assim, a opção pelo envolvimento com práticas agroecológicas se dá, primeiramente, por questões de saúde e pela busca da alimentação saudável.

A saúde também foi o principal fator indicado pelas mulheres entrevistadas neste trabalho como responsável pela opção de uma produção livre de venenos. A seguir são apresentados alguns trechos das entrevistas onde podemos verificar a preocupação das agricultoras com a alimentação saudável e a relação existente entre a retirada do veneno da produção com a manutenção da saúde das famílias e dos consumidores.

“Teve bastante coisa boa. O melhor foi tirar o veneno, né? Na época o João passou mal por causa de veneno, e tá trabalhando com nós lá por causa disso. Nossa, querendo ou não, veneno faz mal. Tem gente que não põe isso na cabeça, que vai fazer mal para você e para quem vai comer. Tem bicho. Não vou falar que a minha alface não tem, mas pelo menos não tem veneno. Tem gente que não gosta quando vê um bichinho. Ah, então vai lá comer no Supermercado. Supermercado não vai ter bichinho, vai ter um monte de veneno”. (Entrevista com Claudinha, em 17/12/2018)

“Quase tudo a gente não usa veneno, eu com esse problema de saúde que tive não posso usar nada com agrotóxico. É tudo natural. Só uso mata mato nos carregadores. No resto uso umas caldas que vocês ensinaram”. (Entrevista com D. Cida, em 28/11/2018)

“Toda a sementeira que a gente planta estamos cuidando para não passar herbicidas, porque é para a alimentação da gente e lá fora também. Não adianta eu querer fazer uma coisa orgânica pra mim e judiar das pessoas lá fora”. (Entrevista com D. Maria Rezadeira, em 30/11/2018)

Sirlei procura sempre divulgar para as pessoas de seu convívio e para os consumidores de seus produtos sobre a importância da busca por sistemas agroecológicos e por uma vida mais saudável.

“O mais importante que eu vejo e passo para as pessoas é a questão da saúde. Eu sempre mostro para as pessoas que aquele produto é mais saudável. Então eu sempre estou falando, visando a melhora da saúde”. (Entrevista com Sirlei, em 06/12/2018)

Para prevenção de doenças D. Maria Rezadeira conta que utiliza produtos naturais encontrados no próprio lote para o preparo de caldas repelentes e biofertilizantes para suas plantas, e vermífugos para seus animais.

“Sempre trabalhei com coisas alternativas. Com as criações eu uso caruru, beldroega, caule da bananeira para prevenir contra vermes para as galinhas”. (Entrevista com D. Maria Rezadeira, em 30/11/2018)

O trabalho agrícola da mulher é geralmente invisível, porque é voltado à reprodução familiar e planejado conforme as necessidades alimentares da família, o que facilita, de certa maneira, a diversificação agrícola e outras práticas agroecológicas na terra – como consorciamentos, capina manual, adubação orgânica com sobras da alimentação, integração animal/vegetal, dentre outras, feitas em pequenos lugares do lote agrícola (DUVAL, 2009). Essa relação com a terra é considerada de afetividade, da qual surgem os quintais domésticos, “lugares” ou “sítios” do autoconsumo, que são mais de responsabilidade das mulheres e possuem diversas funções no interior de uma propriedade rural familiar.

Todas as agricultoras entrevistadas responderam que além de comercializar, também utilizam o que produzem no lote para autoconsumo. A diversidade e a qualidade dos alimentos consumidos por eles proporcionam segurança alimentar à família, garantindo que o abastecimento de produtos necessários seja advindo do próprio lote.

“Tudo que eu planto eu consumo. Eu não compro feijão, verduras eu não compro. Eu só compro sal, açúcar, café, essas coisas, e o resto é tudo daqui mesmo”. (Entrevista com D. Cida, em 28/11/2018)

Nas falas de D. Cida e D. Tereza fica evidente a importância do autoconsumo na contribuição para a economia e saúde das famílias. Além de não gastarem com alimentos no supermercado, são responsáveis por uma alimentação diversificada e saudável.

“Para nós aqui nós estamos comendo uma coisa que não vai prejudicar, porque aqui a gente quase não compra nada de fora. Só o arroz mesmo. O arroz é difícil. Nós plantávamos arroz para comer, mas depois não conseguia a máquina para limpar. E um pacotinho de arroz custa pouco no mercado, não vou ficar sofrendo com isso. Feijão, verdura, tudo a gente consome daqui. Uma mistura mesmo sempre tem, um ovo, uma galinha, um porco, ou se quiser mesmo mata um gado para comer por muito tempo. Nós temos uns peixinhos ali numa lagoinha também”. (Entrevista com D. Tereza, 28/11/2018)

Segundo Woortmann (1993; 2011), as mulheres também são detentoras e guardiãs de valores culturais e sociais do grupo, como os conhecimentos sobre ervas medicinais, cultivo e administração de remédios feitos por elas mesmas, novenas e orações para

proteção do homem e dos filhos, ou seja, outra dimensão do autoconsumo referente à produção de remédios caseiros cuja religiosidade e magia são fortes componentes.

Durante as visitas aos lotes das mulheres entrevistadas foram encontradas PANCS em todos os quintais, dentre elas o cará-moela, a beldroega, a serralha, ora-pro-nóbis, a capuchinha, caruru, peixinho, feijão-guandu, azedinha e a moringa; e também plantas medicinais como a erva balaieira, o loni, arnica, babosa, carqueja, boldo, erva cidreira, guaco, hortelã, poejo, levante, citronela, insulina, erva-de-santa-maria, sucupira, entre outras. As agricultoras falaram sobre as plantas cultivadas por elas, explicando os principais métodos de preparo e as suas finalidades, como nos trechos em destaque das entrevistas com Maria Rezadeira e D. Cida:

“No meu tempo, naquela época eu fazia os remédios. Hoje se você falar para dar um chá é perigoso você ir preso. Eu não levava meus filhos na farmácia. Fazia um chazinho de poejo quando estava gripadinho, adoçava com mel de abelha. A erva de santa maria eu usava para os machucados, socava aquela erva, colocava um pouquinho de sal, fazia aquele unguento num pano dobrado para tirar a dor. Cravo com álcool para fungos na unha e repelente. Arnica eu deixo no álcool, também é bom para machucado. Tenho a insulina também, para quem tem diabetes alta. No meu caso, eu sou diabética, faço um chazinho. Sucupira no vinho para reumatismo... E assim eu vou usando as plantinhas medicinais que a gente tem”. (Entrevista com Maria Rezadeira, em 30/11/2018)

Nos assentamentos estudados esses conhecimentos tradicionais foram transmitidos de pais/avós para seus descendentes, o que também favorece a manutenção da cultura local.

“Também tenho as minhas plantinhas, as minhas ervas, isso eu que cuido. Se eu tenho que ficar uns dias fora para fazer algum exame ele tem que cuidar. Se ele deixar morrer, o pau quebra. (Risos) Dos chazinhos eu sei tudo. Tenho várias plantas para culinária, tenho poejo, levante, hortelã, tenho citronela, cidreira, tenho tudo. O que eu não consigo ganhar eu compro, e uso tudo, pra chás, pra temperos, pra tudo”. (Entrevista com D. Cida, em 28/11/2018)

“Tenho as minhas ervas, capim cidreira, poejo, hortelã, várias coisas que eu uso para remédio. Folha de manga que faz xarope para tosse... É para consumo, também dou para os vizinhos, para os meus netos quando vêm visitar, todo mundo usa”. (Entrevista D. Tereza, em 28/11/2018)

Segundo Brumer (2005), para as mulheres assentadas o acesso à terra também está associado ao bom estado nutricional das famílias, pois elas cuidam da produção da alimentação (de atividades agrícolas às culinárias). Porém, as mulheres também podem obter renda quando produzem e comercializam, ou quando têm emprego fora do lote, o

que as levam a priorizar essa obtenção de renda ao invés do trabalho no lote. Mesmo quando possuem fontes de renda, elas tendem a aplicar o dinheiro ganho em produtos para a família, para o estado nutricional dos filhos, por exemplo, enquanto homens muitas vezes gastam em despesas pessoais.

O papel das mulheres na constituição desses lugares de sociabilidade via autoconsumo (festivo, solidário ou associativo) é, muitas vezes, de liderança. Neste processo, as mulheres assumem o comando. Pautadas por relações de sociabilidade, as mulheres podem ser protagonistas da construção de um leque de alternativas produtivas que possa garantir a segurança alimentar e a autoestima diluindo constrangimentos e assegurando a retomada das rédeas do desenvolvimento a partir de suas próprias iniciativas.

As mulheres adquiriram historicamente um vasto saber sobre os agroecossistemas que manejam. Desempenham importante papel como administradoras do fluxo de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação de plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e filogenéticos e assegurando por meio de sua atividade produtiva as bases para a segurança alimentar (SEMA, 1997). Esse papel é tão mais importante quando consideramos que a conservação e o uso da biodiversidade constituem-se como ponto chave para a defesa da agricultura familiar com base agroecológica e também se considerarmos que a biodiversidade é protegida pela diversidade cultural transmitida pelas mulheres entre as gerações.

Essa transmissão de saberes e culturas foi identificada nos relatos de Edna e D. Maria Rezadeira quando falaram sobre as práticas de manejo realizadas por suas mães, também agricultoras, e que prezavam prioritariamente pela manutenção da diversidade na produção, buscando o autoconsumo e a qualidade dos alimentos.

“Se você for no lote da minha mãe hoje você vai encontrar de tudo lá... E ela faz questão de te mostrar tudo, se deixar ela enche o porta-malas do seu carro com uma porção de frutas e verduras.... Tudo que ela encontrar ela vai querer colher para você levar. Ela é assim mesmo!” (Entrevista com Edna, em 26/11/2018)

“Minha mãe era agricultora, e por isso eu também sou. Ela me ensinou muita coisa desde quando eu era pequenina. Tudo que eu sei sobre mandioca, o plantio, a colheita, os preparos de biju, farinha, tudo ela que me ensinou”. (Entrevista com Maria Rezadeira, em 30/11/2018)

As atividades de diversificação supõem não apenas a reprodução material dos assentados e um melhor reconhecimento do papel da mulher, tanto na esfera doméstica, quanto na política, mas também uma reprodução cultural – através de um conjunto de saberes tradicionais inscritos na história dos tais grupos sociais – e uma original produção simbólica, (re)desenhando grupos de convivência e sociabilidade, nos quais as atividades ligadas à preparação diária da alimentação (o sustento mais trivial) acabam sendo uma base. Lugar de necessidades e, talvez, de expansão de liberdades (SILIPRANDI, 2015).

4.4.A importância do reconhecimento das mudanças que estão ocorrendo na agroecologia.

Conforme as experiências de transição foram sendo consolidadas pelas mulheres, ocorreram alterações nas relações familiares e sociais. Estas modificações não foram apenas porque as experiências passaram a ter validação econômica na esfera produtiva, mas também pela persistência e convicção das mulheres em relação à concretização dos projetos. Parte do que se pode chamar de empoderamento destas mulheres, envolveu a desconstrução ou a amenização das estruturas que reproduzem a posição subordinada da mulher, dentre as quais, aquelas que conformam as noções de gênero (SCOTT, 1995).

Na pesquisa realizada por Alves (2016), os efeitos diretamente percebidos da participação das mulheres em projetos de transição de modelos convencionais de produção para a agroecologia foram, principalmente, a afirmação das suas identidades e a articulação de ações estratégicas para a melhoria das suas condições de vida e de seus familiares. As iniciativas conduzidas por estas agricultoras promoveram a saída progressiva da invisibilidade na esfera do trabalho para a posição de chefes de empreendimento. Nos casos em que as agricultoras entrevistadas trabalhavam sem o apoio da mão de obra da família, esta chefia ficou restrita ao empreendimento agroecológico.

De maneira geral, considera-se que ocorreu uma modificação positiva dos papéis sociais desempenhados pelas agricultoras familiares. Em todos os casos analisados, elas deixaram a posição caracterizada como ajuda, para assumirem o papel de protagonistas no desenvolvimento da atividade de base agroecológica que elas exercem. Também foi constatado que, a atuação no contexto da produção agroecológica, propiciou a inserção das agricultoras na esfera da comercialização, garantindo a detenção de recursos financeiros por

parte das mulheres, bem como assegurou sua inserção nas esferas decisórias e na gestão dos estabelecimentos. (ALVES, 2016)

Este protagonismo feminino também pôde ser observado com as agricultoras entrevistadas no presente estudo. São casos de mulheres que se destacam tanto na produção orgânica, na comercialização, na liderança de grupos, como também nas decisões da família. Interessante ressaltar que todas as mulheres tiveram uma mudança nos papéis desempenhados dentro do ambiente familiar e na sociedade; de donas de casa, tornaram-se presidentes e tesoureiras de associações, responsáveis pela produção dos lotes, feirantes, comerciantes, chefes de família. Foi analisado que essas transformações se deram por diversos fatores, dentre eles a inserção em programas do governo e compras institucionais que exigiam a participação das mulheres nos projetos; a participação em associações, cooperativas, cursos de capacitação; a inclusão destas mulheres na comercialização em feiras negociando diretamente com os consumidores, o que favorece a sociabilidade destas mulheres e a valorização de seus trabalhos. Outro fator importante responsável por grandes mudanças nos papéis desempenhados por elas é o fato de se tornarem viúvas, e, de um dia para o outro, tornarem-se responsáveis por tudo que antes não tinham acesso como a administração dos lotes, as finanças, a comercialização. Como no caso de Edna, por exemplo, que viu na formação de uma associação de mulheres uma forma de permanecer no campo, e se desenvolver como mulher, nesse espaço onde ainda predominam os homens.

“Devido as dificuldades que eu particularmente encontrei foi onde eu fui uma das que ajudei a formar essa associação. Porque eu vi que sozinha, sem talão de nota, sem DAP... tudo bem que tem a da minha sogra, mas não é a mesma coisa. Eu vi que formando uma associação eu poderia me desenvolver muito melhor quanto mulher, quanto agricultora, eu vi em mim uma grande chance de continuar com essa luta”. (Entrevista com Edna, em 26/11/2018)

De acordo com os estudos realizados por Sempreviva Organização Feminista (SOF) sobre a relação entre a autonomia das mulheres e a agroecologia na região do Vale do Ribeira, as OCS e a produção agroecológica propiciaram um novo processo de reflexão e de auto-organização para os grupos de agricultoras. Pensar em estratégias de se inserir no mercado, comparar os produtos e manejo da produção orgânica com a convencional, pensar as relações solidárias com os consumidores, debater qual mercado querem são algumas delas. Estas questões trazem aprendizados para ampliar as possibilidades de melhorias nas vidas dessas mulheres.

Os desafios para promover a autonomia econômica feminista podem ser sintetizados em um tripé: produção, comercialização e organização das mulheres. Frente a isso, é fundamental desenvolver estratégias de comercialização que articulem o autoconsumo, a doação, a troca, as feiras e os grupos de compra com ampliação do acesso às políticas de mercado institucional, para que haja maior possibilidade de mulheres terem controle sobre o próprio trabalho (SOF, 2018).

Nos trechos das entrevistas a seguir podemos notar que, apesar de todos os obstáculos encontrados pelas mulheres na luta pelo reconhecimento do trabalho e para conquistarem os seus espaços, elas têm muito orgulho de serem agricultoras.

D. Maria do Carmo falou sobre ser mulher agricultora, seu amor pela terra e o orgulho de produzir alimentos saudáveis.

Ser mulher agricultora eu acho ótimo, porque é o que o eu amo. O tempo que eu morei na cidade eu gostava, não queria mais vir para o sítio não. Mas acabei vindo e agora não quero mais sair daqui não. Eu amo isso aqui. Amo trabalhar, ver minhas plantinhas, plantar, colher, para mim é muito gostoso. Eu amo o meu cantinho. Coisa mais gostosa é você plantar, ver produzir, colher, saber o que você plantou e está comendo.... Eu amo carpir. Se eu estiver me sentindo desanimada, aborrecida, eu pego a enxada e vou carpir. A musiquinha da enxada me deixa feliz. (Entrevista com D. Maria do Carmo, em 28/11/2018)

Fazendo uma comparação entre antes e depois da associação e da introdução à produção orgânica, Edna fala sobre como se sente em relação ao trabalho e a vida que tinha no período anterior à toda essa transformação.

Hoje eu trabalho muito mais, eu tenho muito mais responsabilidade, mas eu tenho mais presença. Quando eu coloco o meu produto na banca eu sei tudo sobre ele, e antes eu não sabia. Existe um frio na barriga, mas também existe uma imensa satisfação, apesar de toda a dificuldade. Os maridos das mulheres da AMCA atrapalharam bastante, mas nós resistimos. Eu tenho muito mais satisfação hoje quanto mulher quanto produtora, isso me fortalece, me motiva. (Entrevista com Edna, em 26/11/2018)

D. Maria Rezadeira falou sobre as dificuldades que encontrou durante a vida e sobre a valorização do trabalho da mulher agricultora, suas origens e suas lutas.

“Ser mulher agricultora hoje em dia é aquela pessoa que sempre trabalhou, veio da origem dos pais. A agricultura vem da origem dos pais. E dar valor à terra, dar valor ao trabalho. Não pode esperar cair do céu. Aquela mulher que vai a luta, aquela mulher que corre atrás dos objetivos dela. Essa é uma mulher agricultora. Eu como agricultora dou os parabéns para essa mulher. Não podemos ficar de braços cruzados. Para a mulher é mais difícil no meio

rural porque ela não é só agricultora. A mulher trabalha muito mais eu os homens porque a mulher tem os filhos, tem a casa, tem roupa pra lavar e ainda tem a roça para poder trabalhar. Eu sou prova disso. Com 13 anos o meu primeiro trabalho foi fazer farinha de mandioca. O forno era alto, minha mãe colocou um banquinho e deu o rodinho pra eu fazer farinha. Porque minha mãe era uma agricultora. Se ela não fosse jamais eu seria uma agricultora. Mas o ponto negativo é que o que nós fazemos não tem valor. A mulher trabalhadora, agricultora, planta e vê perder. Ela perde porque não dão valor para o nosso trabalho. Se o campo não planta a cidade não janta.... O meu trabalho eu sempre valorizei. Pode ser que os outros não enxergam, mas eu valorizo". (Entrevista com D. Maria Rezadeira, em 30/11/2018)

Mesmo com tanto trabalho e sem poder aproveitar um tempo livre para descansar, Lucilene se apresenta como uma agricultora feliz e realizada, preocupada com a saúde das pessoas e com o meio ambiente.

"... Eu tenho muito orgulho de ser agricultora, e me sinto mais feliz trabalhando sem veneno. Se Deus quiser a gente vai conseguir deixar o lote inteiro sem veneno, tudo no orgânico. Não é só para a minha família, é para quem compra de nós também, né, e para o meio ambiente também. Precisa preservar a nossa terra para continuar produzindo". (Entrevista com Lucilene, em 06/12/2018)

D. Cida apresenta, a partir da sua vivência, o que é ser agricultora diante do cenário da monocultura.

"Ser mulher agricultora tem que saber trabalhar, tem que saber empregar as coisas certas. Eu tenho orgulho de ser agricultora, eu adoro, não faria outra coisa. Os meus pais eram agricultores e eu também quero ser. E quero que meus filhos também sejam". (Entrevista com D. Cida, em 28/11/2018)

D. Tereza fala sobre a importância da agroecologia e, quando questionada sobre ser uma mulher agricultora, ela abre um sorriso e fala do orgulho de sua profissão.

"Tenho muito orgulho de ser agricultora. Não me vejo fazendo outra coisa. Estou todo dia aqui, quase não saio. Qualquer dia nós estamos por aqui mesmo. Trabalho, o que dá para eu fazer eu estou fazendo, porque já tenho idade. E graças à Deus tem fartura no meu lote". (Entrevista com D. Tereza, 28/11/2018)

4.5.A participação das mulheres nas OCS's estudadas.

Em análise ao cadastro nacional de produtores orgânicos foram identificados quatro grupos de organizações de controle social na região de Araraquara denominadas OCS Grupo Orgânico Fortaleza, OCS Grupo Orgânico Familiar Chico Bento, OCS Orgânicos Bela Vista e OCS Orgânicos Monte Alegre, nos quais foram contabilizados 44 produtores ligados diretamente à produção orgânica, sendo 21 homens e 23 mulheres.

Observando individualmente cada organização, nos deparamos com quatro situações semelhantes, como apresentado na tabela a seguir:

Tabela 1. Quantidade de homens e mulheres participantes das OCS's e porcentagem de mulheres em relação ao número total de participantes de cada grupo.

Nome da Organização	n° total de produtores	n° de mulheres	n° de homens	% de mulheres
OCS Grupo Orgânicos Fortaleza	23	13	10	57
OCS Grupo Familiar Chico Bento	4	2	2	50
OCS Orgânicos Bela Vista	10	5	5	50
OCS Orgânicos Monte Alegre	7	3	4	43
TOTAL	44	23	21	52

Fonte: Dados obtidos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do MAPA, abril 2018.

De acordo com os dados obtidos, verifica-se primeiramente a diferença entre o número de produtores totais cadastrados em cada Organização, sendo que a OCS com o menor número de integrantes é o Grupo Familiar Chico Bento, com apenas 4 produtores, seguida da Orgânicos Monte Alegre, com 7 produtores e a de maior número de produtores cadastrados, OCS Grupo Orgânicos Fortaleza, com 23 integrantes. Quando comparamos o número de mulheres inseridas em cada grupo encontramos um certo equilíbrio entre homens e mulheres nas quatro organizações.

Analisando os números de produtores do Estado de São Paulo cadastrados em 82 Organizações de Controle Social do CNPO, de 804 produtores, 415 são homens e 389 mulheres, portanto a relação é de aproximadamente 52% homens e 48% mulheres, porcentagens muito semelhantes às encontradas nas OCS's, especialmente no Grupo Familiar Chico Bento e Orgânicos Bela Vista, mostrando um equilíbrio na participação de homens e mulheres na formalização da produção orgânica da agricultura familiar.

Durante as visitas aos grupos de OCS's podemos verificar que o número de mulheres ligadas à produção orgânica dos lotes é maior do que o número de mulheres cadastradas no CNPO. Algumas mulheres que foram identificadas como participantes do grupo de OCS não possuíam o documento de produtoras orgânicas. Isso acontece por alguns fatores identificados na pesquisa, como a falta do Documento de Aptidão ao Pronaf (DAP), a não participação das reuniões do grupo (participam somente da parte

produtiva, portanto não preencheram os documentos necessários para o cadastro do MAPA), e a escolha de colocar somente o nome do marido no documento; sendo este último fator recorrente em projetos de comercialização, como o PAA e o PNAE, e no próprio talão de notas da propriedade.

No PAA via associação/cooperativa o número de mulheres tem aumentado, pois existe um limite mínimo de 40% de mulheres por projeto. Como no caso estudado de D. Maria do Carmo, presidente desde a fundação da Associação A Vida da Gente do Assentamento Fortaleza – AVIDA, em 2012, é a principal responsável pelos projetos da organização, pela gestão e prestações de contas dos projetos vinculados à AVIDA. No mesmo ano D. Cida também participou da fundação de outra organização existente no assentamento, a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Fortaleza (APRAF), e ela foi também, por um período, a tesoureira da organização, realizando o controle de entregas e os pagamentos aos associados envolvidos nos projetos da APRAF.

Através destas organizações os produtores participaram de 4 projetos do PAA via Conab, no período de 2012 a 2016, e puderam comercializar até R\$8.000,00 por ano em produtos. Era uma venda garantida todo ano.

Em 2014 foi criada a Organização de Controle Social OCS do Assentamento Fortaleza, integrando produtores da AVIDA e da APRAF, com o objetivo de adequar a produção dos lotes com a lei de orgânicos e também possibilitar as vendas institucionais desses produtos cadastrados no MAPA como orgânicos. D. Maria foi mais uma vez a representante do grupo, escolhida pelos outros agricultores.

A OCS Orgânicos do Assentamento Fortaleza foi criada a partir da possibilidade de entregar produtos orgânicos para a merenda escolar de Bocaina, inicialmente com 23 agricultores envolvidos. D. Cida também assumiu um importante papel nas visitas aos lotes verificando se a produção do grupo estava de acordo com a proposta de produção orgânica da OCS.

“Eu prefiro menos veneno. Sempre trabalhei assim. Quando veio o Gustavo falando do grupo da OCS eu entrei.

Eu já participava da associação, era fiscal. Então eu participava de todas as reuniões. Meu papel foi participar das visitas de fiscalização, fazer as caldas, testar os repelentes, essas coisas. Eu que resolvi participar.

O Santos não ia nas reuniões não, era mais eu”. (Entrevista com D. Cida, em 28/11/2018)

A partir de 2016 os associados não conseguiram acessar mais nenhum projeto via associações devido à falta de assistência técnica e também aos cortes de recursos do Governo Federal para a agricultura familiar. As entregas de PAA eram a principal forma de comercialização dos agricultores do assentamento, e com o fim destes projetos a maioria dos produtores ficou desestimulada e abandonou a OCS. Um grupo de apenas 3 mulheres permaneceu com as atividades da OCS, mas não resistiram por muito tempo. Em 2018 foi dada baixa na OCS Orgânicos Fortaleza, dentre os principais motivos foi citado a falta de projetos para comercializar os produtos orgânicos e a falta de participação dos produtores participantes do grupo. As associações ainda existem, porém, poucos produtores participam das entregas no PNAE do município e contribuem com uma porcentagem do que recebem para manutenção dessas organizações.

Nesse contexto é importante ressaltar que a agroecologia integra aspectos produtivos, sociais, ambientais e econômicos. Para que o sistema seja sustentável todos estes fatores devem estar em equilíbrio. No caso da OCS Fortaleza o fator econômico foi o principal causador para a desistência e desmembramento do grupo.

Porém, eles continuam evitando agrotóxicos e adubos solúveis na produção, mantendo as práticas de prevenção de doenças aprendidas no processo de formação da OCS.

Eu faço ainda hoje, uso as caldas. Eu tenho uns latões cheios de caldas aí. Faço direto. (Entrevista com D. Cida, em 28/11/2018)

“...sempre testei a bordalesa, a mamona, o detergente, eu usava tudo. Eu ainda uso essas coisas. Só a bordalesa que eu dei uma parada porque teve planta que deu uma queimada, mas os outros a gente usa”. (Entrevista com D. Maria do Carmo, em 28/11/2018)

Apesar do pouco tempo de existência da OCS, a formação do grupo trouxe maior conhecimento sobre alternativas para evitarem os agrotóxicos na produção. Durante as visitas era comum a troca de informações entre os eles sobre novas receitas de biofertilizantes, repelentes e adubos orgânicos que poderiam ser usados nas hortas. D. Cida falou um pouco sobre as dificuldades que tinha antes da OCS com pragas e doenças e sobre os conhecimentos adquiridos nesse processo.

“Não usava veneno, mas muitas plantas eu não sabia como cuidar quando tinham as pragas e doenças. No começo era difícil de prevenir. Se não tinha alguém para ajudar a gente perdia. Quando ia fazer uma calda, às vezes eu fazia e não virava nada.... Agora não, agora eu sei”. (Entrevista com D. Cida, em 28/11/2018)

D. Tereza também era uma das integrantes da OCS Orgânicos Fortaleza, e afirmou que em seu lote também não era aplicado nenhum tipo de veneno, mesmo antes da criação da OCS.

“A gente nunca usou veneno. Nem mata mato. O que você planta não vem se passar mata mato. Já não passa calcário, não faz análise da terra, não tem a correção do solo, e se você planta com o Randap acaba com tudo.

A gente só usa esterco, não usa adubo químico”. (Entrevista com D. Tereza, 28/11/2018)

A produção do lote sempre foi manejada de forma orgânica, utilizando insumos do próprio lote, evitando agrotóxicos e adubos químicos, a fim de preservar o solo. Podemos observar nas entrevistas muitos conhecimentos adquiridos na prática. Antes mesmo do grupo de OCS os agricultores já entendiam que o agrotóxico era nocivo para a produção.

Dentre os principais motivos que levaram as agricultoras a optarem por uma produção mais natural, foi considerado um conjunto de aspectos, como o meio ambiente, a saúde e o financeiro também. No quesito comercialização, elas afirmam ser o orgânico mais aceito no mercado pelos consumidores, facilitando a venda e agregando valor ao produto.

O orgânico é mais bem visto que o convencional. A pessoa que sabe, o orgânico é muito melhor, é um produto mais aceito, com certeza por quem conhece o que é. (Entrevista com D. Cida, em 28/11/2018)

Quando questionada se houveram mudanças após o cadastro de produtores orgânicos, Sirlei afirma perceber uma valorização do trabalho dentro das famílias e, principalmente, no olhar dos consumidores para a produção dos assentamentos da região.

“Hoje em dia as famílias se sentem mais profissionais. Levam mais a sério, conseguem se manter com a produção do lote, considerando essa valorização do produto orgânico. Muita diferença dos consumidores também, que hoje preferem os produtos mais fresquinhos, sem veneno. Antes eles tinham preconceito, nem todos nos viam com bons olhos por sermos do assentamento. Nos chamavam de “sem terra”. Pelo contrário, temos terras até demais. Hoje me sinto mais valorizada, que o produto tem mais valor do que antigamente. Hoje as pessoas procuram, vão lá as pessoas da cidade nos procurar”. (Entrevista com Sirlei, em 06/12/2018)

Sirlei completa falando sobre a importância de apresentar um documento que garanta a produção orgânica ao consumidor.

“O documento de produtor orgânico da OCS mudou muito também. Se tiver uma barraquinha que não é orgânica e a minha eles preferem a minha, eu acredito que tenho essa vantagem”. (Entrevista com Sirlei, em 06/12/2018)

Ainda sobre a visão dos consumidores em relação aos produtos orgânicos, Claudinha explica que, no geral, são mais valorizados que os convencionais. Porém, em alguns locais de venda ainda há uma resistência e uma ignorância sobre o manejo desse tipo de produto.

“Eles gostam. É o contrário, tem mais aceitação do que o convencional. Os consumidores daqui mesmo (feira do condomínio) perguntavam no começo se a gente era orgânico. Agora tem feira que já não gosta. Na de sábado tem gente que não gosta. Eu falei que ia passar xixi de vaca, a mulher nem comprou. Fui explicar que era bom, que a gente lava e sai, mas não, nem levou um pé de alface. Mas com certeza a maioria das pessoas preferem do que o veneno. E não fica resíduo nenhum”. (Entrevista com Claudinha, em 17/12/2018)

Uma outra realidade foi relatada por D. Tereza e D. Maria do Carmo. Segundo elas, os consumidores não ainda entenderam ou não tiveram acesso às informações sobre a importância dos produtos orgânicos, e dão preferência aos produtos de aparência mais vistosa.

“O consumidor tem um problema. A gente não passa veneno, e os outros passam veneno e dá aquela coisa bonita, aí eles preferem o deles do que comprar de nós. Eles preferem o mais bonito, pode estar com um monte de veneno, não importa. Não valorizam, querem pagar a mesma coisa”. (Entrevista com D. Tereza, 28/11/2018)

“O povo aqui de Bocaina não sabe o que é orgânico não. Não importa se tem veneno ou não, eles querem mesmo é pagar barato”. (Entrevista com D. Maria do Carmo, em 28/11/2018)

Na comparação entre os sistemas convencional e orgânico, Lucilene aponta a falta de mão de obra como principal dificuldade encontrada para se produzir orgânicos, porém, quando comparados os custos operacionais os gastos se equiparam, pois, o aumento nos gastos com mão de obra se equilibram com a economia de insumos que agora são produzidos no próprio lote.

“Aumentou um pouco a mão de obra. O custo não mudou. Se for fazer uma composteira a gente tem que pagar uma diária para um dia inteiro, então o custo fica alto também. Ainda é alto porque a gente não tem mão de obra”.

Mas mudou porque a gente compra menos insumos, muita coisa a gente mesmo que faz”. (Entrevista com Lucilene, em 06/12/2018)

Apesar do receio em iniciar algo novo, após dois anos somente de transição para a produção orgânica o casal já está reorganizando o lote para torná-lo inteiramente orgânico.

“...mudou porque a gente separou uma área que estava parada há bastante tempo e começamos a plantar o orgânico. Essa área está protegida com Napier e a gente não usa nada de veneno nem de química lá. Estamos aumentando e pretendemos fazer o lote todo no orgânico. O trabalho ainda é bastante, né?! A gente precisa prevenir para não dar doença, mas pelo menos a gente mexe muito menos com veneno”. (Entrevista com Lucilene, em 06/12/2018)

Com o aumento da produção apareceram também dificuldades no manejo de pragas e doenças, o que com o tempo estão aprendendo a controlar e equilibrar o ambiente para evitar perdas na produção.

“A maior dificuldade é produzir em larga escala. Fica uma produção menor. A gente não consegue produzir tanto igual no convencional. As pragas atrapalham bastante. No orgânico as plantas desenvolvem, ficam bonitas sim, mas se você planta muito começam a vir as pragas, e você não consegue ter controle”. (Entrevista com Sirlei, em 06/12/2018)

Outro ponto importante a ser destacado neste trabalho é o papel social desempenhado pelas mulheres nas Organizações estudadas. Na OCS Grupo Familiar Chico Bento a principal responsável pelo controle dos registros da produção, prestações de contas, comercialização dos produtos em feiras e nos mercados institucionais é uma mulher, e não está cadastrada no CNPO por não possuir a DAP, o qual é obrigatório para a inserção do produtor no sistema de cadastro do MAPA. Do mesmo modo que na OCS Orgânicos Monte Alegre e na OCS Grupo Orgânicos Fortaleza, as representantes legais eleitas pelo grupo e responsáveis pela parte burocrática das organizações também são mulheres.

Ao assumir a representação da OCS Orgânicos Monte Alegre, Sirlei acumula também muitas responsabilidades de liderança para que sejam cumpridas as normativas estabelecidas pelo grupo.

“Eu sou como se fosse uma líder do grupo, porque eu marco as reuniões, faço as atas, visitas, dou um apoio mais presente. E toda semana ainda vendo os produtos deles”. (Entrevista com Sirlei, em 06/12/2018)

Sobre o papel desempenhado por Lucilene, ela explica que atua em todos os setores da produção, e dentro da OCS é responsável pelas anotações no caderno de controle da produção, demonstrando grande domínio sobre o que é realizado na produção.

“O meu papel é maior na produção. Eu faço de tudo, eu colho, eu planto, as únicas coisas que eu não faço é bater canteiro e jogar esterco, porque se eu começar a fazer vai sobrar pra mim também, então eu não faço. Na parte da OCS eu fico com as anotações da produção, no caderninho de controle da produção que tem que colocar que plantou, o que passou na produção, o que vendeu, quando foi... essas coisas”. (Entrevista com Lucilene, em 06/12/2018)

Finalizando, sobre a participação na OCS, Lucilene complementa dizendo que não tem o hábito de participar das reuniões do grupo, somente quando ocorrem no seu lote. Geralmente é o Toninho que representa o casal, enquanto ela fica responsável pelo manejo da produção. Mais uma vez identificamos, assim como no caso de Claudinha, o papel indispensável da mulher no espaço produtivo, mas que se torna invisível para a sociedade.

Portanto, analisando todos os dados apontados referentes às OCS's estudadas neste trabalho, podemos afirmar que a participação da mulher se faz mais representativa nestes grupos, principalmente pelas funções desempenhadas por elas nas atividades produtivas no campo, comercialmente ou desenvolvendo papéis de lideranças das organizações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa constatou que as mulheres agricultoras transitam em diversos setores de produção e reprodução (que não geram renda) numa propriedade. Além de desenvolverem papéis relacionados aos cuidados com o ambiente da casa e da família, essas mulheres também têm se destacado na produção orgânica, na gestão de grupos, associações, OCS's, na liderança em comunidades.

Entretanto, a naturalização da divisão sexual do trabalho doméstico e o acúmulo de funções pelas mulheres ainda é muito presente. Durante as entrevistas podemos notar a interiorização do papel de “donas de casa” e a falta do “tempo livre” por grande parte das mulheres. As atividades relacionadas aos cuidados do lar e dos filhos são identificadas pelas mulheres como responsabilidades delas, e em algumas situações elas não conseguem apontar em qual momento do dia conseguem ter um tempo de descanso.

Essa responsabilidade pelo ambiente doméstico se estende para o entorno da casa, incluindo as produções dos quintais, espaço produtivo de grande diversidade de plantas, hortaliças, ervas medicinais e temperos. Esses quintais são lugares da Agroecologia por serem espaços onde se aplicam os conhecimentos tradicionais de manejo, com aplicações de repelentes e adubos naturais.

A agroecologia valoriza a produção de alimentos a nível doméstico, que visa o autoconsumo, tema extremamente ligado às mulheres. Elas contribuem de maneira significativa para a economia das famílias quando se deixa de gastar em supermercados, por influenciarem diretamente na dieta alimentar com alimentos saudáveis, garantido a qualidade das refeições, e favorecendo, portanto, a segurança alimentar; e para a soberania alimentar local, que se traduz no direito dos agricultores e das agricultoras de definir o que e como plantar, e, especialmente, de utilizar as próprias sementes (o que inclui a luta contra os transgênicos).

As mulheres agricultoras detêm grande parte dos conhecimentos tradicionais no que se refere a plantas, sementes e técnicas de plantio, sendo responsáveis pela transmissão de saberes para as gerações seguintes, e contribuindo para a manutenção da cultura local. A invisibilidade do trabalho das mulheres não tira o protagonismo delas na Agroecologia; elas fazem sem saber. Apesar da importância das atividades desempenhadas por essas mulheres, muitas vezes elas não são percebidas pela sociedade e nem nas unidades de produção devido às assimetrias de gênero.

A invisibilidade do papel das mulheres é uma barreira que vem sendo ultrapassada com a participação delas em grupos produtivos e associações, onde conseguem se destacar e enxergam os resultados dos seus trabalhos. Como pudemos identificar no decorrer desta pesquisa, as mulheres estão ocupando novos espaços e buscando a valorização do trabalho feminino.

A participação das mulheres nos movimentos de lutas e de defesa da Agroecologia vem ganhando força, principalmente a partir da ação coletiva protagonizada por mulheres como a Marcha das Margaridas, onde uma das palavras de ordem está na valorização da Agroecologia. É um importante marco para a visibilidade das mulheres do campo e para mudanças políticas que visam o desenvolvimento sustentável, além de outros espaços de enfrentamento que as mulheres vêm trabalhando na busca de seu reconhecimento enquanto sujeitos políticos, sociais e econômicos.

A possibilidade de participação e de valorização das mulheres em outros espaços para além do lar favorece o reconhecimento pelos familiares do trabalho executado por elas, pela sociedade, e o auto reconhecimento delas como agricultoras de fato. A OCS pode ser considerada uma importante ferramenta para a participação das mulheres e para a realização da transição agroecológica.

Apesar da invisibilidade atribuída às mulheres, principalmente no aspecto produtivo, pela própria divisão sexual do trabalho, elas são fundamentais no processo de constituição da transição agroecológica. A responsabilidade assumida por elas de cuidar da organização dos grupos estudados, das documentações e burocracias é essencial para o desenvolvimento das OCS's.

Não se pode afirmar que a participação em uma OCS é necessariamente garantia de uma prática associada à Agroecologia. No entanto, na valorização dos quintais, nos saberes ancorados em conhecimentos tradicionais, as mulheres assentadas dão passos significativos na constituição de uma prática agroecológica.

Tampouco é possível afirmar que a participação numa OCS possibilita um reequilíbrio entre os gêneros no mundo rural. Porém, vários aspectos da pesquisa demonstraram passos no sentido das mulheres irem ocupando espaços econômicos, sociais, políticos e rompendo as invisibilidades!

REFERÊNCIAS

AGUIAR, V.V.P. Mulheres rurais, movimentos sociais e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedad**. Florianópolis, Vol. 15. Edição Especial. 2016.

ALBUQUERQUE, E.M. **Avaliação de técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009. Dissertação de Mestrado, 99p.

ALEIXO, Sany Spínola; FILIPAK, Alexandra; PAES, Ana Maria Baccarin Xisto. Ouso de mapas mentais como metodologia para o desenvolvimento da transição agroecológica e da autonomia econômica de mulheres rurais. In: **Agroecologia, Meio Ambiente e Sustentabilidade**. Ponta Grossa: Editora Atena, 2019.

ALMEIDA, L. M. M. C. et al. Redes e Programas de Segurança Alimentar no Município de Araraquara SP como instrumento de Desenvolvimento Rural. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v 17, n. 2, p. 422-458, out. 2010.

ALTIERI, M. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. 2. Ed. Rio de Janeiro: PTA-FASE, p. 240, 1989.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas da agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ALVES, N. F. **Ressignificação dos papéis sociais de mulheres na agricultura familiar de bases agroecológicas**. Florianópolis, SC, 2016.

ALVES, Alda Cristiane Oliveira; DOS SANTOS, André Luis de Sousa; DE AZEVEDO, Rose Mary Maduro Camboim. Agricultura orgânica no Brasil: sua trajetória para a certificação compulsória. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 7, n. 2, sep. 2012. ISSN 1980-9735. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/10085>>. Acesso em: abril 2018.

AMOROZO, M.C.M. Uso e diversidade de plantas medicinais em Santo Antônio do Laverger, MT, Brasil. *Acta Botânica Brasílica*. p.189-203. 2002.

AMOROZO, M.C.M. Pluralistic medical settings and medicinal plant use in rural communities, Mato Grosso, Brazil. *Journal of Ethnobiology*. p.139-161. 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Certificação. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/certificacao.htm> . Acesso em: abril 2018.

BARONE, L. A. ; FERRANTE, V. L. S. B. . O ciclo recente da reforma agrária no Estado de São Paulo: Pressões, Conquistas e Limites. **Revista de Estudos Sociais** (UFMT), v. 15, p. 126-141, 2013.

BARRES, D.; BONNY, S.; LEPAPE, Y.; REMY, I. Uneethique de la pratique agricole (Agriculteurs biologiques du NordDrôme). Paris: Institut National de la Recherche Agronomique, 1985.

BRANDENBURG, A. **Movimento agroecológico**: trajetória, contradições e perspectivas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Editora UFPR. n. 6. 2002.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2007-2010/2009/lei/11947.htm>. Acesso em: out. 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Controle social na venda direta ao consumidor de produtos orgânicos sem certificação** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília: Mapa/ACS, 2008).

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Decreto 6323**, de 27 de dezembro de 2007. Disponível em: www.agricultura.gov.br. Acesso em: abril 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Controle Nacional de Produtores Orgânicos**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: 05 mai. 2018.

BRUMER, A. Gênero e geração em assentamentos de reforma agrária. In: FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JR, O. **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas** (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA, 2005, p.351-371.

CARDOSO, E. M.; RODRIGUES, V.S. **Mulheres construindo a agroecologia no Brasil**. Revista Agriculturas, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 12-16, dez. 2009.

DALLAGNELO, E. H. L.; SILVA, R. C. (2005). Análise de conteúdo e sua aplicação em pesquisa na administração. In M. M. F. Vieira & D. M. Zovain (Orgs.), **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática** (pp. 97-118). São Paulo: FGV.

DUVAL, H.C. **Da Terra ao Prato: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural**. 2009. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2009.

DUVAL, H. C.; FERRANTE, V. L. S. B.. Metodologia em ação: a importância de se apreender invisibilidades nos assentamentos rurais. **Retratos de Assentamentos**, v. 14, p. 31-68, 2011.

DUVAL, H. C.; FERRANTE, V. L. S. B.. Etnografias sobre Mulheres Assentadas: expressões de dominação, de resignação e de protagonismos. **Retratos de Assentamentos**, v. 18, p. 183-216, 2015.

FAVERET, Paulo F.; ORMOND, José Geraldo Pacheco; PAULA, Sérgio Roberto Lima; ROCHA, Luciana Thibau. **Agricultura Orgânica: Quando o passado é futuro**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3-34, mar.2002.

FERRANTE, V.L.S.B. **A Chama verde dos Canaviais**. Tese de Livre Docência. UNESP, Araraquara, 1992.

FERRANTE, V.L.B.; DUVAL, H.C. Lugares atribuídos e espaços conquistados pelas assentadas rurais. **Revista Perspectivas**, São Paulo, v. 40, p. 15-39, jul./dez. 2011.

FERRANTE, V.L.S.B.; DUVAL, C.H., BERGAMASCO, S.M.P.P.; BOLFE, A.P. Na trajetória dos assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação. **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos** Alternativa, Niterói, 2013.

FILIPAK, Alexandra. **Políticas Públicas para Mulheres Rurais no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais**

mistos. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008. P. 64-89.

GLIESSMAN, S. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2000.

GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L.. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

Guzmán, E. S. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia.

HIRATA H.; KERGOAT D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

IFOAM. General Assembly em Mar Del Plata. Argentina, Nov. 1998.

IFOAM. **Ifoam Accreditation Criteria for Programmes Certifying Organic Agriculture and Processing**. 1998. Disponível em : <<http://www.ifoam.org>> Acesso em: ago. 2002.

INMETRO. Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Certificação. Mimeo. 1997.

KARAN, K. F. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS**, DO CFC/CCE/UFSC, v. 12, n. 1, p. 303-320, 2014.

LEAL, L. S. G. **A política de crédito rural como potencial fator de alteração nas relações de gênero: um estudo de caso do PRONAF-Mulher nos assentamentos 8 de Junho-PR e Sepé Tiaraju-SP**. FCAVJ, 2011.

LUZ, Suelyn Cristina Carneiro da. **A participação das mulheres nos movimentos agroecológico e feminista e a contribuição do jornal Brasil de Fato**. 2014. 109 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124134>>.

MAZZOLENIE. M. & NOGUEIRA J. M. Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 44, nº 2 Brasília, 2006.

MEDAETS, J. P. P.; FONSECA, M. F. **Regulamentação nacional e internacional para a produção orgânica**. 1. ed. Brasília: NEAD, 2005.

MELO, L. A. Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. Trabalho apresentado no **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto, 2002.

MONTEIRO, V. **O legado de Ana Primavesi na agroecologia**. Disponível em: http://aao.org.br/aao/artigos-e-noticias.php?id=375&p=&search=&cat_id=&tags=Agricultura+Org%C3%A2nica. Acesso em: 9 jan. 2017.

MYNAIO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

NETO, O.C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MYNAIO, M.C. (Org.) **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 22ª. Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

NORGAARD, Richard; SIKOR, Thomas. Metodologia e prática em Agroecologia. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002. p.53-83.

NÚCLEO DE ESTUDOS E EXTENSÃO EM AGRECOLOGIA (NEEA). **Pesquisa ação e construção de proposta agroecológica para a agricultura familiar da região central do Estado de São Paulo**. (Relatório Técnico). Araraquara: Universidade de Araraquara, 2017.

PACHECO, M. E. L. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. In: GT Gênero – Plataforma de Contrapartes Novib/SOS Corpo. **Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONG's**. Recife: Gênero e Cidadania, 2002.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: EdUFSC, 2016.

PENTEADO, S. R. **Introdução à agricultura orgânica: Normas e técnicas de cultivo**. Campinas: Editora Grafimagem, p. 110, 2000.

PIMBERT, M. P. Mulheres e soberania alimentar. In: Mulheres construindo a Agroecologia. **Revista Agriculturas**, v. 6, n. 4, dez. 2009. p. 41-45. Disponível em: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Agriculturas_v6n4.pdf. Acesso em: 14 jan. 2017.

PINHEIRO, Luana et al. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 3. ed. Brasília: Ipea; SPM: UNIFEM, 2008.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília. Brasília. 2009.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. / Emma Siliprandi. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. (Série Estudos Rurais)

SILVA, Berenice Gomes da. A Marcha das Margaridas: resistências e permanências. Dissertação de Mestrado, Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, **Universidade de Brasília**, 2008.

SILVA, César Aldara, BATALHA, Mário Otávio, PIMENTA, Márcio Lopes. A certificação orgânica como fator estratégico na governança das transações no mercado de alimentos. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, vol. 10, nº 3, set. 2008, p. 376-386. Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, Brasil. Acesso em: abril 2018. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87812765005>.

SOF – Sempre Viva Organização Feminista. **Mulheres do campo construindo a autonomia: experiências de comercialização**. São Paulo: SOF, 2016.

IZIDORO, L. T.; FERRANTE, V. L. S. B. ; DUVAL, H. C. ; CARDOZO, D. R. ; DE LORENZO, H. C. . Assentadas no circuito do Pronaf mulher: expressões da autonomia feminina?. **Retratos de Assentamentos**, v. 21, p. 265-286, 2018.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Revista Temáticas**, Campinas, 22, (44), p. 203-220, ago/dez. 2014.

WOORTMANN, E.F. Práticas eco-agrícolas tradicionais: ontem e hoje. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.14, n.2, Nupedor/Uniara, p.15-32, 2011.

ANEXOS**ANEXO I****Termo de Consentimento Livre e Esclarecido****Dados de identificação**

Título do Projeto: As mulheres na produção orgânica na região de Araraquara: rompendo invisibilidades

Pesquisadora Responsável: Larissa Sapiensa Galvão Leal

Nome do participante:

Data de nascimento:

R.G.:

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), do projeto de pesquisa “As mulheres na produção orgânica na região de Araraquara: rompendo invisibilidades”, de responsabilidade da pesquisadora Larissa Sapiensa Galvão Leal.

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra para a pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. O trabalho tem como objetivo estudar como ocorre a participação das mulheres na produção familiar agroecológica, ou seja, que se propõe a produzir alimentos sem o uso de agrotóxicos. Pretende pesquisar se as ações relacionadas à agroecologia têm proporcionado maior valorização do trabalho feminino nas propriedades agrícolas familiares da região de Araraquara. Pretende verificar se as mulheres percebem maior reconhecimento do papel que elas exercem junto à família e a comunidade na qual residem e observar também se há incentivos por meio de programas do Governo para mulheres que trabalham com ações de agroecologia.

2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em responder a um questionário com roteiro semiestruturado sobre a participação das mulheres na produção orgânica e

agroecológica, onde será abordado principalmente sobre a participação destas mulheres nas esferas: familiar, social, econômica e ambiental, cujo público alvo são agricultoras da região de Araraquara – SP e seus maridos ou companheiros. A entrevista será feita pela pesquisadora Larissa Sapiensa Galvão Leal. O local e horário das entrevistas serão combinados com as entrevistadas e entrevistados de acordo com a disponibilidade apresentada por cada um, e será gravada com duração de no máximo 4 horas. Eu serei consultado(a) previamente e, através do meu consentimento, terei a plena liberdade de escolha e decisão, podendo participar ou não das atividades previstas na pesquisa.

3. Durante a execução da pesquisa eu poderei me sentir constrangido(a) com alguma pergunta. Diante dessa situação, a pesquisadora se colocará à disposição para esclarecer qualquer dúvida, enfatizando que é de direito não responder as perguntas ou mesmo desistir de participar da pesquisa se eu assim desejar.

4. Os benefícios gerados pelos resultados da pesquisa referem-se à disponibilização de novos conhecimentos e oportunidades para a permanência no meio rural, em condições mais igualitárias de gênero, dinamizando o desenvolvimento sustentável das pequenas localidades. É um novo olhar para a produção orgânica, destacando e valorizando o papel essencial da mulher nos espaços produtivos e na manutenção das famílias no meio rural. A pesquisadora responsável dará toda a assistência para que ocorra uma participação consentida das envolvidas e dos envolvidos no estudo, garantindo que nossas dúvidas sejam esclarecidas antes e durante a pesquisa.

5. A minha participação neste projeto deverá ter a duração de 6 meses, período em que será(ão) combinado(s) o(s) encontro(s) com a pesquisadora. Eu serei entrevistado(a) ao menos uma vez, e caso seja necessário complementar com alguma informação será solicitado um novo encontro para finalizar a pesquisa.

6. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.

7. Fui informado(a) e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação, no entanto, caso eu tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, serei ressarcido(a).

8. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente de minha participação no estudo, poderei ser compensado(a) conforme determina a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde

9. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

10. Fui informado(a) que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados.

11. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Larissa Sapiensa Galvão Leal, pesquisadora responsável pela pesquisa, telefone: (16)98132-2670, e-mail: lari_sapiensa@hotmail.com, com a pesquisadora *Professora Doutora Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante*, e/ou com Comitê de Ética em Pesquisa da Uniara, localizado na Rua Voluntários da Pátria nº 1309 no Centro da cidade de Araraquara-SP, telefone: 3301.7263, e-mail: comitedeetica@uniara.com.br, atendimento de segunda a sexta-feira das 08h00min. - 13h00min. - 14h00min - 17h00min.

Eu, _____, RG nº _____ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Cidade, ____ de _____ de 20__.



Assinatura do participante
dactiloscópica

Impressão

Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento

ANEXO II

Dados da entrevistada

Nome: _____

Idade: _____

Grau de instrução: _____

Tempo de produção agroecológica: _____

Comunidade: _____

Município: _____

1) Composição familiar:

Parentesco com a entrevistada	Idade	Grau de instrução	Reside no estabelecimento	Trabalha no estabelecimento

2) Sobre os filhos que saíram:

Quem?	Idade	Motivo*.	Pretende voltar?

*verificar grau de importância (1º, 2º, 3º)

() falta de lazer. Opções de lazer:

() continuidade dos estudos

() pais não estimulam filhos(as) a serem agricultores

() busca por outra profissão

() independência financeira

() outro _____

Houve algum retorno devido à possibilidade de trabalhar na agroecologia?

3) Sobre a propriedade:

Quem administra? M () – H () - os dois ()

Está em nome de quem? M () – H () - os dois ()

Como foi adquirida?

Quantos ha? _____

Quantos destinados à produção agroecológica?

O que é cultivado na produção convencional e na produção orgânica

4) Quais são as fontes de renda da propriedade, por ordem de importância (1º, 2º, 3º..)

Produção animal:

() Produção vegetal convencional:

() Produção Agroecológica:

() Outras: Aposentadoria, agroindústria

5) Quais documentos possui?

Documentos	Mulher	Homem
Certidão de nascimento		
CPF		
Certidão de casamento		
Título de eleitor		
RG		
DAP		
Carteira de trabalho		
Bloco do produtor		
Carteira de motorista		

6) Tem conta em banco?

- A) sim, individual.
- B) sim, conjunta.
- C) não, mas o marido tem.
- D) não, nem o marido.

7) Quem administra a conta? M () - h () - os dois ()

8) Participação em entidades associativas?

- () Cooperativa
- () Associação
- () Sindicato
- () Movimento Social
- () Outro

Há quanto tempo? _____

9) Você tem acesso a crédito?

- () sim, fonte: _____
- () não

10) Recebe assistência técnica na atividade agroecológica? Frequência:

- () toda semana
- () de 15 em 15 dias
- () 1 vez por mês
- () a cada 3 meses

De quem? _____

- () não recebe.

12) Quanto do seu tempo você dedica:

Na gestão da propriedade -

No cultivo -

Na organização da casa -

13) Seu marido participa nos trabalhos da casa?

- () nunca
- () às vezes
- () com frequência

O que ele faz?

14) Quando você vai pra roça, com quem ficam as crianças?

15) Como é o processo da venda dos produtos? (Entrega, negociação, pagamento)

16) E as notas, ficam em nome de quem? M () H () Os dois ()

17) Como é feita a remuneração pelo trabalho realizado?

18) Em relação à sucessão da propriedade e a transição da responsabilidade nas atividades:

- () o assunto ainda não foi tratado na família
- () o assunto está sendo tratado na família, mas ainda não houve decisão a respeito.
- () a propriedade deverá ser dividida entre os/as filhos/as. Provável sucessor(a)?
- () a propriedade não terá sucessor(a). Motivo?
- () outro

ANEXO III

Roteiro para entrevista semiestruturada

Como era o sistema produtivo de vocês, dois ou três anos antes da transição, com o que vocês trabalhavam?

Como você participava do processo produtivo, desde o plantio até a venda? De quem eram as decisões?

O que você fazia? E de que forma o seu trabalho era valorizado?

Em qual momento vocês optaram pela produção orgânica? Alguém fez a intermediação (conhecido, assistência técnica, movimento social)?

E dentro da família, quem teve mais vontade de começar essa mudança?

Qual foi o seu papel nessa transição? Quais as dificuldades para essa transição?

Quem escolheu como vocês reorganizaram a propriedade para introdução da produção orgânica? (Local da produção, composteiras, barreiras, cultivares, etc)

A que você se dedica agora? Como vocês dividem o trabalho na roça? E na casa? Tem algum espaço que é só seu?

Se sim, explique o que é produzido nesse espaço. É para consumo ou para venda? Antes da transição também era desta forma?

Como é a sua rotina? Como é a divisão de tarefas na família?

Você pode fazer uma comparação do quanto vocês destinam para o autoconsumo e para a venda dos produtos? E na situação em que você é a única responsável?

Quem é responsável pelas anotações sobre o controle da produção e comercialização dos produtos?

Como se sente em relação ao trabalho que você faz agora, comparado ao que fazia antes, te deixa mais satisfeita, mais cansada, com mais ou menos tempo livre?

E no teu espaço, você desenvolve algum tipo de experiência, por exemplo, para ver qual planta se adapta melhor ou qual o repelente a pragas é mais eficiente?

E com relação aos teus filhos e filhas, como eles participam na organização do trabalho? Vocês têm essa preocupação de que eles estejam preparados para assumir a propriedade? Como você passa o que sabe para eles, com relação ao espaço produtivo?

Fez algum curso, foi a palestras ou recebeu/recebe apoio dos agrônomos, veterinários e extensionistas para facilitar a transição para agroecologia? Que tipo de benefício essa formação trouxe para você?

Tem alguma política que você mulher participa ou gostaria de participar?

Tem conhecimento sobre as políticas específicas para agricultura orgânica? E para mulheres? Como é a dinâmica da família quando é preciso acessar alguma política de crédito?

Pode descrever se há mudança nas relações da família depois da transição para a agroecologia? Você percebe que mudou alguma coisa sobre o tratamento que os outros direcionam a você, na tua família e na comunidade, por exemplo, os consumidores na feira?

Como é tua participação no grupo de agroecologia? O que você acha que isso te traz de benefício?

Você tem renda própria? Se não tiver, como você tem acesso ao dinheiro quando precisa? O que você costuma fazer com ele ou o que você faria?

O que é mais importante para você na produção agroecológica (saúde, meio ambiente, relações familiares e com a comunidade, econômico)? Você pode definir o que é ser mulher agricultora para você agora, nesse ambiente de transição para a agroecologia? E o que significava antes?